

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

CASSIANE SIMONE KÄFER

**COOPERATIVAS DE CRÉDITO: ANÁLISE ECONÔMICA
FINANCEIRA ATRAVÉS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.**

FLORIANÓPOLIS – SC
2012

CASSIANE SIMONE KÄFER

**COOPERATIVAS DE CRÉDITO: ANÁLISE ECONÔMICA
FINANCEIRA ATRAVÉS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina, como um dos pré-requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Loreci João Borges
Co-Orientador: Professor Dr. Luiz Salgado
Klaes

**FLORIANOPOLIS – SC
2012**

CASSIANE SIMONE KÄFER

**COOPERATIVAS DE CRÉDITO: ANÁLISE ECONÔMICA
FINANCEIRA ATRAVÉS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.**

Esta monografia foi apresentada como TCC – Trabalho de Conclusão do Curso, do Curso de Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, a banca examinadora constituída pelo professor orientador e co-orientador e membros abaixo relacionados.

Florianópolis – SC _____ de Dezembro de 2012.

Prof. Roque Brinckmann, Dr.

Coordenador de Monografia do Departamento de Ciências Contábeis

PROFESSORES QUE COMPUSERAM A BANCA EXAMINADORA:

Prof. Loreci João Borges, Dr.

Orientador

Prof. Luiz Salgado Klaes, Dr.

Co - Orientador

Claudio Luiz de Freitas

Membro

DEDICO ESTE TRABALHO A MINHA
FAMÍLIA, PAIS E IRMÃOS, AGOSTINHO,
LÚCIA, JOEL, VANUSA, FÁTIMA E MÔNICA
QUE MESMO ESTANDO LONGE, ME
APOIARAM INCONDICIONALMENTE,
DANDO FORÇA QUANDO QUERIA
DESISTIR, E ME FORNECERAM A
OPORTUNIDADE DE ESTUDAR. E TAMBÉM
A MINHA TIA MARIA QUE SEMPRE
ESTEVE AO MEU LADO, ENQUANTO
PODE.

ADRADECIMENTOS

Primeiramente agradecer a **Deus**, que foi quem mais recorri quando estava desesperada, sem saber para onde ir, e quem me iluminou para conseguir terminar o trabalho.

Agradeço também a **Universidade Federal de Santa Catarina**, por fornecer um ensino público de qualidade, um dos melhores do Brasil na área da Ciência Contábil.

Agradeço a minha **Família**, que tem me apoiados todos estes anos que estive lutando para conseguir concluir este curso. Pelas vezes que ligava desesperada para minhas irmãs e elas me acalmavam e me davam força para continuar.

Agradeço a paciência que **Os Meus Amigos**, tiveram neste tempo em que estive envolvida com o TCC e os deixei de lado. A Gislaine, Nedi, Viviane, Marco Antônio, Sarrie, Juliana, Rodrigo. Um especial agradecimento a Izete que sempre esteve me apoiando em todos estes anos de luta concluir este curso.

Agradeço imensamente ao meu **Orientador Loreci João Borges e Co-Orientador Luiz Salgado Klaes**, por toda a paciência que tiveram quando estava desesperada e pensava que não daria conta do trabalho, pela colaboração em fazer com que o trabalho se tornasse realidade.

Agradeço também a todos os **Professores** que tive o prazer em ter aula, e também os **Coordenadores** do curso de Ciências Contábeis por tornarem o curso um dos melhores do Brasil.

RESUMO

KÄFER, Cassiane Simone, **Cooperativas de crédito: análise econômica financeira através das demonstrações contábeis**. 2012, 110 p. Monografia do Curso de Graduação em Ciências Contábeis – Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

A Análise das Demonstrações Contábeis tem a finalidade de auxiliar os gestores e usuários da informação contábil no seu processo de tomada de decisão. O cooperativismo está cada vez mais em destaque no Sistema Financeiro Nacional. Este estudo visa analisar qual foi o desempenho econômico e financeiro da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos advogados de Santa Catarina com o Sistema de Cooperativas do Brasil de Santa Catarina. Com a ajuda da análise horizontal e vertical e os principais indicadores tendo como base os valores expressos nas Demonstrações Contábeis, Balanço Patrimonial e Demonstração de Sobras ou Perdas das cooperativas, referentes aos anos de 2009, 2010 e 2011. Para alcançar os objetivos foi efetuada uma pesquisa exploratória, quantitativa e qualitativa nas demonstrações das cooperativas estudadas. Após a obtenção dos dados, foi realizada a análise horizontal e vertical e dos principais quocientes necessários para analisar o desempenho econômico e financeiro das empresas. Para a apresentação das análises efetuadas foi utilizados tabelas e gráficos para um melhor entendimento. Percebeu-se que as cooperativas apresentaram o resultado parecido na análise financeira, já na análise econômica a OABCRED apresentou um desenvolvimento melhor.

Palavras-chave: Análise econômica e financeira, Cooperativas, Demonstrações Contábeis.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Cooperativa OABCRED	61
Gráfico 2 – Comparativo do Índice de Liquidez Imediata	74
Gráfico 3 – Comparativo do Índice de Liquidez Corrente	75
Gráfico 4 – Comparativo do Índice de Liquidez Seca.....	77
Gráfico 5 – Comparativo do Índice de Liquidez Geral	78
Gráfico 6 – Comparativo do Índice de Rentabilidade do Ativo	79
Gráfico 7 – Comparativo do Índice da Rentabilidade do Patrimônio Líquido.....	80
Gráfico 8 – Comparativo do Índice da Margem Líquida	82
Gráfico 9 – Comparativo do Índice da Rotação/Giro do Ativo.....	83
Gráfico 10 – Comparativo do Índice de Grau de Endividamento Global	84
Gráfico 11 – Comparativo do Índice de Composição do Endividamento	86

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Análise Horizontal do Balanço Patrimonial/SICOOB SC.....	63
Tabela 2 – Análise Horizontal das Demonstrações de Sobras ou Perdas/ SICOOB SC	64
Tabela 3 – Análise Horizontal do Balanço Patrimonial/OABCRED	65
Tabela 4 – Análise Horizontal Da Demonstração de Sobras ou Perdas/OABCRED.....	66
Tabela 5 – Análise Vertical do Balanço Patrimonial/SICOOB SC	68
Tabela 6 – Análise Vertical da Demonstração de Sobras ou Perdas/SICOOB SC	70
Tabela 7 – Análise Vertical do Balanço Patrimonial/OABCRED	71
Tabela 8 – Análise Vertical da Demonstração de Sobras ou Perdas/OABCRED.....	72
Tabela 9 – Cálculo do Índice da Liquidez Imediata.....	74
Tabela 10 – Cálculo do Índice da Liquidez Corrente	75
Tabela 11 – Cálculo do Índice da Liquidez Seca	76
Tabela 12 – Cálculo do Índice da Liquidez Geral	78
Tabela 13 – Cálculo do Índice de Rentabilidade do Ativo.....	79
Tabela 14 – Cálculo do Índice de Rentabilidade do Patrimônio Líquido	80
Tabela 15 – Cálculo do Índice Da Margem Líquida	81
Tabela 16 – Cálculo do Índice Rotação/Giro do Ativo	83
Tabela 17 – Cálculo do Índice Grau de Endividamento Global.....	84
Tabela 18 – Cálculo do Índice Composição de Endividamento.....	85
Tabela 19 – Comparativo entre os Indicadores de Liquidez	87
Tabela 20 – Comparativo entre os Indicadores de Estrutura de Capitais.....	87
Tabela 21 – Comparativo entre os Indicadores de Rentabilidade, Lucratividade e Rotação ...	88

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Diferenças Entre Sociedade Cooperativa e Mercantil.....	15
Quadro 2 - Números de Cooperativas por Setor no estado de Santa Catarina.	32
Quadro 3 - Quantidade de Cooperados por Setor.....	32
Quadro 4 - Fórmula do índice de Liquidez Imediata.....	43
Quadro 5 - Fórmula do Índice de Liquidez Seca.....	44
Quadro 6 - Fórmula do Índice de Liquidez Corrente	45
Quadro 7 - Relação entre Líquidos Corrente e Capital Circulante Líquido	46
Quadro 8 - Fórmula do Índice de Liquidez Total.....	46
Quadro 9 - Fórmula do Índice de Grau de Endividamento	47
Quadro 10 - Fórmula do Índice da Garantia aos Capitais de Terceiros	48
Quadro 11 – Fórmula do Índice da Garantia aos Capitais de Terceiros.....	48
Quadro 12 - Fórmula do Índice de Imobilizado dos Capitais Próprios.....	49
Quadro 13 - Fórmula do Índice Margem Bruta.....	52
Quadro 14 - Fórmula do Índice da Margem Líquida.....	53
Quadro 15 - Fórmula do Índice da Rotação ou Giro do Ativo.....	53
Quadro 16 - Fórmula do Índice da Taxa de Retorno Sobre o Investimento.....	54
Quadro 17 - Fórmula do Índice da Taxa de Rentabilidade do Patrimônio Líquido	55
Quadro 18 - Fórmula do Grau de Endividamento	55
Quadro 19 - Fórmula do Índice do Grau de Endividamento Global	56
Quadro 20 - Fórmula do Índice de Composição do Endividamento	56
Quadro 21 - Estrutura do SICOOB SC.....	59

LISTA DE SIGLAS

OABCREd – Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Advogados de Santa Catarina

SICOOB SC – Sistema de Cooperativas do Brasil de Santa Catarina

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

SFN – Sistema Financeiro Nacional

OCESC – Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras

BCB – Banco Central do Brasil

BP – Balanço Patrimonial

DRE – Demonstração do Resultado do Exercício

DSP – Demonstração de Sobras ou Perdas

DFC – Demonstração de Fluxo de Caixa

DSPA – Demonstração de Sobras ou Perdas Acumuladas

DMPL – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

CAASC – Caixa de Assistência dos Advogados de Santa Catarina

CVM – Comissão dos Valores Mobiliários

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

AC – Ativo Circulante

ARLP – Ativo Realizável a Longo Prazo

PC – Passivo Circulante

PNC – Passivo não Circulante

OP - Operacional

SUMÁRIO

CAPÍTULO I	13
1.1 INTRODUÇÃO	13
1.2 Considerações Iniciais.....	13
1.1.2 Formulação do Problema	16
1.2. OBJETIVOS.....	17
1.2.1 Objetivo Geral.....	17
1.2.2 Objetivos Específicos.....	17
1.3. JUSTIFICATIVA.....	17
1.4. METODOLOGIA	19
1.4.1. Enquadramento da Pesquisa.....	19
1.4.2. Coleta e Análise das Informações	20
1.5. Limitação da Pesquisa.....	21
1.6. Organização do Estudo.....	21
CAPÍTULO II.....	23
2.1. Cooperativismo	23
2.1.2. Cooperativismo de Crédito no Brasil.	26
2.1.3. Cooperativismo em Santa Catarina	29
2.1.4. Contabilidade das Cooperativas de Crédito	33
2.2. Análise das Demonstrações Contábeis.....	39
2.2.1. Análise Financeira.....	42
2.2.1.1. Índice de Liquidez Imediata.....	43
2.2.1.2. Índice de Liquidez Seca.	44
2.2.1.3. Índice de Liquidez Corrente.....	45
2.2.1.4. Índice de Liquidez Total	46
2.2.1.5.Índice de Grau de Endividamento.....	47
2.2.1.6. Índice da Garantia aos Capitais de Terceiros	48
2.2.1.7. Índice do Grau de Imobilização dos Capitais Próprios	49
2.2.1.8. Análise Horizontal.....	49
2.2.1.9. Análise Vertical.....	50
2.2.2. Análise Econômica.....	51
2.2.2.1. Índice da Margem Bruta.....	52

2.2.2.2. Índice da Margem Líquida	52
2.2.2.3. Índice de Rotação ou Giro do Ativo.....	53
2.2.2.4. Índice da Taxa de Retorno Sobre o Investimento.	54
2.2.2.5. Índice da Taxa de Retorno sobre o Capital Próprio	54
2.2.2.6. Índice do Grau de Endividamento.....	55
2.2.2.7. Índice de Grau de Endividamento Global	56
2.2.2.8. Índice de Composição do Endividamento.....	56
CAPÍTULO III	58
3.1. CARACTERÍSTICAS DAS EMPRESAS.....	58
3.1.2. SICOOBSC	58
3.1.3. OABCRED.....	60
3.2. ANÁLISE DO DESEMPENHO ECONÓMICO FINANCEIRO.....	61
3.2.1. Análise Horizontal.....	62
3.2.2. Análise Vertical.....	67
3.2.3. Análise por Quociente	73
3.3. COMPARAÇÃO DOS DADOS OBTIDOS.	86
CAPÍTULO IV.....	89
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
4.1. QUANTO AOS OBJETIVOS.....	89
4.2. QUANTOS AOS RESULTADOS.....	90
4.3. RECOMENDAÇÃO PARA FUTUROS TRABALHOS	91
REFERENCIAS	92

CAPÍTULO I

1.1 INTRODUÇÃO

Este capítulo tem a finalidade de apresentar o tema que será abordado no presente Trabalho de Conclusão do Curso. Onde serão descritas as considerações iniciais, a formulação do tema problema, o objetivo geral e objetivos específicos, a justificativa, a metodologia, a delimitação do tema e a organização do trabalho.

1.2 Considerações Iniciais

Todas as pessoas, sendo elas de origem jurídica ou física, buscam gerenciar seus recursos, com o intuito de reduzir os custos e despesas, de produção ou financeiros. Para tanto faz-se necessário uma análise de todos os pontos onde pode se obter uma redução, com a finalidade de conseguir uma melhora nas suas receitas.

O custo financeiro, na obtenção de crédito, como nas taxas e tarifas bancárias, entre outros, em um mercado globalizado e com concorrência acirrada, requer das pessoas, jurídicas ou físicas, que se buscam as entidades financeiras que lhes proporcionam menor custo financeiro e que lhes deem segurança e o menor risco possível em suas transações.

O nascimento das Cooperativas de Crédito trouxe para o mercado financeiro uma nova maneira de prestação de serviços competitivos, proporcionando assim benefícios a seus associados que, além de cliente são donos, usuários e fornecedores do negócio. As principais leis reguladoras das sociedades cooperativas são a Lei nº. 5.764 de 16.12.1971 que define a Política Nacional de Cooperativismo, a qual institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e oferecem outras providências, e a Resolução nº. 3.859 de 27.05.2010 que alteram e consolidam as normas relativas à constituição e ao funcionamento das cooperativas de crédito.

As Cooperativas de Crédito surgiram com a finalidade de proporcionar aos seus associados, o acesso mais fácil ao crédito e a moeda, utilizando a troca mútua e a poupança, sendo assim, a maior preocupação é de não haver uma intermediação na hora da captação de recursos, nos investimentos e também quando conceder algum empréstimo. Fazendo com que

os recursos circulam entre os sócios, abrangendo um número maior de favorecidos e com mais facilidade na hora das transações.

Assim, a intenção das sociedades cooperativas, em especial as de crédito, é integrar em seu quadro de cooperados tanto pessoas físicas quanto jurídicas, fornecendo-lhes por meio da mutualidade (sintonia de troca entre os sócios), assistência financeira. Sua atividade econômica é assim referida no Art. 3º da Lei nº. 5.764, de 1971: “Celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro”. Ou seja, as cooperativas são utilizadas como instrumento para que os seus sócios consigam alcançar um melhor resultado nas suas atividades, em especial as econômicas.

Sendo assim, as cooperativas de crédito ajudam no desenvolvimento das empresas, das pessoas físicas e das regiões, levando recursos, taxas e tarifas atraentes para locais onde os serviços bancários tradicionais não conseguem atender, e com isso transformam a realidade financeira de pequenas comunidades.

O crescimento, tanto de ordem territorial como de ordem patrimonial e de adesão das pessoas, é notório no mercado financeiro. Pela sua evolução e pelo estabelecimento de sua importância no mercado financeiro brasileiro, foi estabelecido “um ano” para se comemorar o Cooperativismo, não só no Brasil, mas também no mundo.

Segundo SICCOB (2012, p. 10) foi “Na 66ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, foi eleito o ano de 2012, como o Ano Internacional do Cooperativismo com o slogan: Cooperativas constroem um mundo melhor: contribuições para um desenvolvimento sustentável”.

O setor de Cooperativas de Crédito apresentou um crescimento significativo, de acordo com Menezes (2012, p. 1) que destaca:

O setor tem experimentado índices de crescimento superiores em relação ao Sistema Financeiro Nacional (SFN). No primeiro semestre de 2012, os ativos das cooperativas cresceram 13,75% em relação a dezembro do ano passado, de R\$ 86 bilhões em dezembro de 2011 para R\$ 98 bilhões em junho deste ano. O patrimônio cresceu 10,62%, chegando a R\$ 17,6 bilhões e nos depósitos o segmento teve uma expansão de 21,22%, saindo de R\$ 38 bilhões em dezembro de 2011 e alcançando a marca de R\$ 46 bilhões em junho de 2012. No quesito empréstimos, o aumento foi de 9,94%, totalizando R\$ 41,6 bilhões. O setor cooperativista de crédito possui a 2ª maior rede de atendimento em todo país com aproximadamente 5 mil pontos que atendem a 5,8 milhões de pessoas ligadas ao segmento e 1.312 cooperativas de crédito atuantes no país.

Esta declaração mostra o grau de importância e de contribuição das cooperativas para o desenvolvimento socioeconômico, e também o reconhecimento de sua aplicabilidade no

setor financeiro como redutor e de aproximação das classes sociais, para a geração de emprego e para a integração social.

As Cooperativas de Crédito, muitas das vezes são confundidas com Bancos, apesar de serem supervisionadas pelo Banco Central do Brasil, enquadrando-se como instituições financeiras, enfatizando que as mesmas não demonstram maior interesse nos lucros, fazendo destes um de seus diferenciais.

A seguir, quadro das principais diferenças entre uma Sociedade Cooperativa e a Sociedade Mercantil:

Quadro 1: Diferenças Entre Sociedade Cooperativa e Mercantil

Sociedade Cooperativa	Sociedade Mercantil
É uma sociedade de pessoas;	É uma sociedade de capital;
Objetivo principal é a prestação de serviços;	Objetivo principal é o lucro;
Número ilimitado de cooperados;	Número limitado de acionistas;
Controle democrático - um homem - um voto;	Cada ação - um voto;
Assembleias: "quorum" - é baseado no número de cooperados;	Assembleias: "quorum"- é baseado no capital;
Não é permitida a transferência das quotas-partes a terceiros, estranhos à sociedade;	Transferência das ações a terceiros;
Retorno proporcional ao valor das operações.	Dividendo proporcional ao valor das ações.

Fonte: OCESC (2012)

Constata-se que o quadro acima demonstra-nos as importantes diferenças existentes nos vários tipos de sociedades financeiras, onde cabe uma análise, por parte do usuário, na escolha de qual será instituição que manterá a operacionalização de suas atividades financeiras trazendo-lhe benefícios.

Cabe também frisar que não basta apenas escolher uma instituição financeira por suas taxas e tarifas cobradas, juros ou ainda por se tratar de participação societária. É de grande importância que se utilize de outros instrumentos de análise, a fim de verificar o desenvolvimento da instituição no mercado.

Vários instrumentos podem ser utilizados, porém temos os índices financeiros como uma forte ferramenta para fazer uma análise econômica e financeira, podendo assim utilizar como fonte de dados as Demonstrações Contábeis, pois são elas que fornecem todas as ferramentas necessárias para averiguar como está a situação da instituição. De acordo com

Iudicibus (1988, p. 24) a Análise das Demonstrações Contábeis é: “a arte de saber extrair relações úteis, para o objetivo econômico que tivermos em mente, dos relatórios contábeis tradicionais e de suas extensões e detalhamento, se for o caso”.

Como pode-se verificar na citação acima, as demonstrações contábeis são as fontes de informações que devemos ter para que a análise financeira e econômica seja interpretada de maneira fidedigna.

São várias as pessoas que podem se beneficiar com o resultado de uma análise econômica financeira. Segundo Matarazzo (2010, p. 1): “é uma ferramenta poderosa à disposição das pessoas físicas e jurídicas relacionadas à empresa, como acionistas, dirigentes, bancos fornecedores, clientes e outros”.

É neste sentido que este TCC busca verificar e analisar, através dos índices financeiros e econômicos, sabendo-se do grau de importância no contexto mercadológico que as cooperativas de créditos possuem, qual foi o desenvolvimento da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Advogados de Santa Catarina (OABCRED), em comparação com desenvolvimento do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil do Estado de Santa Catarina (SICOOBSC).

No Estado de Santa Catarina, estão presentes quatro sistemas cooperativistas, o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (SICOOB), o Sistema de Cooperativas Médicas (UNICRED), o Sistema de Crédito Cooperativo (SICREDI) e o Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL). A Cooperativa OABCRED faz parte do Sistema SICOOB.

1.1.2 Formulação do Problema

Uma análise econômica e financeira de uma instituição é de grande importância para verificar-se o seu desempenho no mercado, independente de seu tamanho e de sua finalidade, onde temos várias opções dentre os índices, que são instrumentos de análise e exame do desempenho patrimonial e financeiro.

Tem-se os demonstrativos contábeis como fonte de informação, dos quais extraímos os índices econômicos e financeiros, os quais serão alvo das interpretações para a tomada de decisão.

Sendo assim, diante da importância que o cooperativismo de crédito apresenta e da seriedade que é a decisão de uma parceria com uma instituição financeira, e sabendo-se que

no mercado são apresentadas várias opções que poderão suprir e atender os usuários contata-se que diante disto faz se o seguinte questionamento:

Qual foi o desenvolvimento econômico financeiro da Cooperativa de Crédito OABCRED, de acordo com a análise dos índices, através das demonstrações contábeis, comparados ao SICOOBSC?

1.2. OBJETIVOS

Com a finalidade de atender o problema da pesquisa anteriormente apresentado, foram delineados os seguintes objetivos:

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral do TCC é o de demonstrar e analisar, como foi o desempenho financeiro e econômico através dos índices, das empresas Cooperativas OABCRED e SICOOBSC. Mediante de suas demonstrações contábeis dos anos de 2011, 2010 e 2009, por meio da análise vertical e horizontal, e dos principais indicadores, sendo aplicada no Balanço Patrimonial e na Demonstração do Resultado do Exercício publicadas.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Descrever a evolução e a importância do Cooperativismo de Crédito no mundo, no Brasil e em Santa Catarina;
- Conceituar a importância da análise
- Contextualizar quais são os tipos e formas de análise;
- Analisar os demonstrativos contábeis das empresas em estudo;
- Demonstrar os principais índices econômico-financeiros.

1.3. JUSTIFICATIVA

O Cooperativismo de Crédito surgiu como uma forma de negócios próspera na economia do Brasil. O setor tem apresentando grande influência no desenvolvimento

socioeconômico de modo sustentável e inclusivo. Contribuindo assim com a sustentação das economias locais, e mostrando uma nova opção com oportunidade econômica e de responsabilidade social.

O Cooperativismo de Crédito como passar dos anos vem se destacando junto ao Sistema Financeiro Nacional (SFN). Seu crescimento tem apresentado índices maiores que os do SFN de acordo com a TRIBUNAHOJE (2012, p. 1) que destaca os seguintes números:

Numa rápida comparação entre os indicadores, é possível perceber o avanço conquistado pelas cooperativas de crédito. Com relação ao patrimônio, o crescimento no primeiro trimestre do ano foi de 5,45%, mais que o dobro do mercado, que alcançou a marca de 2,27%. Os empréstimos aumentaram em 5,7% em relação à dezembro de 2011, enquanto que as demais instituições financeiras cresceram 2,39%. “Mas o destaque especial é para o indicador “depósitos”, (...) “Enquanto o mercado teve um crescimento tímido, de apenas 0,5%, as cooperativas de crédito tiveram um aumento de 9,7%.

A citação acima procura enfatizar que diante dos indicadores, as cooperativas de crédito estão demonstrando rápida evolução, e seu desenvolvimento beneficiam além de seus usuários, as comunidades onde estão inseridas, sendo que as mesmas demonstram a preocupação em aplicar seus recursos para o crescimento econômico e social.

A análise das demonstrações apresenta um processo complexo, mas os benefícios apresentados são fundamentais para a Cooperativa. Tendo como finalidade verificar se os resultados obtidos pela Cooperativa estão de acordo com sua atividade final, auxiliando também os dirigentes, conselheiros, gerentes e auditores na tomada de decisões sobre a maneira mais adequada para atingir suas metas, e também para solucionar possíveis problemas.

Lembrando que a análise das demonstrações, através dos índices, é de grande valia para os mais diversos tipos de usuários, podendo ser utilizados pela empresa, credores, investidores, administradores, etc, mudando apenas os seus aspectos e seu grau de detalhes.

Diante desta perspectiva Iudicibus (1988, p. 22) enfatiza:

Se uma boa análise de balanços é importante para os credores, investidores em geral, agências governamentais e até acionistas, ela não é menos necessária para a agência: apenas o enfoque e, possivelmente, o grau de detalhamento serão diferenciados. Para a gerência, a análise de balanços faz mais sentido quando, além de sua função de informar o posicionamento relativo e a evolução de vários grupos contábeis, também serve como um “painel geral de controle” da administração.

Verifica-se que ao elaborar uma análise das demonstrações contábeis, podem se desenvolver vários indicadores financeiros dependendo do interesse dos usuários, com os quais poder-se-á fazer análise mais constante e verificar seu desenvolvimento em curto ou longo espaço de tempo.

Sendo a ciência contábil, uma ciência capaz de fornecer a evolução patrimonial, a mesma nos abastece de informações relevantes e confiáveis, através dos seus demonstrativos, fornecendo-nos condições para avaliarmos as empresas e tomarmos decisões. Diante de todas estas informações os usuários adquirem informações sobre a saúde financeira das empresas que lhes interessam.

Portanto, o trabalho se justifica em decorrência do crescimento do setor de Cooperativas de Crédito, o qual ocupa cada vez mais espaço junto ao Sistema Financeiro Nacional. Sabendo-se que a análise através dos seus índices, nos fornece ferramentas necessárias para verificar qual é o desenvolvimento econômico e financeiro do setor.

1.4. METODOLOGIA

A preferência para se trabalhar com este tema, se deu pela curiosidade particular do autor, tanto no assunto sobre cooperativas de crédito como também pelas técnicas de análise das Demonstrações Contábeis.

Para a efetivação deste trabalho monográfico, foram utilizados os métodos e técnicas científicas já estabelecidas para conseguir atingir os objetivos. A seguir, será apresentada a metodologia que determina a monografia, a qual será embasada em um estudo de caso que aborda a análise das demonstrações contábeis das empresas cooperativas OACRED e o SICOOBSC.

1.4.1. Enquadramento da Pesquisa

Os métodos de pesquisa a serem utilizados para o desenvolvimento deste trabalho, são o estudo de caso, onde primeiramente faz-se a classificação e a coleta das informações para a pesquisa, seguidamente da análise dos cálculos, dos indicadores e quocientes, com embasamento nos demonstrativos contábeis e suas respectivas análises.

Segundo Beuren (2010, p.84): "caracteriza-se principalmente pelo estudo concentrado em um único caso". Já para Dias e Silva (2010, p. 47 Apud YIN, 2003): "um estudo de caso é uma investigação empírica que estuda um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes".

Quanto a seu objetivo é classificada como sendo uma pesquisa exploratória e descritiva.

Exploratória, pois segundo (GIL, 2010, p. 27), “têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista de torná-lo mais explícito ou construir hipótese. Seu planejamento tende a ser bastante flexível, pois interessa considerar os mais variados aspectos relativos ao fato ou fenômeno estudado”.

Complementando com Beuren (2010, p. 80 Apud ANDRADE, 2002), que ressalta que: “algumas finalidades primordiais, como: proporcionar maiores informações sobre o assunto que vai investigar; facilitar a delimitação do tema de pesquisa; orientar a fixação dos objetivos e a formulação das hipóteses; ou descobrir um novo tipo de enfoque sobre o assunto”.

Descritiva, de acordo com Gil (2010, p. 27)

têm como objetivo a descrição das características de determinada população. Podem ser elaboradas também com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis. São em grande numero as pesquisas que podem ser classificadas como descritiva e a maioria das que são realizadas com o objetivo profissional provavelmente se enquadram nesta categoria.

Sua abordagem é classificada como sendo qualitativa e quantitativa, pois a mesma apresenta aspectos que se enquadram na definição.

Qualitativa segundo Dias e Silva (2010, p. 47), “envolve o uso de dados qualitativos obtidos em entrevistas, documentos e observações para a compreensão e aplicação dos fenômenos”.

Quantitativa de acordo com Beuren (2010, p. 92 Apud RICHARDSON, p. 70):

Caracteriza-se pelo emprego de quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio padrão, as mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão etc.

Este trabalho de estudo de caso exhibe as características exploratórias e descritivas, diante de seus objetivos e é qualificada como sendo qualitativa e quantitativa em relação aos dados para a análise das Demonstrações Contábeis.

1.4.2. Coleta e Análise das Informações

Primeiramente, foi realizado um levantamento bibliográfico, sendo usado o acervo da Biblioteca Central da UFSC, também o da OABCREDE e do SICOOBSC e revistas impressas e online, sendo que o mesmo foi utilizado para o embasamento teórico dos assuntos relatados no estudo de caso, e com o intuito de melhor conhecimento sobre campo da pesquisa.

A pesquisa bibliográfica é assim definida por Gil (2010, p. 29): “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisa desenvolvida exclusivamente a partir de fonte bibliográfica”.

Os instrumentos utilizados para a coleta dos dados para a pesquisa foram os relatórios das demonstrações contábeis anuais publicados pelas empresas chamadas de Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Advogados de Santa Catarina e do Sistema de Cooperativas do Brasil de Santa Catarina, nos anos de 2009, 2010 e 2011. Sendo os mesmos disponibilizados no site das cooperativas objeto de estudo.

E para finalizar, foram elaboradas as planilhas com a tabulação de todos os dados coletados, para a padronização da visualização das informações apresentadas.

1.5. Limitação da Pesquisa

A pesquisa restringe-se em uma análise através dos índices econômico/financeiro, utilizando as demonstrações contábeis publicadas pelas empresas OABCRED e SICOOBSC relativo ao ano base de 2009, 2010 e 2011, sendo utilizadas as seguintes demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado Financeiro.

Para realizar a análise econômica/financeira dos anos mencionados em relação ao desenvolvimento financeiro, será feita a análise vertical e horizontal, sendo calculados os seguintes indicadores: Liquidez Corrente, Liquidez Imediata, Liquidez Geral, Liquidez Seca, Rentabilidade do Ativo, Rentabilidade do Patrimônio Líquido, Giro do Ativo, Margem Líquida, , Grau de Endividamento Geral, e Composição do endividamento dentre outros.

As empresas relacionadas para o estudo são empresas ligadas ao Sistema Cooperativista, onde o SICOOBSC abrange o desenvolvimento de todas as cooperativas do Estado de Santa Catarina, e a OABCRED é uma empresa que ainda está galgando seu espaço entre as maiores representantes do estado.

1.6. Organização do Estudo

O presente TCC, está dividido em quatro capítulos, os quais com a intenção similar sobre o mesmo tema.

No **Capítulo I** é apresentada a **Introdução**, a qual apresenta o tema que é trabalhado. Na **Metodologia**, é detalhado qual foi a abordagem da pesquisa, seus objetivos, a forma dos procedimentos utilizados, qual foi o instrumento de coleta de dados e como foi feita a análise dos dados.

No **Capítulo II** é apresentada a fundamentação teórica, dando o embasamento do trabalho, seguido de citações e comentários sobre as várias formas que o assunto já foi cogitado, mencionado.

No **Capítulo III** é feita a análise da pesquisa, relacionando-a com a coleta dos dados e o resultado da análise das demonstrações.

Encerando com o **Capítulo IV** com as considerações finais e recomendações, no qual é apresentado o resultado da pesquisa efetuada e sugestão para novas pesquisas.

CAPÍTULO II

Neste capítulo estão expostos os conceitos gerais relacionados com o tema abordado para um melhor entendimento da pesquisa.

Inicialmente é abordada a história do Cooperativismo em geral, enfatizado o Cooperativismo de Crédito, lembrando seguidamente a trajetória que tiveram as cooperativas de crédito no Brasil. São também fundamentadas as técnicas de análises e dos diferentes indicadores financeiros, o qual forneceu o embasamento para o melhor entendimento sobre o tema.

2.1. Cooperativismo

No cotidiano, muitas vezes depara-se com situações difíceis, em que depende-se da ajuda de outras pessoas para serem resolvidas, e desta forma aprende-se que a união faz a força. Neste sentido o cooperativismo reforça nosso aprendizado, onde a união em torno de um bem comum maximiza os resultados a serem alcançados.

Neste sentido a OCESC (2004) enfatiza que o cooperativismo tende a ser comparado com uma doutrina, ou um sistema, ou até mesmo com um movimento, ou ainda, simplesmente com uma atitude ou opção de considerar as cooperativas como sendo uma forma ideal de organização das atividades sócio econômicas da humanidade. O cooperativismo é um movimento, uma escolha para vida, uma filosofia, preocupada em unir o desenvolvimento econômico com o bem estar social.

Também a OCB (2012) reafirma que é fundamentado principalmente na reunião de pessoas e não em seu capital, buscando suprir as necessidades do grupo e não o lucro em si. Buscando assim obter o desenvolvimento do todo e não do individual. São essas características que fazem do cooperativismo uma alternativa socioeconômica que leva o sucesso com equilíbrio e justiça entre todos os participantes.

Assim, pode-se verificar que o cooperativismo está presente, seja na união de um grupo de alunos para a realização de um trabalho escolar, seja em uma colmeia de abelhas. Através da ajuda mútua, onde o interesse financeiro é visto como o retorno para seus associados torna-se o pilar do cooperativismo, da união das pessoas para assim melhorar o bem estar da coletividade.

No início, o cooperativismo esteve ligado a várias correntes ideológicas, defendidas por intelectuais que se entusiasmavam na maneira de pensar. Os mesmos enxergavam no cooperativismo uma maneira de resolver os problemas criados com o crescimento do capitalismo.

De acordo com Etgeto et al. (2005), com papel de destaque entre os intelectuais pode-se citar Robert Owen na Inglaterra, que vendo a situação precária dos empregados das empresas que era sócio, resolveu mudar. Assim, tomou-se certas providências que não eram costumeiras, como: diminui as horas trabalhadas de dezesseis horas para dez ao dia e aumentou os salários, não podia empregar pessoas menores de dez anos, forneceu moradias que se adequava aos padrões dos empregados e também artigos básicos para o consumo da família.

Outro intelectual que merece destaque é Willian King, suas experiências tiveram mais êxito, sua ocupação principal foi a criação de cooperativas de consumo. A primeira foi em 1827, em Brighton, chegou a fundar mais de 300 cooperativas, mas infelizmente todas estas organizações faliram ETGETO (2005).

Na França, em 1820, Charles Fourier publicou uma obra com teorias sobre o cooperativismo, ficando somente no papel. Nesta época foram outros reformadores que tiveram mais atitude, como Saint-Simon e seu discípulo Philippe Buchez, que buscaram a organização de cooperativas industrial. Tendo como lema que a classe trabalhadora deveria ajudar a si mesma, esperar ajuda do estado ou filantropia dos ricos.

Louis Blanc (1811 a 1882), outro reformador que se empenhou sua dedicação aos empregados de grandes indústrias. O qual escreveu um livro intitulado “A Organização do Trabalho”, no qual ele expõe o sistema sócio político. Mas como outros grandes pensadores Louis Blanc, também fracassou com suas fundações na França.

Como se percebe, o cooperativismo não dependeu de grandes influências para nascer e dar certo, elas aparecem devido à necessidade de um de uma região, ou uma comunidade. As suas regras para funcionamento foram se aperfeiçoando com o tempo. Teve início com os Pioneiros de Rochdale e seus princípios.

Segundo Polônio (2004) o Movimento Cooperativista mais significativo, teve o seu início na Inglaterra, no Século XIX, foi com o grande aumento das lutas dos trabalhadores, durante o regime de economia liberal, com a fundação da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, 1844. Mesmo sendo este um ano reconhecido para o desenvolvimento do cooperativismo, existem relatos de experiências anteriores a essa data. A intenção dos 28

Tecelões de Rochdale, ao fundar uma cooperativa de consumo, era para ajudar a enfrentar a crise industrial da época, sua principal preocupação era oferecer os gêneros de primeira necessidade para seus associados, para em seguida se preocupar com as atividades de produção.

De acordo com OCESC (2004) o sistema econômico introduzido pela Revolução Industrial, o movimento moderno do cooperativismo teve seu início, aproximadamente ao mesmo tempo. As primeiras cooperativas pertenceram aos setores de moagem, panificação e consumo. Estes movimentos podem ser vistos como uma autodefesa que as classes menos favorecidas encontraram para sobreviver à crise. Além destes métodos, houve outros que foram aplicados com muito sucesso, como no crédito, na saúde, no transporte, na pesca, nos seguros entre outros. Com o passar do tempo, tendo uma expansão significativa, junto surgiram os problemas, havendo assim a necessidade de sacrificar alguns dos objetivos sociais iniciais para garantir seu desenvolvimento.

Por possuírem características distintas, as cooperativas passam por alguns problemas na hora de serem diferenciadas das outras sociedades. Mas segundo a definição ocorrida no Congresso Cooperativista de Praga (1948 apud POLÔNIO, 2004, p. 25):

Será considerada como cooperativa, seja qual for a constituição legal, toda a associação de pessoas que tenha por fim a melhoria econômica e social de seus membros pela exploração de uma empresa baseada na ajuda mínima e que observa os princípios de Rochdale.

As sociedades cooperativas são regidas pela Lei nº. 5.764 de 1971, e que apresenta a seguinte definição no seu art. 4º.

Art. 4º As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características:

I - adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços;

II - variabilidade do capital social representado por quotas-partes;

III - limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais;

IV - inaccessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade;

V - singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade;

VI - quorum para o funcionamento e deliberação da Assembleia Geral baseado no número de associados e não no capital;

VII - retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral;

VIII - indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social;

IX - neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social;

X - prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa;

XI - área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços.

De acordo com as citações acima, percebe-se que o cooperativismo além de estar presente em nossos meios é uma escolha que cada ser pode fazer, para usar em seu benefício ou não. As cooperativas são um meio de facilitar o acesso ao cooperativismo, e por isso as mesmas são regidas por leis e normas, e principalmente por seus princípios.

2.1.2. Cooperativismo de Crédito no Brasil.

O desenvolvimento do cooperativismo de crédito no Brasil tem seu destaque com a chegada dos imigrantes vindo da Itália e da Alemanha, os quais traziam na bagagem o conhecimento de sua terra natal.

De acordo com OCB (2012), o início do cooperativismo de crédito no Brasil foi em 1902, no Rio Grande do Sul, através do Padre Jesuíta Teodoro Amstadt, enquanto percorria a região como missionário, também levava a doutrina do cooperativismo. O modelo que aqui foi preconizado é o de Friedrich Wilhelm Raiffeisen que obteve grande sucesso.

Para Etgeto et al (2005, p. 13)

A primeira cooperativa de crédito surgiu no município de Nava Petrópolis (RS), em 1902, baseada no modelo agrícola alemão. A partir desta iniciativa o movimento de crédito rural tomou força e se expandiu por todo o país, com destaque para o estado gaúcho que, inclusive, chegou a organizar uma central responsável pela monitoração de todas as singulares. Paralelamente observou-se também o desenvolvimento sobretudo nas regiões sul e sudeste do país, das cooperativas do Tipo Luzzatti, chamadas assim aquelas sociedades baseadas no modelo Italiano de crédito cooperativo e que tinham como principal característica a aceitação de todas as categorias econômicas em seu quadro social.

Como se depreende o iniciado cooperativismo no Brasil teve a influência das grandes doutrinas europeias, pois as mesmas que deram certo em suas regiões, quando as mesmas chegaram aqui era só implantar o sistema de cooperativas com a ajuda da população. Além destes dois sistemas Raiffeisen e Luzzatti, teve o terceiro sistema o Desjardins, que chegou ao Brasil no final dos anos 50.

Conforme OCB (2012) aponta no final dos anos 50 o terceiro e último modelo deste segmento, o Sistema Desjardins, o mesmo foi trazido pela senhora Maria Thereza Rosália Teixeira Mendes, a qual tinha acabado de concluir um curso sobre cooperativismo na Universidade de São Francisco, no Canadá e contou com a ajuda incontestável do Bispo auxiliar do Rio de Janeiro, Dom Hélder Câmara.

No momento em que o cooperativismo de crédito passava por algumas crises chegou o modelo Desjardiano, entendido como a constituição de Cooperativas de Crédito ou Caixa de Crédito Popular, e sua principal intenção era solucionar as necessidades mais preeminentes da população. Este sistema foi criado pelo canadense Alphonse Desjardins. Entende-se que mesmo sem a autorização do órgão governamental responsável, Economia Rural do Ministério da Agricultura, algumas cooperativas tiveram suas portas abertas.

Juntamente com a evolução e a implantação dos sistemas cooperativistas, também houve suas regulamentações. Foi através dos decretos, normas e leis que se deu início a regulamentação e o funcionamento das cooperativas de crédito, e assim, começaram a ser oficializadas.

Para Melo Sobrinho et al. (2009, p. 18)

Até 1971, a regulamentação cooperativa sofreu intensas mudanças com destaque para a Lei nº. 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que ao disciplinar o funcionamento do Sistema Financeiro Nacional (SFN), atribuiu ao Banco Central do Brasil (Bacen) competência para supervisionar as instituições financeiras, entre elas as cooperativas de crédito. Com a edição da Lei nº. 5.764, de 16 de dezembro de 1971, conhecida como lei Cooperativa, iniciou-se o processo de mais estabilidade, pois as cooperativas passaram com a proteção de um código específico e completo, que estabelece a Política Nacional do Cooperativismo. O marco regulatório, ao disciplinar o segmento de forma adequada, favoreceu seu crescimento desde então.

Antes destas leis, tiveram os Decretos do Poder Legislativo nº. 979, de 06 de janeiro de 1903, que junto com o Decreto nº 6.532, de 20 de junho de 1907, os quais autorizavam os sindicatos à organização de caixas rurais de crédito agrícola, como também cooperativas de produção e consumo. O Decreto nº. 1.637, de 05 de janeiro de 1907, sendo esta a primeira norma a disciplinar o funcionamento das cooperativas, fez com que as cooperativas viessem a se organizar como sociedades anônimas, em nome coletivo ou em comandita.

Além destes decretos, as cooperativas passaram por outras mudanças, até mesmo exclusão de algum estilo, isso tudo devido sua forma de funcionamento, e consequentemente sua regularização. De acordo com Pinheiro (2008, p. 29)

A Lei nº. 4.984, de 31 de dezembro de 1925, excluiu as cooperativas de crédito que obedecessem aos sistemas Raiffeisen e Luzzatti da exigência de expedição de carta patente e de pagamento de quotas de fiscalização, atribuindo ao Ministério da Agricultura a incumbência da fiscalização, sem ônus algum, do cumprimento das prescrições do Decreto nº. 1.637. Menos de um ano depois, o Decreto nº. 17.339, de 2 de junho de 1926, aprovou o regulamento destinado a reger a fiscalização gratuita da organização e do funcionamento das caixas rurais Raiffeisen e banco Luzzatti. Coube, então, ao Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas, órgão do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, a tarefa de fiscalizar as cooperativas de crédito.

Como constatou-se que para o cooperativismo chegar a ter uma regulamentação condizente com seus aspectos próprios, o mesmo passou por diversas reformulações sendo que hoje o ramo de crédito está totalmente regularizado.

Para Melo Sobrinho et al. (2009, p. 18 Apud SOARES e MELO SOBRINHO, 2008)

Foi a partir de 1965, com a edição da Resolução nº. 11, de 8 de setembro, do Conselho Monetário Nacional (CMN), que se deram os primeiros passos para construção do marco regulatório, ou infralegal. Posteriormente, por meio da resolução nº 15, de 28 de Janeiro de 1966, foi vedada a cooperativa de crédito o acolhimento de depósito que não fossem a vista, restrito a associados, fato revisto no mesmo ano, por meio da Resolução nº. 27, de 30 de junho. Essa resolução determinou a distribuição semestral aos associados das eventuais sobras existentes, mantida na lei nº. 5.764, de 1971. Em 1968, por meio da resolução nº. 99, de 19 de setembro, foi admitida a possibilidade de autorização de funcionamento de cooperativas de crédito rural, integrados não somente por produtores rurais.

Foram várias as barreiras que o cooperativismo de crédito teve que ultrapassar para conseguir seu espaço e reconhecimento junto a outras instituições financeiras.

De acordo com OCB (2012), o ramo do cooperativismo de crédito recebeu mais atenção no objetivo de democratizar as linhas de crédito do governo federal quando foi aprovada a Resolução nº. 3.058, em 20 de dezembro de 2002, onde era permitida a constituição das mesmas por pequenos empresários, por microempresários ou micro empreendedor. No ano seguinte a Resolução nº. 3.106 de 25 de julho de 2003, permitido a criação de cooperativas com livre admissão. Logo em seguida com a Resolução nº. 3.140, de 27 de novembro de 2003, foi permitido à criação de cooperativas de empresários. No ano de 2005, Resolução nº. 3.321, de 30 de setembro, foram redefinidas as regras para constituição a autorização e o cancelamento de cooperativas de crédito.

Uma das mais recentes Resoluções para o ramo de Cooperativismo de Crédito é a de nº. 3.442/07, na qual se definiu regras de funcionamento tais como, os repasses aos bancos centrais cooperativos, as auditorias independentes, entre outras.

A Resolução nº 3.442, de 28 de fevereiro de 2007, é assim definida por Melo Sobrinho et al. (2009, p. 21) “manteve os princípios normativos já consolidados e aperfeiçoou as regras relativas as exigências de capital e de patrimônio das cooperativas de livre admissão, vinculando-as a determinadas variáveis, tais como a população e a região geográfica de atuação”.

No ano de 2010, a Resolução de nº. 3.859, de 27 de maio, revogou-se a Resolução nº. 3.442/07, mas manteve-se as exigências consolidadas e também foi complementada de acordo com as necessidades ou exigências do momento. A Resolução altera e consolida as normas de

constituição e funcionamento de cooperativas de crédito, sendo que a mesma trata da autorização para o funcionamento e da alteração estatutária, das condições estatutárias de admissão de associados, firmando as condições especiais para cooperativas de livre admissão de associados para pequenos empresários, microempresários e micro empreendedor e também de empresários. Trata também da aplicação de princípios da governança corporativa, das atribuições especiais das cooperativas centrais de crédito e das confederações de centrais, da auditoria externa, do capital e do patrimônio, das operações e dos limites de exposição por cliente, do cancelamento da autorização para funcionamento, das disposições complementares.

Lembrando que as cooperativas de crédito como qualquer outra instituição financeira precisam seguir as regras e normas impostas pelo Banco Central do Brasil e pelo Conselho Monetário Nacional.

Conforme lembrete da OCB (2012) de que:

Além de contarem com instrumentos de controle internos, sujeitam aos dispositivos da legislação em vigor, bem como a prática de atos contrários aos princípios cooperativistas, às penalidades da Lei nº. 4.595, de 31 de dezembro de 1964, sem prejuízo de outras estabelecidas na legislação em vigor. A Resolução nº. 3041, de 28.11.02, estabelece condições para o exercício de cargos em órgãos estatutários de instituições financeiras. Constatada, a qualquer tempo, irregularidade cadastral contra os administradores, preexistente à respectiva eleição ou nomeação, ou falsidade nas declarações ou documentos apresentados na instrução do processo, o Banco Central do Brasil poderá, a seu critério, revogar o ato que concedeu a homologação do nome do eleito ou nomeado.

Como pode se verificar, as cooperativas de crédito, funcionam como qualquer outra empresa ligada ao sistema financeiro. Estas devem estar enquadradas às exigências do Banco Central Brasil para não ficarem sujeitas a sanções impostas na Legislação. O Cooperativismo de Crédito por estar galgando um espaço importante junto no mercado nacional, e ajudando no desenvolvimento das comunidades em que se instalam, está sendo reconhecido pelo tratamento igualitário e humanizado que dá a seus associados.

2.1.3. Cooperativismo em Santa Catarina

Diferente dos outros estados do Brasil, em Santa Catarina as primeiras tentativas para a constituição de cooperativas ocorreram no meio rural. No período pós-guerra o estado teve grandes mudanças no mercado econômico e social. Houve grande aumento da população devido à vinda dos emigrantes da Europa, que em virtude da recessão provocada pela guerra

em seus países, vieram em busca de uma vida melhor, trazendo consigo o conhecimento do cooperativismo que já era desenvolvido na Europa e com grande aceitação.

De acordo com a OCESC (2004) umas das primeiras tentativas de implantar o cooperativismo no estado foi com a criação de uma colônia de produção e consumo em São Francisco do Sul em 1841. Em seguida continuaram as tentativas com sociedades cooperativas de crédito rural, agrícolas, de produção entre outras. Até 1934, as cooperativas se desenvolveram com mais êxito nas regiões de: Rio dos Cedros, Urussanga, Nova Veneza, Concórdia, Itapiranga, Rio do Sul, Palmitos, destacando que os principais participantes eram os franceses, italianos, alemães e poloneses.

Apesar das indústrias apresentarem crescimento e diversificação, a agricultura é que comandava a economia.

De acordo com Segnfredo et al. (2005, p. 20) “Em 1960, a indústria era responsável por cerca de 20% do Produto Interno Bruto (PIB) do estado, enquanto atividades agrícolas e extrativistas correspondiam a mais de 50%”.

Nesse cenário o cooperativismo teve seu desenvolvimento, foi no extremo oeste do estado onde se concentravam imigrantes vindos do Rio Grande do Sul em busca de novas terras e melhores condições de vida, surgindo assim, em 1932 a primeira Cooperativa de Crédito do estado no atual município de Itapiranga.

De acordo com Segnfredo et al. (2005, p. 12-13) foi:

Em 21 de outubro de 1932, seis anos após a chegada dos colonos, nascia a Caixa União Popular de Porto Novo, com 41 sócios-fundadores, entre eles agricultores, comerciantes, artesãos e prestadores de serviços diversos. Na mesma data, em assembleia geral realizada no Hotel Black, os associados decidiram fundar a Sociedade Cooperativa de Crédito Rural e Responsabilidade Ilimitada “Caixa Rural União Popular de Porto Novo”, a primeira cooperativa de crédito catarinense, que seguiu o modelo Raiffeisen. A presidência da Sparkasse – termo em alemão que define Caixa Rural – ficou sob responsabilidade de um de seus fundadores, José Werlang, que ocupou o cargo até 1945.

A cooperativa não teve um início fácil, pois as condições eram precárias, tinha apenas um balcão para o atendimento dos clientes e uma mesa que era usado como escrivaninha, duas cadeiras, uma máquina de escrever e um cofre. Sem o auxílio de máquina calculadora, se beneficiava somente das habilidades matemáticas dos funcionários. Os registros dos livros caixas eram efetuados com caneta de aço e tinteiro.

Por muito tempo a Cooperativa de Crédito Rural foi o único sistema financeiro que existia na cidade de Itapiranga. Sendo que, foram concentradas nela, todas as movimentações financeiras, como pagamentos de duplicatas e transferências de dinheiros. Do lucro anual

70% eram destinados para o Fundo de Reserva Especial e 30% eram para benefícios da comunidade.

O cooperativismo de crédito passou por algumas dificuldades durante o período de seu crescimento no estado, como também no restante do país, segundo Segnanfredo et al. (2005, p. 23):

Enquanto as cooperativas de produção se multiplicavam, o cooperativismo de crédito passava por um período de instabilidade, marcado por mudanças constantes na legislação que regulamentava o segmento. Ao final de 1961, o país contabilizava 511 cooperativas de crédito, com 547.854 associados. Em novembro do ano seguinte, durante o governo João Goulart, o Decreto nº 1.503 editado pelo Conselho de Ministros suspendeu as autorizações e os registros de novas cooperativas de crédito, estancando o crescimento do setor.

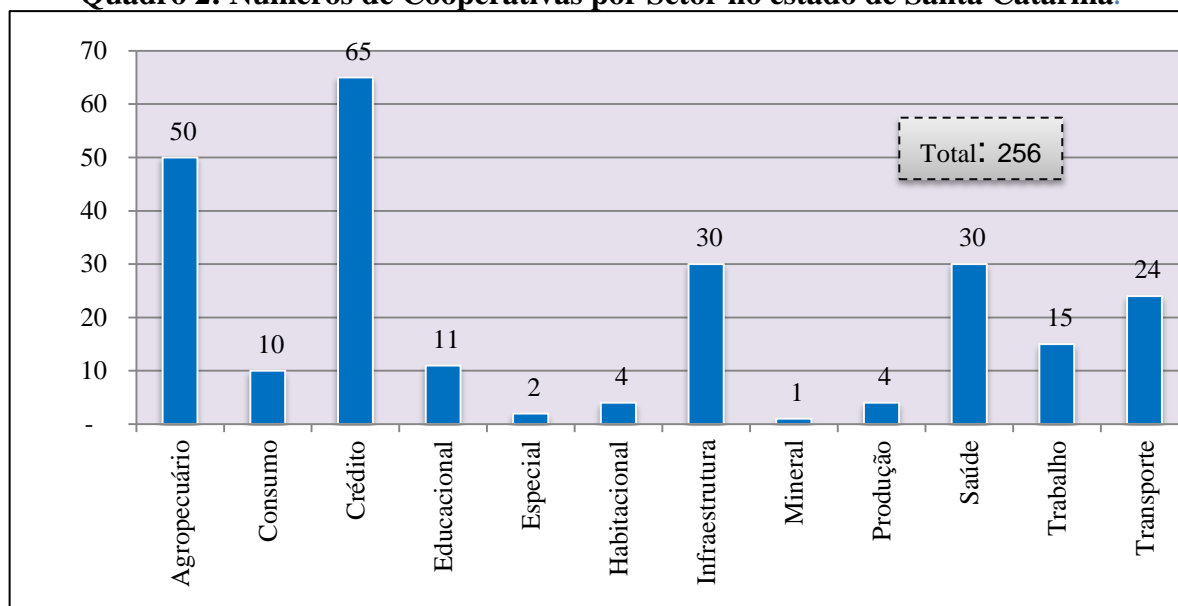
Após um longo período de estagnação, o estado voltou a desenvolver o cooperativismo de crédito em 1982, obtendo o apoio da Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCESC), onde criou-se o Comitê de Pró Constituição das Cooperativas Rurais, o qual tinha como finalidade organizar as pessoas para esclarecer quais os benefícios que o cooperativismo traria para a área financeira.

As dificuldades foram muitas, mas vendo o sofrimento que os produtores rurais encontravam para conseguir financiamento, o comitê incentivou para que algumas cooperativas de produção passassem para um sistema de Cooperativas de Crédito. Nelas era organizado um grupo que se deslocava para outros estados, como São Paulo, Rio Grande do Sul em busca de conhecimento.

Tendo como escolha, para o aprimoramento de cooperativas, foi elaborada uma proposta projeto e encaminhada ao Banco Central do Brasil, para assim ser aprovada a constituição de Cooperativas de Crédito Singular. De acordo com Segnanfredo et al. (2005, p. 25):

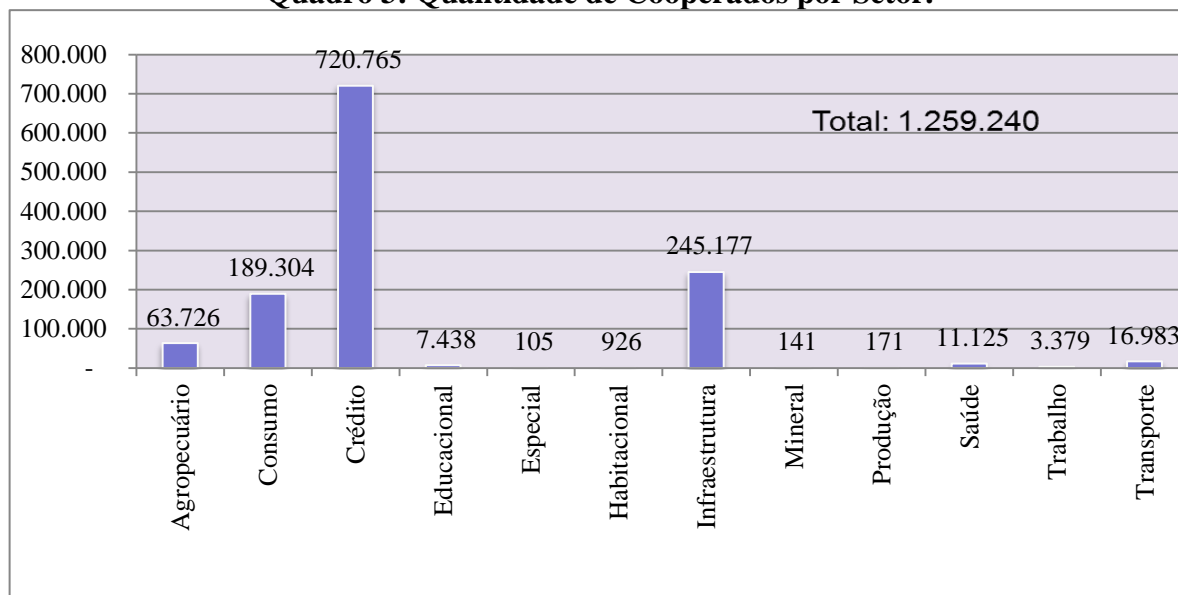
Esses projetos começaram a ser aprovados em 1985, com a autorização para funcionamento da Cooperativa de Crédito do Alto Uruguai Catarinense (CREDIAUC), com sede em Concórdia. Apoiada pela COPÉRDIA, a CREDIAUC foi criada em 8 de novembro de 1984, por 33 sócios-fundadores. Entre eles estava Rui Schneider da Silva, que foi eleito o primeiro presidente da cooperativa de crédito.

Esta foi uma das várias dificuldades que o Cooperativismo de Crédito superou em Santa Catarina. Hoje é um setor que tem um grande destaque entre os demais. Em julho de 2012 era o setor apresentava o número maior de cooperativas.

Quadro 2: Números de Cooperativas por Setor no estado de Santa Catarina.

Fonte: OCESC (2012)

Pode-se dizer que as Cooperativas de Crédito conquistaram seu espaço junto ao mercado financeiro, além de apresentar o maior número de cooperativas no estado, apresentando também a maior quantidade de cooperados em Julho de 2012.

Quadro 3: Quantidade de Cooperados por Setor.

Fonte: OCESC (2012).

Apesar de passar por dificuldades evidentes, o cooperativismo conseguiu superar, sendo hoje uma ferramenta de grande auxílio para o crescimento do estado. O Cooperativismo

está presente em todo o Estado de Santa Catarina, ajudando no desenvolvimento das comunidades onde atuam, apoiando a educação, demonstrando-se preocupadas com o meio ambiente e principalmente com o bem estar social.

2.1.4. Contabilidade das Cooperativas de Crédito

As Cooperativas de Crédito estão classificadas como Instituições Financeiras. Pode se confirmar através da Resolução do CFC nº. 876, de 18 de abril de 2000 que diz:

São consideradas entidades financeiras, para efeitos desta norma, as agências de fomento ou de desenvolvimento, associações de poupança e empréstimo, bancos comerciais, bancos de desenvolvimento, bancos de investimento, bancos múltiplos, caixas econômicas, companhias hipotecárias, cooperativas de crédito, corretoras de títulos e valores mobiliários e câmbio, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, sociedades de crédito ao microempreendedor, sociedades de crédito, financiamento e investimento e sociedades de crédito imobiliário.

Assim, sua escrita contábil e demais obrigações acessórias, não se diferenciam de outras sociedades empresariais financeiras, sendo que a mesma segue as convenções e os princípios geralmente aceitos, e que estão de acordo a Lei nº. 11.638/07, a Lei nº 11.949/09 assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade.

De acordo com Zdanowicz (2010, p. 35)

A atual legislação determina que, ao final de cada exercício social, a diretoria da cooperativa deve apresentar com base nos registros contábeis, os relatórios, as demonstrações, e os pareceres, expressando com clareza, transparência e a situação de liquidez e rentabilidade da organização, bem como as mutações patrimoniais ocorridas entre o exercício anterior e o atual.

As demonstrações Contábeis que uma sociedade cooperativa de crédito tem por obrigação publicar, de acordo com Banco Central do Brasil em sua Circular nº. 1.561 de 19 de novembro de 1989, são: mensalmente deve ser elaborado o balancete patrimonial analítico, na data base de 30 de junho, o balancete patrimonial analítico, junto com o balanço patrimonial analítico e a demonstração dos resultados do 1º semestre. Quando encerra o exercício anual é necessário além dos relatórios da data base de 30 de junho, a demonstração do resultado do exercício.

Estas demonstrações após serem elaboradas tem data determinada, até o décimo dia de cada mês para os balancetes, no mês de julho encerramento do primeiro semestre e em janeiro encerramento do exercício social até o décimo quinto dia, para as demonstrações as quais serão encaminhadas para o Banco Central do Brasil, o qual verifica se as mesmas se enquadram em suas exigências.

As cooperativas de crédito têm mais um diferencial, onde sua demonstração de resultado de exercício passa ser a demonstração de sobras ou perdas de acordo com a Resolução do CFC nº. 1013 de 21 de janeiro de 2005.

A denominação da Demonstração do Resultado da NBC T 3.3 é alterada para Demonstração de Sobras ou Perdas, a qual deve evidenciar, separadamente, a composição do resultado de determinado período, considerando os ingressos diminuídos dos dispêndios do ato cooperativo, e das receitas, custos e despesas do ato não-cooperativo, demonstrados segregadamente por produtos, serviços e atividades desenvolvidas pela Entidade Cooperativa.

As Demonstrações Contábeis publicadas para os associados são mais abrangentes, as mesmas seguem as exigências e estruturas impostas pela Lei nº. 11.638/07 e as Normas Brasileira de Contabilidades. Que de acordo com Zdanawicz (2010, p. 36) “é composto pelos seguintes elementos: a) relatórios; b) demonstrações financeiras; e c) pareceres”. Onde temos que:

a) Relatórios - o Relatório Administrativo é utilizado pelo presidente e conselho administrativo para descrever os dados e informações relevantes sobre o estado da cooperativa, podendo ser revelado situações otimistas, e também situações pessimistas de acordo com os números e relatórios apresentados.

Relatório é assim definido por Zdanawiz (2010, p. 36)

O relatório administrativo também denominado por mensagem do Conselho de Administração é um documento informativo, no qual o Diretor-Presidente descreve de forma reduzida e comparativa o desempenho da cooperativa sobre o exercício anterior e atual, na ótica econômica, financeira e patrimonial, bem como apresenta as principais notícias do setor e as perspectivas futuras.

Assim, ao ler um relatório de administração, consegue-se obter uma base da atual situação da empresa. Para complementar as informações são apresentadas as demonstrações financeiras, que complementam e agregam informação ao que foi descrito no relatório.

b) Demonstrações Financeiras: para a Lei nº. 6.404/76 e suas alterações, as demonstrações financeiras que devem ser publicadas pelas cooperativas são:

Balanco Patrimonial (BP) - tem como principal função apresentar a situação financeira da empresa em determinada época, como a maioria das empresas encerra seu ciclo operacional junto com o ano, é normalmente está à data mais usada.

Para Marion (2007, p. 42) “é a principal demonstração contábil. Reflete a posição financeira em determinado momento (...) É como se tirássemos uma foto da empresa e víssemos de uma só vez todos os bens, valores a receber e valores a pagar em determinada data”.

Complementando com Zdaowicz (2010, p. 37)

O Balanço patrimonial é a peça contábil que demonstra quantitativa e qualitativamente, em determinada data, o patrimônio da cooperativa. Os valores das contas que constam no Balanço Patrimonial refletem a situação de momento, pois, no período seguinte, diversas contas poderão modificar seus saldos para mais ou para menos e algumas ficarem inalteradas.

De uma forma reduzida, pode-se apresentar o ativo como sendo os bens, é um direito que a empresa tem, já o passivo são suas obrigações, sendo que o patrimônio líquido é a diferença entre os direitos e obrigações.

De acordo com Lei nº. 6.404/74 atualizada pela Lei nº. 11.638/07, em seu do Art. 178 a classificação será: “no balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrarem, sendo assim, agrupado de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia”.

Constata-se que, o Balanço Patrimonial é uma demonstração financeira na qual poderá se verificar qual é a situação da empresa na data de sua publicação, sabendo-se que as contas do ativo estarão classificadas em ordem decrescente de liquidez, e o passivo em ordem crescente.

Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) - sua principal função é demonstrar se a empresa obteve lucro ou prejuízo no exercício social. Sua apresentação é na forma vertical, onde comprovam-se as variações positivas, receitas, ganhos e sobras e os resultados negativos, os custos, as despesas e as perdas.

De acordo com Zdanowicz (2010, p. 43)

A Demonstração do Resultado do Exercício relaciona as operações realizada pela cooperativa durante o período, informando as sobras ou perdas líquidas. Essa demonstração evidencia a composição do resultado gerado pelas operações da cooperativa de acordo com o princípio contábil de competência.

Por ser uma empresa diferenciada, não obtendo como principal meta o lucro, mas sim, a ajuda mútua dos seus associados, a DRE para as cooperativas é chamada de Demonstração de Sobras ou Perdas (DSP). Mas é somente o nome que modifica, sua estrutura segue as definidas pela Lei nº. 6.404/76 e suas alterações.

Se adaptar o Art. 187 da Lei nº. 6.404/76 com as alterações da Lei nº. 11.638/07, e da Lei nº. 11.941/09, para as cooperativas ficará da seguinte forma sua definição para a Demonstração de Sobras ou Perdas.

I- a receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos;

- II- a receita líquida das vendas e serviços, o custo das mercadorias e serviços vendidos e a sobra bruta;
- III- as despesas com as vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas financeiras, as despesas gerais e administrativas e outras despesas operacionais;
- IV- a sobra ou perda operacional, as outras receitas e as outras despesas;
- V- o resultado do exercício antes do imposto de renda e a provisão para o imposto;
- VI- as participações de associados, dirigentes e contribuições para instituições e fundos de assistência ou previdência de cooperados que não se caracterizam como despesa; e
- VII- a sobra ou perda líquida do exercício e o seu montante por cotas partes.

Sendo assim, percebe-se que a única mudança é na nomenclatura, a estrutura se mantém a mesma que a Lei das Sociedades Anônimas definiu. Com a DSP de uma cooperativa pode se analisar sua situação econômica na data de sua publicação.

Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) - podem ser apresentadas de duas formas, o modelo de DFC direto, onde é cogitado somente com as entradas e saídas de dinheiro do caixa, ou seja, as movimentações que modificaram o caixa. Já na DFC indireto, são apresentadas as movimentações operacionais que ocorreram na empresa, como por exemplo, as contas a receber e a pagar, os estoques do período.

Conforme Zdanowicz (2010, p. 46) a Demonstração do Fluxo de Caixa:

É um instrumento contábil que relaciona todas as entradas e saídas de caixa de recursos financeiros do período, auxiliando na análise da situação econômica e patrimonial da cooperativa. A Demonstração do Fluxo de Caixa contábil representa todos os ingressos e desembolsos de caixa ocorridos na organização.

Adaptando o Art. 176 da Lei nº. 6.404/76, atualizada pela Lei n. 11.638/07 em seu § 6º para as cooperativas fica da seguinte forma:

§ 6º As cooperativas com patrimônio líquido, na data do balanço, inferior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) não será obrigada à elaboração e publicação da demonstração dos fluxos de caixa.

Desta forma, verifica-se que a DFC apresenta as modificações que ocorreram no exercício no saldo de caixa e do equivalente de caixa, divididas nos fluxos das operações, dos financiamentos e dos investimentos.

Demonstração de Sobras ou Perdas Acumuladas (DSPA) - tem como principal papel a apresentação das mudanças ocorridas com as sobras ou perdas da empresa, comparando com os resultados obtidos no exercício social atual em relação ao anterior.

Ao se adaptar a Lei nº. 6.404/76 das Sociedades Anônimas para as cooperativas em seu art. 186 fica a seguinte estrutura:

- I - o saldo do início do período, os ajustes de exercícios anteriores;
- II - as reversões de reservas e as sobras e perdas do exercício;
- III - as transferências para reservas, às sobras a distribuir, a parcela das sobras incorporada ao capital e o saldo ao fim do período.

Para Zdanowicz (2010, p. 51) “a Demonstração de Sobras ou Perdas Acumuladas deverá indicar o montante de sobras a distribuir pela cooperativa por cota parte do capital (...). Essa demonstração é elaborada para evidenciar as alterações ocorridas nos resultados acumulados da cooperativa”.

Seu principal objetivo é demonstrar qual foi o resultado obtido das sobras ou perdas que a cooperativa alcançou no final de seu exercício social, e apresentar qual será a destinação da cooperativa, podendo ser para o fortalecimento da estrutura patrimonial, ou se para investimentos em novos negócios, mas, principalmente não deixar de manter os associados com uma remuneração satisfatória.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido DMPL – têm como função demonstrar quais foram as principais mudanças que ocorreram no Patrimônio Líquido do último exercício social para o atual.

Conforme Zdanowicz (2010, p. 52)

Essa demonstração considera as alterações do Patrimônio Líquido em nível global como as integralizações de cotas partes, o resultado do exercício, os ajustes de exercícios anteriores, as sobras, as reavaliações e, em nível de mutações internas, e as incorporações de reserva de capital.

A DMPL é uma demonstração importante, pois a mesma detalha todas as mudanças que aconteceram no Patrimônio Líquido de um ano para outro, explicitando as origens das contas e deixando claro o fluxo das contas, apontando se teve um acréscimo ou redução.

Notas Explicativas - são importantes para a explicação das transações feitas pela empresa, que ao olhar as demonstrações não são identificadas. São usadas principalmente para explicar mudanças do patrimônio líquido e dos resultados do exercício.

Segundo Zdanowicz (2010, p. 54)

As Notas Explicativas são esclarecimentos de grande relevância às Demonstrações financeiras, sendo parte integrante das mesmas. Elas podem ser expressas tanto na

forma descritiva como em quadros analíticos, ou englobar outras demonstrações, se forem necessárias para evidenciar os resultados e a situação financeira da cooperativa, como: Demonstração do Valor Adicionado, Demonstrações Financeiras Padronizadas, Informações Trimestrais, Informações Anuais e *Financial Accounting Standards Board- FASB*.

A cooperativa apresenta em Notas Explicativas, alguns esclarecimento como: qual foi a data base da elaboração das demonstrações financeiras, quais foram os critérios utilizados para os cálculos de depreciação, amortização, das provisões de possíveis perdas entre outros. Ou seja, ao ler as Notas explicativas obter-se-á todas as informações das principais mudanças ocorridas na empresa no último exercício social.

c) Pareceres - apesar de não estarem enquadradas como empresa de capital aberto, as cooperativas precisam ser analisadas por auditores independentes, para assim emitir um parecer sobre as demonstrações que serão publicadas.

O parecer traz mais credibilidade à empresa, de acordo Marion (2007, p. 496) é: “onde se expressa haver um exame das Demonstrações Financeiras, efetuado de acordo com os padrões de auditoria realmente aceito”.

Os auditores independentes são contratados para efetuar a análise nas Demonstrações Financeiras, e verificar se as mesmas estão de acordo com os princípios de contabilidade.

Para Zdanowicz (2010, p. 55) os auditores são contratados para: “emitir opinião sobre a correção e a veracidade das peças contábeis. Eles verificam os controles internos da cooperativa, conferem os lançamentos e as conciliações contábeis, confrontando com os saldos da conta corrente”.

Desta forma, verifica-se que as Demonstrações Contábeis que são publicadas pelas cooperativas, em nada se diferenciam das outras empresas. Uma diferença entre as cooperativas e as outras sociedades empresariais é a tributação, já que as cooperativas são isentas, somente são tributadas quando ocorrem movimentações consideradas atos não cooperativos.

O Ato cooperativo é o que está definido na constituição. Segundo Trindade (2012, p. 01): “os atos jurídicos que criam, mantém ou extinguem relações cooperativas, exceto a constituição da própria entidade, de acordo com o objeto social, em cumprimento de seus fins institucionais”.

Não esquecendo que atos não cooperativos têm tratamento diferenciado, segundo Oliveira (2009, p. 26 Apud IRION, 1997, p.102) “os resultados dos atos não cooperativos se refletem na economia da sociedade e não na economia dos sócios. São tributáveis sendo a

cooperativa a contribuinte e o saldo destinado ao Fundo de Assistência Técnica e Educacional e social das cooperativas”.

Conforme, Roik; Schvarz (2006 Apud TRINDADE, 2006, p. 3).

As operações tidas como atos não cooperativos e as realizadas com indivíduos estranhos ao quadro social são consideradas mercantis, incidindo, portanto, imposto de renda. Não pode, entretanto, ocorrer à tributação nos moldes tradicionais, em razão do princípio da igualdade, por ser a finalidade das sociedades comerciais diversa das cooperativas, que não visam a lucro.

São exemplos de atos não cooperativos, dentre outros, os seguintes (Lei nº 5.764, de 1971, arts. 85, 86, e 88):

1. A comercialização ou industrialização, pelas cooperativas agropecuárias ou de pesca, de produtos adquiridos de não associados, agricultores, pecuaristas ou pescadores, para completar lotes destinados ao cumprimento de contratos ou para suprir capacidade ociosa de suas instalações industriais;
2. De fornecimento de bens ou serviços a não associados, para atender aos objetivos sociais;
3. De participação em sociedades não cooperativas, públicas ou privadas, para atendimento de objetivos acessórios ou complementares;
4. As aplicações financeiras;e
5. A contratação de bens e serviços de terceiros não associados.

Por comercializar com não sócios a cooperativa não vai perder sua caracterização, somente ela terá que ser tributada como qualquer outra empresa comercial. Sendo tributada pelo Lucro real.

De acordo com Lei n.9.718/98, inciso. II art. 14º que determina:

Art. 14. Estão obrigadas à apuração do lucro real as pessoas jurídicas: (...)
II - Cujas atividades sejam de bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras de títulos, valores mobiliários e câmbio, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidades de previdência privada aberta.

Constata-se assim, que as cooperativas precisam seguir as mesmas normas impostas para as outras empresas comerciais e instituições financeiras, para os registros contábeis e suas Demonstrações Financeiras, sendo diferenciada somente em sua tributação, pois não são tributadas todas as suas comercializações, somente as de ato não cooperativos.

2.2. Análise das Demonstrações Contábeis

A análise de balanço é uma ferramenta que serve para a tomada de decisão, onde através de seus índices, demonstram ao usuário informações úteis. Este instrumento valioso é tão antigo quanto o surgimento da contabilidade.

De acordo com Iudicibus (1988, p. 19) “Nos primórdios da Contabilidade, quando está se resumia, basicamente, à realizações de inventários, já o analista se preocupava em anotar as variações quantitativas e qualitativas das varias categorias de bens incluídos em seu inventário”.

Seu desenvolvimento mais notório foi através do sistema bancário, quando os bancos dos Estados Unidos no final do Século XX, começaram a solicitar a seus clientes os balanços das empresas para fazer a análise e efetuar o empréstimo.

Segundo Matarazzo (2010, p. 8):

A medida ganhou aceitação ampla quando, em 9 de fevereiro de 1985, o Conselho Executivo da Associação dos Bancos no estado de New York resolveu recomendar aos seus membros que solicitassem aos tomadores de empréstimos declarações escritas e assinadas de seus ativos e passivos.

Desta maneira se deu o princípio do processo de análise, inicialmente era analisado somente o Balanço Patrimonial, uma das razões que ainda hoje, faz com que a análise das demonstrações contábeis continua sendo conhecida como análise de Balanço.

Com o passar do tempo à análise ganhou destaque e foram acrescentados novos índices para análise dos Balanços. Passando assim, a serem analisadas todas as demonstrações Financeiras, criando indicadores que demonstram a situação econômico-financeira das empresas para uso interno e externo.

De acordo com Marion (2007, p. 15) “só teremos condições de conhecer a situação econômico-financeira de uma empresa por meio de três pontos fundamentais de análise: Liquidez (situação financeira), rentabilidade (situação econômica) e Endividamento (estrutura de capital)”.

Desta forma a análise é a observação que se faz das contas, confrontando os grupos entre si ou com o todo, para verificar seu desenvolvimento.

Segundo Savytzky (2010, p. 33)

A análise consistem no exame isolado das contas, na comparação de grupos de contas entre si ou em relação ao todo. Essas comparações podem ser feitas por números absolutos, números índices, percentagens e quocientes. Existe um grande número de fórmulas para a apuração desses índices. Alguns deles são indispensáveis e por isso, podem ser tidos como básicos, e outros complementares, que funcionam como auxiliar na determinação do diagnóstico ou, ainda, para fins estatísticos.

Sendo assim, ao se fazer uma análise de balanços, necessita-se verificar quais os índices que serão utilizados, para assim, usar apenas o necessário e chegar à finalidade desejada e organizá-los em ordem de importância, para que os resultados sejam racionais e conclusivos, junto com o modo de interpretação.

Para Matarazzo (2010, p. 3) “as demonstrações financeiras fornecem uma série de dados sobre a empresa, de acordo com as regras contábeis. A análise financeira transforma esses dados em informações e será tanto mais eficiente quanto melhores informações produzir”.

A análise financeira é uma forma de confrontar os dados de uma empresa, as demonstrações contábeis, e transforma-las em informações, que possam ajudar a identificar os pontos cruciais e exibir um escopo de opções para ajudar nas tomadas de decisão, ou para solucionar problemas.

De acordo com Assaf Neto (2010, p. 35),

A análise de balanço visa relatar, com base nas informações contábeis fornecidas pelas empresas, a posição econômica financeira atual, as causas que determinam a evolução apresentada e as tendências futuras. Em outras palavras, pela análise de balanços extraem-se informações sobre a posição passada, presente e futura (projetada) de uma empresa.

A finalidade da análise econômico-financeira, não é simplesmente verificar o desempenho das empresas nos anos anteriores através de seus dados, mas com as informações absorvidas, fornecer apoio para a projeção da sociedade de modo geral, e calculando futuras tendências operacionais e econômicas necessárias para auxiliar nas tomadas de decisão.

Segundo Matarazzo (2010, p. 5),

O analista de balanço preocupa-se com as demonstrações financeiras que, por sua vez precisam ser transformadas em informações que permite concluir se a empresa merece ou não crédito, se vem sendo bem ou mal administrada, se tem ou não condições de pagar suas dívidas, se é ou não lucrativa, se vem evoluindo ou regredindo, se é eficiente ou ineficiente, se irá falir ou irá continuar.

Uma análise bem elaborada fornece informações que auxiliam a administração na tomada de decisões, e ajuda os clientes a escolher a melhor empresa para se tornarem sócios. Muitos desses futuros sócios não têm conhecimento de dados mais técnicos, por isso ao apresentar os relatórios é essencial o analista faça o uso de uma linguagem simples.

Para Matarazzo (2010, p. 5),

Ao contrário das demonstrações financeiras, os relatórios de análise devem ser elaborados como se fossem dirigidos a leigos, ainda que não o sejam, isto é, sua linguagem deve ser inteligível por qualquer mediano dirigente de empresa, gerente de banco ou gerente de crédito. É claro que isso não acontece com as demonstrações financeiras, que, aliás, não tem nenhuma preocupação nesse sentido. As demonstrações financeiras apresentam-se carregadas de termos técnicos e suas notas explicativas são feitas exclusivamente para técnicos, a tal ponto que permitem frequentemente manipulações e acobertamento. Assim, a Análise de Balanço deve assumir também o papel de tradução dos elementos contidos nas demonstrações financeiras.

Portanto, a análise financeiro-econômica é uma ferramenta esclarecedora tanto para o corpo de administração da empresa, como para investidores e futuros investidores, a qual trata sobre o desempenho atual da empresa. Ao se fazer uma análise é necessário alguns cuidados na escolha dos dados que serão utilizados neste processo.

De acordo com Marion (2007, p.22) “averiguar se estamos de posse de todas as Demonstrações Contábeis (inclusive as Notas Explicativas). Também seria desejável ter em mãos as Demonstrações Contábeis de três períodos”. Assim se faz uma análise do desenvolvimento da empresa por mais de um ano, ficando mais fácil visualizar qual foi seu desempenho.

Outro ponto importante é averiguar se as Demonstrações Contábeis foram auditadas. O parecer da auditoria traz confiabilidade para o analista, enfatizando que aqueles dados publicados representam a real situação da empresa na data específica.

Com o resultado da análise em mãos os administradores conseguem identificar quais são os pontos fracos e fortes que a empresa está apresentando, ajudando assim na elaboração de um planejamento estratégico para futuros resultados positivos.

Sendo assim, a análise econômico-financeira é uma ferramenta auxiliar nas empresas para a administração tomar suas decisões, no mercado financeiro para os clientes decidir qual a melhor empresa para se investir. Lembrando que o resultado será mais realista ao se comparar os resultados obtidos com análise, com os resultados de empresa do mesmo setor.

2.2.1. Análise Financeira

A finalidade da análise financeira é verificar criteriosamente, todos os dados financeiros da empresa comparando-os em seus aspectos operacionais e com dados de outras entidades de mesma atividade. Esta análise financeira procura demonstrar a saúde financeira da empresa em relação a outras entidades concorrentes. Outros fatores devem servir de parâmetro na análise, pois podem influenciar na tomada de decisão pelos gestores, sendo eles, de ordem políticas, social, econômica e setorial, já as condições de dentro são o ciclo operacional, a capacidade gerencial, os controles internos, a motivação e o nível tecnológico, que podem ser afetadas.

O financeiro é assim definido para Matarazzo (2010, p. 186):

Refere-se a dinheiro. Dinamicamente, representa a variação de caixa. Estaticamente representa o saldo de caixa. O termo financeiro tem significado amplo e restrito.

Quando encarado de forma restrita, refere-se a caixa: quando seu significado é amplo, refere-se a caixa e circulante líquido.

Através desta análise, verifica-se a capacidade que a empresa apresentará em determinado momento para honrar suas dívidas. A análise financeira não se detém somente a isso, mas também auxilia a administração no momento de verificar quais são os pontos fortes e fracos da empresa na hora de tomar decisões.

Para Zdanowicz (2010, p. 75),

A análise financeira deve ser aplicada para avaliar a situação da organização, identificando os problemas potenciais, as ameaças de mercado e as fontes de recursos mais atrativas para o contínuo crescimento da cooperativa. A tomada de decisão deve estar lastreada em informações e dados internos e externos a organização, utilizando-se de um conjunto de indicadores de desempenho úteis, eficientes e práticos.

Desta forma, sua principal função é ajudar as organizações na tomada de decisões. A análise financeira apresenta a Análise de Liquidez ou Solvência, na qual se calcula a capacidade que a sociedade demonstra para honrar seus compromissos assumidos com terceiros, ou seja, se a empresa tem capacidade para saldar as dívidas de curto e longo prazo.

Para se obter a Análise de Liquidez ou Solvência se utiliza alguns quocientes. Sendo que os indicadores de liquidez mais utilizados na análise financeira são: Liquidez Imediata, Liquidez Seca, Liquidez Corrente e Liquidez Total, Grau de Endividamento, Garantia aos Capitais de Terceiros, Grau de Imobilização dos Capitais Próprios.

Em seguida será detalhado como chegar a cada indicador e qual sua função.

2.2.1.1. Índice de Liquidez Imediata

O índice de liquidez imediata apresenta a capacidade que a empresa tem em saldar suas dívidas em curto prazo. No indicador de liquidez imediata se compara as disponibilidades (caixa e equivalente de caixa) com as obrigações de curto prazo. Sua fórmula é a seguinte:

Quadro 2- Fórmula do índice de Liquidez Imediata

$\text{Liquidez Imediata} = \frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo Circulante}}$
--

Fonte: Dados da Pesquisa

De acordo com Zdanowicz (2010, p. 78) “é utilizado na avaliação do nível de recursos que estão disponíveis para o cumprimento dos compromissos mais imediato. Ele informa o quanto de dívidas de curto prazo pode ser saldado de imediato”.

Para Matarazzo (2010, p. 163)

Revela a porcentagem das dívidas a curto prazo (circulante) em condições de serem liquidadas imediatamente. Esse quociente é normalmente baixo pelo pouco interesse das empresas em manter recursos monetários em caixa, ativo operacionalmente de reduzida rentabilidade.

Apresentar um índice baixo neste indicador não é ruim, mas através do mesmo se tem uma base para constatar ou diagnosticar se a empresa conseguirá saldar suas dívidas em curto prazo. O que deve preocupar os investidores e a administração é quando o índice apresentar sucessivas reduções e a não efetivação de pagamentos. De acordo com Marion (2007, p. 91),

A empresa devera manter certos limites de segurança, não desejando o analista obter índices altos, pois o caixa e banco perdem o poder aquisitivo com a inflação. Nem reduções sucessivas nesse índice significam situações constrangedoras, podem significar uma política mais rígida de disponível, e ate mesmo, uma redução no limite de segurança. Sucessivas reduções na Liquidez Imediata, com constantes e crescentes atrasos no pagamento a fornecedor (detectados mediante as informações comerciais obtidas na praça), já são um indicador relevante de dificuldade financeira.

Desta forma, ao se deparar com um índice baixo de Liquidez Imediata, não há necessidade de entrar em desespero, tem que levar em conta que algumas das dívidas podem ser pagas dentro de poucos dias e o resultado do índice será outro. Também antes de tomar qualquer decisão é interessante verificar os resultados dos outros índices.

2.2.1.2. Índice de Liquidez Seca.

O índice de liquidez seca apresenta a capacidade da empresa em pagar suas contas sem contar com o valor dos estoques. No indicador de Liquidez Seca é comparado o ativo circulante menos o estoque em relação ao passivo circulante. Sua formula é a seguinte:

Quadro 3: Fórmula do Índice de Liquidez Seca

Liquidez Seca = $\frac{\text{Ativo Circulante- Estoque}}{\text{Passivo Circulante}}$

Fonte: Dados da Pesquisa

Para Zdanowicz (2010, p. 79) “tem como objetivo avaliar a capacidade de pagamento da cooperativa no curto prazo sem levar em conta os estoques, que são considerados como elementos menos líquido no Ativo Circulante”.

Desta maneira Assaf Neto (2010, p. 164),

O quociente demonstra a porcentagem das dívidas de curto prazo em condições de serem saldadas mediante a utilização de itens monetários de maior liquidez do ativo circulante. Essencialmente, a liquidez seca determina a capacidade de curto prazo de pagamento da empresa mediante a utilização das contas do disponível e valores a receber.

Ao se calcular os índices de Liquidez Seca de uma cooperativa, é de suma importância reduzir alguns itens como: títulos negociados e descontados; a provisão para crédito de liquidação duvidosa; os devedores duvidosos e incobráveis. Desta forma o resultado se torna mais realista, evitando assim mascarar a verdadeira liquidez.

O Índice de Liquidez Seca segundo Marion (2007, p. 89), “é bastante conservador para que possamos apreciar a situação financeira da empresa. O banqueiro gosta muito desse índice, porque se elimina o estoque. (...) é o item mais manipulável no Balanço. (...) pode se tornar obsoleto (antiquado) a qualquer momento”.

Um índice baixo neste indicador, não quer dizer que a empresa está em uma situação financeira apertada. Deve se considerar, qual o setor que a empresa atua. Por exemplo, uma Cooperativa de Crédito não trabalha com estoques logo seu índice será alto, mas em contrapartida um supermercado que tem um estoque alto e suas vendas na maioria a vista o índice apresentado será baixo. Por isso a importância de se comparar índices por setor de atuação.

2.2.1.3. Índice de Liquidez Corrente

O índice de liquidez corrente apresenta a capacidade que a empresa tem em pagar todas as contas em curto prazo. Na Liquidez Corrente é comparado o ativo circulante com o passivo circulante. Sua fórmula é a seguinte:

Quadro 4: Fórmula do Índice de Liquidez Corrente

$\text{Liquidez Corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$
--

Fontes: Dados da Pesquisa

Para Zdanowicz (2010, p. 80) “A liquidez Corrente é também denominada pelos analistas financeiros como liquidez normal ou comum. O índice de liquidez corrente é utilizado para avaliar a capacidade de pagamentos das obrigações de curto prazo”.

A liquidez corrente ajuda a esclarecer quanto a empresa tem de ativo circulante para cada R\$ 1,00 de dívidas em curto prazo, conforme quadro abaixo:

Quadro 5: Relação entre Líquidez Corrente e Capital Circulante Líquido

<i>Se:</i>	<i>Denota:</i>
Liquidez Corrente > 1,0	Capital Circulante Líquido positivo
Liquidez Corrente = 1,0	Capital Circulante Líquido nulo
Liquidez Corrente < 1,0	Capital Circulante Líquido negativo

Fonte: ASSAF NETO (2010)

Assim, quanto maior o índice de liquidez corrente, melhor será a capacidade da empresa para custear suas obrigações de capital de giro.

Lembrando que, se deve sempre comparar os índices com as empresas do mesmo setor, ou seja, com índices padrões. Segundo Marion (2007, p. 86) “Índices-padrão, que representam índices médios de diversas empresas do mesmo ramo de atividade, e que servirão de parâmetro para comparação dos índices que iremos calcular”.

Ainda de acordo com Marion (2007, p. 86) “Dada a importância desse indicador, há uma preocupação por parte dos responsáveis pelas finanças da empresa em melhorar esse índice”. Por isso a importância de se trabalhar com Demonstrações Contábeis auditadas.

2.2.1.4. Índice de Liquidez Total

O índice de liquidez total apresenta a capacidade financeira da empresa em longo prazo. Na liquidez total ou geral como também é chamada são comparados o ativo circulante com o ativo não circulante, com passivo circulante mais e o passivo não circulante. Sua fórmula é a seguinte:

Quadro 6: Fórmula do Índice de Liquidez Total

Liquidez Geral =	<u>Ativo Circulante + Ativo não Circulante</u>
	<u>Passivo Circulante + Passivo não Circulante</u>

Fonte: Dados da Pesquisa

Para Zdanowicz (2010, p. 81) “é a relação entre a totalidade dos capitais circulantes próprios de curto e longo prazo da organização exceto os valores do Investimento, Imobilizado e Intangível, em relação ao conjunto de capitais de terceiros captados pela cooperativa”.

De acordo com Assaf Neto (2010, p. 164) “A liquidez geral é utilizada também como uma medida de segurança financeira da empresa a longo prazo, relevando sua capacidade de saldar todos os seus compromissos”.

O resultado esperado para este índice é igual ou superior a 1,00. Segundo Savitzky (2010, p. 78) “1,00 não sugere problemas financeiros, desde que o quociente de liquidez seca e corrente sejam normais e haja razoável rentabilidade”. Isso quer dizer que a empresa conseguirá liquidar suas dívidas em qualquer momento.

2.2.1.5. Índice de Grau de Endividamento

O índice do grau de endividamento apresenta a capacidade da empresa em liquidar a totalidade de suas dívidas. No Grau de Endividamento é comparado o passivo circulante e passivo não circulante com o total do ativo. Sua fórmula é a seguinte:

Quadro 7: Fórmula do Índice de Grau de Endividamento

<p>Grau de Endividamento = $\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}{\text{Ativo Total}}$</p>

Fonte: Dados de Pesquisa

Para Zdanowicz (2010, p. 83)

a análise do grau de endividamento constitui-se em indicador importante, no momento, que se deseja avaliar a probabilidade da cooperativa enfrentar problemas de liquidez e solvabilidade. Ele é relevante para avaliar o vigor financeiro, pois pode ser considerado um dos itens determinantes de competitividade.

Ao se avaliar uma sociedade, independente do setor de atuação é muito importante se constatar a sua capacidade em honrar suas dívidas, ou seja, pagar as obrigações com terceiros na data do vencimento. Quanto menos a organização depender de capitais de terceiros para seu desenvolvimento, melhor será sua situação financeira.

O investimento em melhorias da empresa como: aquisição de ativos fixos, onde isso acatará em um endividamento por longo tempo, mas como consequência terá uma melhoria em sua alavancagem financeira, por aumentar o capital Imobilizado.

Complementando com Zdanowicz (2010) o qual afirma que para as cooperativas obterem completa autonomia financeira, o endividamento essencial deve estar próximo de zero. Com isso a organização apresenta uma boa estabilidade financeira. Claro que

dependendo de alguns ramos de cooperativismo o índice poderá chegar próximo a 0,5 sem apresentar complicações maiores.

2.2.1.6. Índice da Garantia aos Capitais de Terceiros

O índice da garantia aos capitais de terceiros apresenta a o grau de dependência de capitais de terceiros para o desenvolvimento das atividades operacionais da empresa. Na garantia aos capitais de terceiros é comparado o patrimônio líquido com o passivo circulante. Sua formula é a seguinte:

Quadro 8: Formula do Índice da Garantia aos Capitais de Terceiros

Garantia aos Capitais de Terceiros = $\frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Passivo Circulante}}$
--

Fonte: Dados da Pesquisa

Ou pela fórmula invertida que fica da seguinte forma:

Quadro 9: Formula do Índice da Garantia aos Capitais de Terceiros

Garantia aos Capitais de Terceiros = $\frac{\text{Passivo Exigível}}{\text{Patrimônio Líquido}}$
--

Fonte: Dados da Pesquisa

A garantia a capitais de terceiros de acordo com Zdanowicz (2010, p. 85), “procura analisar a segurança financeira que os capitais próprios oferecem aos recursos de terceiros aplicados na massa patrimonial ativa da cooperativa, além de avaliar também a consistência e a solidez da parceria firmada entre as partes envolvidas”.

Ao se fazer a análise com a primeira fórmula apresentada, e constatar um resultado inferior a unidade, constata-se que a sociedade não consegue cobrir os capitais de terceiros que foram investidos nela, quando for igual o resultado, significa que a proporção de capital próprio e de terceiros é igual, já quando o resultado é maior, demonstra que a sociedade está financiando seus ativos com seu próprio capital e dependendo menos do capital derivados terceiros.

2.2.1.7. Índice do Grau de Imobilização dos Capitais Próprios

O índice do Grau de Imobilizado dos Capitais Próprios apresenta a quantidade do patrimônio líquido que está comprometida no Ativo imobilizado ou no ativo fixo. No Grau de Imobilização dos capitais Próprios é comparado o patrimônio líquido com o ativo imobilizado ou ativo fixo. Sua fórmula é a seguinte:

Quadro 10: Formula do Índice de Imobilizado dos Capitais Próprios

<p>Grau de Imobilizado dos Capitais Próprios = $\frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Ativo Imobilizado ou Fixo}}$</p>

Fonte: Dados da Pesquisa

O grau de imobilizado dos capitais próprios conforme Zdanowicz (2010, p. 85), “informa quanto do patrimônio líquido da cooperativa está sendo aplicado no ativo imobilizado ou ativo fixo”. Ou seja, se o patrimônio que a empresa apresenta está na sua maioria imobilizado, como máquinas, prédios, equipamentos, pesquisa, treinamento, restando para giro dos negócios os recursos provenientes dos associados.

Ao se analisar o índice de grau de imobilizado de capitais próprios e constatar que o resultado é superior a unidade, é sinal que a empresa está conseguindo financiar seus imobilizados e ainda fornecer capital de giro. Já quando o índice for igual, o imobilizado é representado por aplicação específica de capital próprio, sem sobras para o capital de giro, onde depende de terceiros. E quando o índice é menor, significa que o imobilizado está sendo financiado com capital de terceiros, junto com o capital de giro da sociedade.

2.2.1.8. Análise Horizontal

A análise horizontal tem como finalidade a evidenciação da evolução que ocorreu nas diversas contas patrimoniais e de resultado em um determinado período de tempo.

De acordo com Assaf Neto (2010, p. 42), “É uma análise temporal do crescimento da empresa, que permite avaliar a evolução das vendas, custos e despesas; o aumento do investimento realizado nos diversos itens do ativos; a evolução das dívidas etc”.

A análise Horizontal para Matarazzo (2010, p. 176) “mostra a evolução de cada conta das demonstrações financeiras e, pela comparação entre si, permite tirar conclusões sobre a evolução da empresa”.

Por ser elaborada tendo como base um período que é comparado com os outros, a análise horizontal tem como característica fundamental a evidenciação de quais foram as principais contas que sofreram alterações nas demonstrações financeiras em termos percentuais.

Segundo zdanowicz (2010, p. 91),

A análise Horizontal identifica-se como o processo que visa calcular a evolução ou a involução das rubricas contábeis que compõem as Demonstrações Financeiras da Cooperativa. Nestes termos, pode-se afirmar que a análise horizontal informa, em termos reais, a evolução de cada conta patrimonial e de resultado da cooperativa e suas possíveis tendências.

Desta forma verifica-se que a análise horizontal dá uma visão geral de qual foi o desempenho da empresa no período determinado, se o mesmo foi positivo ou negativo. Para se efetuar a análise horizontal é preciso de no mínimo, dois exercícios sociais seguidos para melhor resultado da análise.

Para Assaf Neto (2010, p. 94) a “A análise horizontal é a comparação que se faz entre os valores de uma mesma conta ou grupo de contas, em diferentes exercícios sociais. É basicamente um exercício de análise temporal, desenvolvido por meio de números-índices”.

Neste sentido, constata-se que a análise horizontal consente que o analista enuncie as informações sobre o desempenho da organização (negativos ou positivos), através das Demonstrações Contábeis analisadas por mais de um exercício social, apresentando assim, possíveis tendências futuras que auxiliam na tomada de decisão de todos os usuários das Demonstrações Contábeis.

2.2.1.9. Análise Vertical

A análise vertical, também conhecida de análise de estrutura, cataloga um item das Demonstrações Contábeis com o total do grupo que ele pertence, ou seja, faz-se a comparação de qual é a participação de cada conta em relação ao total do grupo que faz parte.

Conforme Assaf Neto (2010, p. 42), “A análise vertical objetiva basicamente o estudo das tendências da empresa. Complementando as informações horizontais, o estudo vertical das demonstrações contábeis permite conhecer a estrutura financeira e econômica da empresa”.

A análise Vertical para Zdanowicz (2010, p. 87), “é um processo comparativo, expresso em porcentagem, que relaciona cada conta patrimonial ou de resultado com um valor referencial (base) identificado no demonstrativo contábil específico”.

É considerada um processo que se utiliza para verificar qual é a participação de cada conta com o grupo e de cada grupo em relação ao total do ativo, passivo e resultados apresentados nas Demonstrações Financeiras, esse índice será apresentado por percentuais.

Segundo Matarazzo (2010, p. 176),

O objetivo da análise vertical é mostrar a importância de cada conta em relação a demonstração financeira a que pertence e, através da comparação com padrões do ramo ou com percentuais da própria empresa em anos anteriores, permitir inferir se há itens fora das proporções normais.

Assim, percebe-se que a análise vertical tem a finalidade de demonstrar a participação em porcentagem de cada conta dentro das demonstrações financeiras, sendo que os resultados podem ser comparados com os de anos anteriores e também com outras empresas, desde que sejam do mesmo setor.

2.2.2. Análise Econômica.

A finalidade da análise econômica é verificar qual foi o geração de resultado da empresa, demonstrar com a ajuda dos indicadores se a empresa está se mantendo por si só ou está utilizando recursos de terceiros.

Econômico segundo Matarazzo (2010, p. 186), “Refere-se a lucro, no sentido dinâmico, de movimentação. Estaticamente refere-se a patrimônio líquido”.

De acordo com Zdanowicz (2010, p. 115),

A palavra econômica refere-se a resultados (sobras) obtidos na gestão dos negócios da Cooperativa. Os indicadores de desempenho procuram o retorno de capitais investidos, ou seja, o quanto de resultado foi gerado pelas operações realizadas pela organização no período.

A análise econômica tem grande preocupação em demonstrar qual foi o desempenho econômico da empresa dentro de certo período de tempo, relacionando os aspectos pertinentes com as atividades operacionais que estão ligadas diretamente a produção, junto com a comercialização e a distribuição dos produtos e serviços no mercado.

A análise econômica relaciona os seguintes aspectos segundo Zdanowicz (2010, p. 115):

- a) avaliação de desempenho econômico interno e externo no período;
- b) viabilidade econômica da organização a longo prazo;
- c) necessidade de tomar decisões rápidas para corrigir algumas anormalidades;
- d) fornecimento de dados e informações para a análise de projetos de investimentos;
- e) área de planejamento para a construção de cenários.

A análise econômica, como as outras análises também auxiliam a administração na tomada de decisão. Seus indicadores são para calcular a margem, a rotação e taxa de retorno sobre investimento. Em seguida será detalhado como chegar a cada indicador e qual sua função.

2.2.2.1. Índice da Margem Bruta

A margem bruta tem por finalidade verificar qual foi o ganho da empresa, antes de se descontar todas as despesas que ocorreram no exercício.

De acordo com Zdanowicz (2010, p. 120) “Margem Bruta é a lucratividade primaria da cooperativa. Refere-se às sobras obtidas imediatamente após a dedução da receita operacional líquida, o custo dos produtos ou mercadorias vendidos ou de serviços prestados”.

Complementando com Ruberti (2007 apud ASSAF NETO, 2010, p. 36)

este indicador representa a eficiência da atividade da empresa. É preciso levar em consideração que são utilizados custos orçados e não custos incorridos quando for utilizado qualquer outro indicador de execução da obra. Em outras palavras, este índice indica o percentual das vendas que fica na empresa para cobertura de suas despesas operacionais.

Na margem bruta é comparado o lucro operacional bruto com as receitas operacional. Sua formula é a seguinte:

Quadro 11: Formula do Índice Margem Bruta

Margem Bruta =	<u>Lucro Operacional Bruto</u>	x 100
	Receita Operacional Líquida	

Dados: Fonte de Pesquisa

O percentual da margem Bruta indica com foi o resultado que a organização conseguiu através de suas operações, no período em que foi analisada.

2.2.2.2. Índice da Margem Líquida

A margem líquida ter por finalidade medir qual foi o a economia que a sociedade obteve, ou seja, o que se ganhou com a venda de cada unidade monetária.

De acordo com Zdanowicz (2010, p. 120) “a margem líquida é muito relevante para a cooperativa cuja a apuração ocorre após se deduzir das sobra operacionais despesas operacionais (administrativa, marketing, tributárias e financeiras) no período em análise”.

Para Matarazzo (2010, p. 336) “representa a eficiência de despesas em relação as vendas, pois quanto menores as despesas maior será a margem de lucro”.

Na margem líquida é comparado o lucro operacional líquido com as receitas operacional líquida. Sua formula é a seguinte:

Quadro 12: Fórmula do Índice da Margem Líquida

$\text{Margem Líquida} = \frac{\text{Lucro Operacional Líquido}}{\text{Receitas Operacionais Líquida}} \times 100$
--

Fonte: Dados de Pesquisa

Coma margem líquida a empresa poderá verificar quanto que está ganhando com cada produto, serviço ou negócio no período analisado.

2.2.2.3. Índice de Rotação ou Giro do Ativo.

O giro do ativo tem por finalidade medir quantas vezes o ativo girou durante um período, ou seja, ele demonstra quantas vezes à organização conseguiu vender seu ativo.

Conforme Zdonowicz (2010, p. 122) “indicara o número de vezes que a receita operacional líquida superou o valor investido no ativo operacional líquido no período”. Ou seja, demostra a quantidades de vezes que o ativo foi transformado em receita.

Para Marion (2007, p. 166) “Significa a eficiência em que a empresa utiliza seus ativos, com o objetivo de gerar reais de vendas. Quanto mais for gerado de vendas, mais eficientemente os ativos serão utilizados”.

Na Rotação ou Giro do Ativo é comparado o receita com vendas com o total do ativo. Sua formula é a seguinte:

Quadro 13: Fórmula do Índice da Rotação ou Giro do Ativo

$\text{Rotação ou Giro do Ativo} = \frac{\text{Total de Vendas}}{\text{Total do Ativo}}$
--

Fonte: Dado de Pesquisa

O giro do ativo fornece o grau de produtividade da empresa, ou seja, quanto mais a ser gerados em ativos de venda, mais eficiente a administração está se apresentando.

2.2.2.4. Índice da Taxa de Retorno Sobre o Investimento.

A taxa de retorno sobre o investimento, também conhecida com ROI – *Return on Investment*, que é mesma coisa que retorno sobre o ativo, tem por finalidade verificar a capacidade da empresa em tornar os investimentos receitas operacional.

De acordo com Assaf Neto (2010, p. 213)

permite que se conheça principalmente o desempenho das aplicações realizadas, ou seja, a capacidade dos investimentos em produzir receitas operacionais. Decisões inadequadas de investimento, como ativos ociosos ou poucos rentáveis, inadimplência, estoque de baixo giro etc., levam inevitavelmente a uma diminuição da rotação do ativo com reflexos evidentes sobre a rentabilidade do capital investido.

O índice para calcular a taxa de retorno sobre o investimento tem mais de uma fórmula. Para chegar o resultado desejado pode-se multiplicar a margem operacional com o giro de investimento. Ou simplificar a fórmula que ficará da seguinte maneira:

Quadro 14: Fórmula do Índice da Taxa de Retorno Sobre o Investimento

$\text{Taxa de Retorno Sobre o Investimento} = \frac{\text{Lucro Operacional}}{\text{Investimento}} \times 100$

Fonte: Dados da Pesquisa

Com a taxa de retorno a empresa consegue verificar qual foi a capacidade de transformar os investimentos em receita bruta.

2.2.2.5. Índice da Taxa de Retorno sobre o Capital Próprio

A taxa de retorno sobre capital próprio também conhecido como ROE – *Return on Equity*, tem por finalidade evidenciar qual foi o retorno dos recursos aplicados na organização.

De acordo com Assaf Neto (2010, p. 215)

revela o número de vezes em que o capital próprio investido na empresa girou. Em determinado período em função das vendas realizadas. Para melhor estudar este índice, deve-se levar em conta a participação de capitais de terceiros na empresa, pois um giro alto pode significar, além de uma eficiência maior na aplicação dos recursos próprios, um endividamento elevado.

Ao constatar a quantidade de vezes que o capital teve de giro, os investidores terão uma prévia de quanto tempo levarão para conseguir receber de volta o valor do capital investido.

O papel do índice de Rentabilidade do patrimônio Líquida para Matarazzo (2010, p. 116)

é mostrar qual a taxa de rendimento do capital próprio. Essa taxa pode ser comparada com de outros investimentos alternativos no mercado, como Caderneta de Poupança, CDBs, Letra de Cambio, Ações, Aluguéis, Fundo de Investimentos, etc. Com isso pode se avaliar se a empresa oferece rentabilidade inferior ou superior a essas opções.

A taxa de rentabilidade do patrimônio líquido e comparado o resultado líquido do exercício com o patrimônio líquido. Sua formula é a seguinte:

Quadro 15: Fórmula do Índice da Taxa de Rentabilidade do Patrimônio Líquido

$\text{Taxa de Rentabilidade do Patrimônio Líquido} = \frac{\text{Resultado Líquido do Exercício}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$

Fonte: Dados da Pesquisa

Este índice ajuda a demonstrar aos sócios ou acionistas quanto que estão lucrando por estarem com o capital investido na empresa, podendo ser comparado com os ganhos dos outros mercados, o financeiro e o de capitais.

2.2.2.6. Índice do Grau de Endividamento

O grau de endividamento ter por finalidade demonstrar quão dependente do capital de terceiros a empresa é para cada R\$ 100,00 de capital próprio investido.

Segundo Matarazzo (2010, p. 88) “relaciona, portanto, as duas grandes fontes de recursos da empresa, ou seja, capitais próprios e capitais de terceiros. É um indicador de risco ou de dependência a terceiros”.

O Grau de endividamento e comparado o passivo total com o patrimônio líquido. Sua fórmula é a seguinte:

Quadro 16: Fórmula do Grau de Endividamento

$\text{Grau de Endividamento} = \frac{\text{Passivo Total} - \text{Patrimônio Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$
--

Fonte: Dados da Pesquisa

Com o grau de endividamento a empresa poderá verificar se seu patrimônio está muito comprometido com capitais de terceiros, se a mesma tem capacidade para mais investimentos.

2.2.2.7. Índice de Grau de Endividamento Global

O índice de endividamento global, também conhecido por endividamento total, tem por finalidade verificar quanto do ativo da empresa está comprometido com dívidas.

Conforme Assaf Neto (2010, p. 137) “revela a dependência da empresa em relação a suas exigibilidades totais, isto é, do montante investido em seus ativos, qual a participação dos recursos de terceiros”.

O Grau de endividamento geral é comparado o passivo total com o ativo total. Sua fórmula é a seguinte:

Quadro 17: Fórmula do Índice do Grau de Endividamento Global

$\text{Grau de Endividamento Global} = \frac{\text{Passivo Total} - \text{Patrimônio Líquido}}{\text{Ativo Total}} \times 100$
--

Fonte: Dados da Pesquisa

Ao se fazer a análise deste índice por mais de um exercício, o analista poderá verificar qual é o política que a empresa utiliza para a obtenção de recursos, e também a quantidade, independente se utiliza mais os financiamentos, ou capitais próprios e ou de terceiros.

2.2.2.8. Índice de Composição do Endividamento

O índice de composição do endividamento tem por finalidade verificar qual e a porcentagem desde curto prazo em relação ao total das obrigações da empresa.

Para uma empresa é interessante que a mesma use o financiamento a curto prazo para o ativo circulante, onde é mais fácil obter resultados, e o de longo prazo para investimentos no ativo permanente.

Para Assaf Neto (2010, p. 135)

Sabe-se que a alocação preferencial por dívidas a curto prazo, buscando unicamente o barateamento dos custos das exigibilidades e, em consequência, a maximização do retorno do investimento, incorpora o risco do desequilíbrio financeiro a empresa. O passivo circulante, crescendo desproporcionalmente mais rápido que o exigível a longo prazo, poderá conduzir a empresa a uma situação de instabilidade financeira, apresentando-se incapaz de saldar corretamente seus compromissos.

A composição do endividamento é comparado o passivo circulante com o passivo total. Sua fórmula é a seguinte:

Quadro 18: Fórmula do Índice de Composição do Endividamento

$\text{Composição do Endividamento} = \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Total do Passivo - Patrimônio Líquido}} \times 100$
--

Fonte: Dados da Pesquisa

Como índice da composição do endividamento, tem-se o conhecimento de como está o endividamento da empresa, se a mesma conseguirá honrar seus compromissos nas datas marcadas, ou não, ou seja, quando menor o endividamento maiores os prazos para efetuar seus pagamentos.

CAPÍTULO III

Neste Capítulo são apresentadas e caracterizadas as empresas analisadas, em seguida o cálculos dos principais indicadores, também o demonstrada a análise horizontal e vertical do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado dos Exercícios dos exercícios sociais de 2009, 2010 e 2011. Também é feita a interpretação dos resultados obtidos, para demonstrar qual a situação econômica e financeira das sociedades.

3.1. CARACTERÍSTICAS DAS EMPRESAS

Quando falamos de um processo de análise financeiro-econômica, é de grande valia para o analista saber o contexto em que as organizações estão enquadradas, ou seja, como a empresa está se desenvolvendo nos últimos anos, quem são seus concorrentes etc.

Com o conhecimento da empresa, junto com os resultados obtidos através da análise, permitira a administração, sócios e terceiros, estabelecerão um diagnóstico sobre o estado em que se encontra a situação financeira e econômica da empresa, para tomada de decisão.

Em seguida, será abordado um breve histórico sobre as sociedades analisadas o Sistema de Cooperativas do Brasil do Estado de Santa Catarina (SICOOBSC) e da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Advogados de Santa Catarina (OABCREC).

3.1.2. SICOOBSC

Foi em oito de novembro de 1985, que os delegados, que representavam algumas das principais cooperativas singulares de crédito e de produção rural, se reuniram para fundar a Cooperativa Central de Crédito Rural de Santa Catarina, COCECRER-SC, atual SICOOB Central SC, onde seu objetivo era de estabelecer em comum uma escala maior dos serviços econômicos e assistenciais que interessassem as filiadas, unificando e guiando suas atividades.

De acordo com Segnanfredo et al. (2005, p. 40):

Os líderes do cooperativismo catarinense decidiram que havia chegado a hora de também criar um sistema que as agregasse em torno de objetivos comuns. No dia 8 de novembro, reunidos no Hotel Plaza Itapema, no litoral, 27 delegados de nove cooperativas fundaram a Cooperativa Central de Crédito Rural de Santa Catarina – COCECRER/SC, futuro SICOOB SC. As fundadoras eram as cooperativas de crédito CREDIAUC, CREDICANOINHAS, CREDICAMPOS, CREDIRIO, CREDIARCO, CREDIALFA e CREDIAL, além da Cooperativa Central Oeste

Catarinense Aurora (COOPERCENTAL AURORA), de Chapecó, e da Cooperativa Central Agrícola Vale (COOPERLEITE), de Itajaí.

Em novembro de 1993, a Central filia sua primeira cooperativa de crédito urbana, dos fabricantes de porcelana do Vale do Itajaí, CREDIGER – atual SICOOB CREDIPÉROLA. Depois de passar por uma reestruturação interna, em 31 de outubro de 1997, a COCECRER passa a integrar o SICOOB – Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – e a se chamar Cooperativa Central de Crédito de Santa Catarina, SICOOB Central SC. O conjunto Central e filiado forma o Sistema SICOOB SC.

Em dezembro de 2005, o SICOOB MAXICRÉDITO é a primeira cooperativa de livre admissão do sistema. Hoje, o SICOOB SC conta com 41 cooperativas de crédito – 10 Rurais, 22 de Livre Admissão, 7 Segmentadas Urbanas, 1 de Micro e Pequenos Empresários e 1 de Empresários – e está presente em 218 municípios catarinenses, expandindo-se para os estados do Paraná e Rio Grande do Sul, divididas por segmento da seguinte forma:

Quadro 19: Estrutura do SICOOB SC

Estrutura do SICOOB SC						
	Livre Admissão	Empresários	Micro e Pequenos Empresários	Crédito Urbano	Crédito Rural	Total
Cooperativas (agências sede)	22	1	1	7	10	41
Agências locais (PACs)	208	1	6	21	27	263
Total de agências	304	2	7	28	41	304

Fonte: SICOOB (2012)

Nota: Data base julho/2012

De acordo com SICOBSC (2012, p. 1),

O SICOOB – Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – é a maior rede de cooperativas de crédito do Brasil e de Santa Catarina. Oferece todos os serviços disponíveis em um banco. O SICOOB SC possui 41 cooperativas singulares, filiadas a uma Central, e forma a segunda maior rede de atendimento das instituições financeiras do estado.

Ultrapassando os desafios impostos pela década de 1990, o SICOOB SC chegou no Século XXI, mais forte e mais estruturado.

Segundo Seganfredo et al. (2005, p. 116)

Superados os desafios da década de 1990, o SICOOB SC chegou ao século XXI com 53.562 associados, número que crescerá de forma exponencial nos anos seguintes. Aliado a um sistema de gestão moderno e transparente, o comprometimento da instituição com o desenvolvimento local atraiu associados, tornando o SICOOB líder no segmento de cooperativismo de crédito em Santa Catarina e no Brasil.

Verifica-se que com resultado através da junção de um sistema de gestão moderno e transparente, chamando a atenção dos cooperados pela preocupação com o desenvolvimento local onde se instalava, foi que o SICOOB conseguiu se tornar o líder do Cooperativismo de Crédito em Santa Catarina e no Brasil.

3.1.3. OABCRED

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Advogados de Santa Catarina (OABCRED) foi fundada em sete de Outubro de 2004. Sua criação surgiu a partir da ideia de proporcionar aos advogados acesso a empréstimos com juros mais acessíveis que os do mercado, serviços bancários com taxas reduzidas, atendimento personalizado e de qualidade.

Nessa época o Advogado Adriano Zanotto, quando era presidente da CAASC – Caixa de Assistência dos Advogados de Santa Catarina, sentiu-se entusiasmado a começar o caminho para criação da Cooperativa dos Advogados de Santa Catarina. Na época, aconteceu a reunião de 27 participantes que deram início a esse importante projeto e o atual presidente da OABCRED, o advogado Marco Antônio Mendes Sbissa saiu em divulgação do projeto pelo Estado de Santa Catarina.

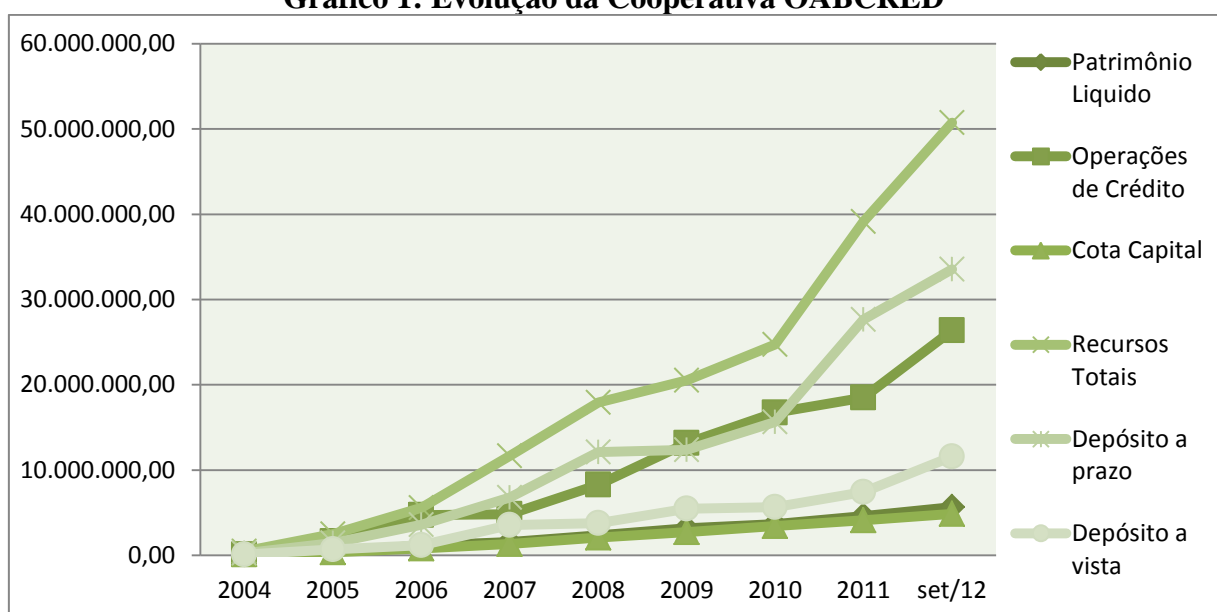
Abaixo são apresentados os valores, missão e visão da cooperativa de acordo com OABCRED (2012):

- Profissionalismo: Comprometer-se com os objetivos institucionais, planejando as rotinas de trabalho para buscar com perseverança atingir os resultados;
- União: Cumprir com as responsabilidades conquistando a confiança dos colegas de trabalho e contribuindo para um ambiente de união e companheirismo;
- Inovação: Oferecer produtos e serviços de excelência buscando a melhoria contínua com inovação e adaptando-se às necessidades dos clientes;
- Transparência: Atuar e comunicar-se de forma transparente e honesta nas relações com os cooperados e colaboradores, objetivando a credibilidade interna e externa;
- Sigilo: Trabalhar respeitando o sigilo e a segurança das informações financeiras e da cooperativa e do associado; e
- Cooperativismo: Agir sempre de acordo com os princípios cooperativistas, com foco no resultado para o associado e no desenvolvimento sócio econômico.

- Missão: Oferecer soluções de crédito e serviços diferenciadas aos cooperados e clientes, de forma humanizada e de acordo com os princípios cooperativistas;
- Visão: Ser referência nacional em gestão de Cooperativa de Crédito, trabalhando com uma equipe competente e comprometida, proporcionando serviços inovadores e de qualidade aos associados e clientes, garantindo o desenvolvimento financeiro da cooperativa e contribuindo para o crescimento econômico da comunidade.

Alguns dados da evolução da Cooperativa OABCRED:

Gráfico 1: Evolução da Cooperativa OABCRED



Fonte: Informativo SICOOB OABCRED (2012)

Hoje a OABCRED contabiliza mais de 3.700 cooperados, suas Operações de Crédito apresentam 26,3 milhões, as Cotas Capital apresentam o montante de 4,8 milhões, os Recursos Totais um montante acima de 50 milhões, em Depósito a Prazo o montante de 33,5 milhões, em Depósito a Vista o montante de 11,5 milhões, e um patrimônio de 5,5 milhões.

3.2. ANÁLISE DO DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO.

Em concordância com o referencial teórico, antes de dar início a análise de desempenho econômico e financeiro através das Demonstrações Contábeis, é imprescindível a efetivação das padronizações de todos os demonstrativos que serão usados, com o intuito de torna-los mais claros e práticos, sendo assim mais fácil a comparação dos resultados conseguidos entre as empresas e o trabalho do analista.

Ribeiro (2009, p. 146) destaca que:

Após conhecer as particularidades de cada uma das contas que compõem as demonstrações financeiras objeto de análise, o analista deverá transcrever os dados constantes dessas demonstrações para demonstrações padronizadas, com a finalidade de facilitar o desenvolvimento do processo de análise.

Assim, as demonstrações que serão analisadas neste trabalho, o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício, já estão padronizadas de acordo com o plano de contas determinado pela Comissão de Valores Mobiliários e Conselho Federal de Contabilidade. Estão expostas na seção de anexos, as demonstrações na versão integral, contendo todas as informações disponíveis pelas empresas Cooperativas estudadas.

Neste tópico, será apresentada a avaliação comparativa do desempenho econômico e financeiro da Cooperativa de Crédito OABCREC e da Central de Cooperativas de Santa Catarina SICOOB, dos exercícios sociais finalizados em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011, através da Análise Horizontal, Análise Vertical, e também os cálculos de alguns dos principais indicadores de rentabilidade, lucratividade e das estruturas de capitais.

3.2.1. Análise Horizontal

A análise horizontal fornece ao analista a noção de qual é a variação das principais contas contábeis em um determinado período, divulgada em percentual. Verificando assim qual foram as contas que mais sofreram mudanças de um ano para outro, sendo que é o analista que explica quais representações destas variações nas demonstrações quanto ao todo, e também os efeitos nos indicadores econômico e financeiro das empresas.

a) SICOOB SC - Sistema de Cooperativas de Crédito no Brasil de Santa Catarina

Na Tabela 1 pode ser observado a Análise Horizontal do Balanço Patrimonial padronizado da Central das Cooperativas do Estado de Santa Catarina SICOOB SC, tendo como referência os seus três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011.

Tabela 1 – Análise Horizontal do Balanço Patrimonial/SICOOB SC

SICOOB SC	BALANÇO PATRIMONIAL		EM REAIS MIL		
	2011	AH 2010/2011	2010	AH 2009/2010	2009
ATIVO CIRCULANTE	1.268.761,00	19,56%	1.061.172,00	67,55%	633.334,00
Disponibilidades	719,00	292,90%	183,00	16,56%	157,00
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.120.851,00	20,52%	930.010,00	84,71%	503.488,00
Títulos e Valores Mobiliários	90.536,00	26,84%	71.377,00	40,88%	50.665,00
Relações Interfinanceiras	43.599,00	12875,89%	336,00	-97,97%	16.554,00
Relações Interdependências	3.851,00	3751,00%	100,00	0,00%	
Operações de Crédito	80,00	-99,86%	58.486,00	-5,91%	62.157,00
Setor Privado	52.642,00	-10,78%	59.003,00	-5,80%	62.636,00
Outros Créditos	109,00	-80,43%	557,00	380,17%	116,00
Outros Valores e Bens	258,00	109,76%	123,00	-37,56%	197,00
Ativo Realizável a Longo Prazo	282.119,00	70,90%	165.080,00	-3,19%	170.516,00
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	230.175,00	125,87%	101.906,00	-6,58%	109.081,00
Títulos e Valores Mobiliários	34.555,00	-37,58%	55.363,00	3,68%	53.400,00
Relações Interfinanceiras	14.611,00	0,00%		0,00%	673,00
Operações de Crédito	14.716,00	182,62%	5.207,00	6,18%	4.904,00
Outros Créditos	2.778,00	6,68%	2.604,00	5,94%	2.458,00
Permanente	49.001,00	57,12%	31.187,00	45,24%	21.473,00
Investimentos	39.865,00	85,07%	21.541,00	96,45%	10.965,00
Imobilizado de Uso	1.141,00	25,38%	910,00	23,47%	737,00
Intangível	7.995,00	-8,34%	8.722,00	-8,83%	9.567,00
Diferido		0,00%	14,00	-93,14%	204,00
TOTAL DO ATIVO	1.599.881,00	27,23%	1.257.439,00	52,36%	825.323,00
PASSIVO CIRCULANTE	1.464.852,00	26,97%	1.153.700,00	55,29%	742.927,00
Depósitos	625,00	-99,94%	1.016.519,00	74,52%	582.451,00
Relações Interfinanceiras	1.456.842,00	986,58%	134.076,00	-5,96%	142.579,00
Relações Interdependências	995,00	25,47%	793,00	0,00%	
Obrigações por Empréstimos	3.883,00	1317,15%	274,00	-98,38%	16.899,00
Outras Obrigações	2.507,00	23,01%	2.038,00	104,21%	998,00
Passivo Exigível a Longo Prazo	39.873,00	28,84%	30.948,00	27,96%	24.186,00
Obrigações por Empréstimos		0,00%		-100,00%	611,00
Outras Obrigações	39.873,00	28,84%	30.948,00	31,27%	23.575,00
Patrimônio Líquido	95.156,00	30,72%	72.791,00	25,05%	58.210,00
De Domiciliados no País	91.112,00	30,53%	69.799,00	21,47%	57.461,00
Reservas de Capital	400,00	-49,75%	796,00	13,71%	700,00
Reservas de Lucros	796,00	91,35%	416,00	748,98%	49,00
Sobras ou Perdas Acumuladas	2.848,00	60,00%	1.780,00	0,00%	
TOTAL DO PASSIVO	1.599.881,00	27,23%	1.257.439,00	52,36%	825.323,00

Fonte: Adaptado de SICOOB SC (2011/2012)

Percebe-se que umas das maiores variações nos exercícios sociais de 2009 e 2010, estão no ativo circulante, às aplicações financeiras de liquidez tiveram um aumento de 84,71%, enquanto as relações interfinanceiras tiveram uma redução de 97,97%. Outra mudança que chamou a atenção foi os outros créditos que tiveram um aumento de 380,17%. Ainda no ativo outras contas que chamaram a atenção de seu crescimento é os investimentos com 96,45%, e os permanentes com 45,24%. No passivo circulante a conta que mais chamou

a atenção foram os depósitos que tiveram um aumento de 74,52%, seguida pela redução das obrigações por empréstimos que foi de 98,38%. No passivo não circulante a conta obrigações por empréstimos teve uma redução de 100%. No patrimônio Líquido a reservas de lucro foi a conta que mais obteve crescimento com 748,98%.

Nos exercícios de 2010 para 2011 a análise apresenta no ativo circulante o crescimento das disponibilidades de 292,90%, seguida pela relação interfinanceira que teve um grande aumento de 12875,89% e também a relações interdependentes que foi de 3751,00%. No ativo não circulante a conta de aumento mais significativo foi a aplicação interfinanceira de liquidez 125,87%. Ainda as operações de crédito aumentaram em 182,62%. Os investimentos aumentaram em 85,07% e o permanente obteve o crescimento de 57,12%. No passivo circulante a conta de depósitos teve um decréscimo de 99,94%, já em contrapartida a conta de obrigações por empréstimos teve aumento de 1317,15%. No patrimônio líquido a conta de reserva de capital teve uma diminuição de 49,75%, por outro lado a conta de sobras ou perdas acumuladas obteve o crescimento de 60%.

A Tabela 2 apresenta a Análise Horizontal das Demonstrações dos Resultados, ou Sobras ou Perdas do SICCOB SC, dos exercícios finalizados em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011.

Tabela 2 – Análise Horizontal das Demonstrações de Sobras ou Perdas/ SICOOB SC

SICOOB SC	DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS E PERDAS			EM REAIS MIL	
	AH		AH		
Discriminação	2011	2010/2011	2010	2009/2010	2009
Receitas de Intermediação Financeira	150.540,00	66,09%	90.639,00	29,76%	69.852,00
Operações de Crédito	4.384,00	8,95%	4.024,00	50,77%	2.669,00
Operações com Títulos e Valores Mobiliários	146.026,00	69,77%	86.014,00	29,69%	66.325,00
Despesas de Intermediação Financeiras	-136.567,00	76,14%	-77.534,00	36,37%	-56.857,00
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	13.973,00	6,62%	13.105,00	0,85%	12.995,00
Outras Receitas/Despesas Operacionais	-10.177,00	-4,07%	-10.609,00	-181,62%	12.998,00
Receitas de Prestação de Serviços	39,00	8,33%	36,00	71,43%	21,00
Resultado de Participação de Coligadas e Controladas	3.332,00	115,11%	1.549,00	0	
Outras Receitas Operacionais	16.657,00	21,21%	13.742,00	65,35%	8.311,00
Despesa de Pessoal	-6.208,00	17,96%	-5.263,00	25,13%	-4.206,00
Outras Despesas Administrativas	-6.274,00	15,31%	-5.441,00	29,15%	-4.213,00
Despesas Tributárias	-50,00	2,04%	-49,00	48,48%	-33,00
Outras Despesas Operacionais	-17.673,00	16,40%	-15.183,00	17,90%	-12.878,00
				-	
Resultado Operacional (20+50)	3.796,00	52,08%	2.496,00	83300,00%	-3,00
Resultado Não Operacional (828+830)	1,00	-83,33%	6,00	100,00%	3,00
Resultado Antes da Tributação (60+65)	3.797,00	51,76%	2.502,00	0	
Participações Estatutárias (Fates/RL/FEF)	949,00	31,44%	722,00	0	
Sobras Líquidas (Perdas) (75-85)	2.848,00	60,00%	1.780,00	0	

Fonte: Adaptado de SICOOB SC (2011/2012)

A análise das demonstrações de sobras ou perdas dos exercícios de 2009 para 2010 que chama a atenção é o crescimento do resultado operacional que foi de 83300,00%, outro crescimento foi as operações de crédito com 50,77%. Nos exercício de 2010 para 2011 o crescimento que mais chama a atenção são os das receitas de intermediação financeira com 66,09%, e também as operações com títulos e valores mobiliários que foi de 69,77%.

b) OABCRED – Cooperativas de Economia e Crédito Mútuo dos Advogados de SC

O resultado da Análise Horizontal do balanço patrimonial da cooperativa dos Advogados de Santa Catarina OABCRED está demonstrado na Tabela 3 abaixo, está exposta de maneira comparativa a evolução das contas nos últimos três exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2012.

Tabela 3 – Análise Horizontal do Balanço Patrimonial/OABCRED

OABCRED	BALANÇO PATRIMONIAL			EM REAIS	
Descrição	31/12/2011	AH 2010/2011	31/12/2010	AH 2009/2010	31/12/2009
Circulante	33.219.293,34	42,17%	23.366.166,19	26,70%	18.441.948,70
Disponibilidades	240.523,80	28,07%	187.802,16	93,65%	96.980,33
Títulos e Valores Mobiliários	0	-100,00%	12.808.014,82	95,81%	6.540.945,01
Relações Interfinanceiras	24.237.129,05	2346,66%	990.621,50	-79,17%	4.756.066,48
Operações de Crédito	8.585.040,18	-6,99%	9.230.510,22	33,07%	6.936.580,89
Outros Créditos	109.496,25	-4,22%	114.318,39	2,92%	111.071,02
Outros Valores e Bens	47.104,06	34,97%	34.899,10	11343,45%	304,97
Não Circulante	11.642.449,32	33,21%	8.739.976,92	40,57%	6.217.466,54
Ativo Realizável a Longo Prazo	9.890.580,54	40,82%	7.023.515,52	30,73%	5.372.372,43
Investimentos	698.748,00	20,31%	580.785,00	15,55%	502.608,00
Imobilizado de Uso	576.495,56	-0,49%	579.313,58	84,67%	313.705,86
Intangível	73.696,71	-23,31%	96.096,75	0	0
Diferido	402.928,51	-12,46%	460.266,07	1499,24%	28.780,25
Total do Ativo:	44.861.742,66	39,73%	32.106.143,11	30,20%	24.659.415,24
Passivo Circulante	40.283.617,64	41,61%	28.447.839,07	32%	21.505.144,08
Depósitos	35.043.309,86	62,95%	21.505.119,04	19%	18.051.031,86
Relações Interdependências	427,32	2106,09%	19,37	0%	0
Obrigações Por Empréstimos	282.534,07	-84,22%	1.790.402,15	539%	280.000,00
Outras Obrigações	4.957.346,39	-3,78%	5.152.298,51	62%	3.174.112,22
Patrimônio Líquido	4.578.125,02	25,14%	3.658.304,04	16%	3.154.271,16
Capital Social	4.089.293,78	19,12%	3.432.880,71	27%	2.710.795,38
Reservas de Capital	3.142,37	0,00%	3.142,37	0%	0
Reserva de Lucros	175.522,81	26,25%	139.032,68	8%	129.238,76
Reserva Legal	175.522,81	26,25%	139.032,68	8%	129.238,76
Sobras à Disposição da Assembleia	310.166,06	272,58%	83.248,28	-74%	314.237,02
Total do Passivo:	44.861.742,66	39,73%	32.106.143,11	30%	24.659.415,24

Fonte: Adaptado de A NOTÍCIA (2011/2012)

No período apresentado entre os anos de 2009 e 2010, no ativo circulante as disponibilidades apresentam um crescimento de 93,65%, também os títulos dos valores mobiliários que teve um aumento de 95,65%. No ativo não circulante a conta que mais teve aumento foi os imobilizados em uso com 84,67% e o subgrupo de diferidos com um grande aumento de 1499,44%. No passivo circulante a conta que mais chama a atenção e a obrigações por empréstimos teve um aumento de 539%, no patrimônio líquido as contas que mais se exalta e as sobras a disposição da assembleia teve uma redução de 74%.

Na análise apresentada do ano de 2010 para 2011 o ativo circulante apresenta grandes alterações, os títulos e valores mobiliários teve um decréscimo de 100%, enquanto as relações interfinanceiras obtiveram um aumento de 2346,46%. No ativo não circulante os intangível teve uma redução de 23,31%, também a conta de diferidos apresentou um decréscimo de 12,46%. No patrimônio líquido as reservas de lucros e reservas legal tiveram um crescimento acima de 26%, mas o que mais chama à atenção e o crescimento das sobras a disposição a assembleia que teve o aumento de 272,58%.

Na Tabela 4, é apresentada a Análise Horizontal das Demonstrações de Sobras ou Perdas com a evolução das contas de resultados compreendidas no período de 2009 a 2011.

Tabela 4 – Análise Horizontal Da Demonstração de Sobras ou Perdas/OABCRE

OABCRE	DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS				EM REAIS
Descrição	31/12/2011	AH 2010/2011	31/12/2010	AH 2009/2010	31/12/2009
RECEITAS DA INTERM. FINANCEIRA	6.161.781,20	40,08%	4.398.819,11	18,76%	3.703.945,49
Operações de crédito	4.612.800,52	28,83%	3.580.493,41	28,63%	2.783.570,44
Result. Oper. C/tít. Val. Mob.	1.548.980,68	89,29%	818.325,70	-11,09%	920.375,05
DESPESAS INTERMEDIACÃO FINAN	-1.911.275,74	8,79%	-1.756.799,71	32,01%	-1.330.848,10
RESULT. BRUTO INTERM. FINANC.	4.250.505,46	60,88%	2.642.019,40	11,33%	2.373.097,39
OUTRAS REC./DESPESAS OPERAC.	-3.899.376,83	53,74%	-2.536.377,63	27,18%	-1.994.280,79
Receitas prestação de serviços	596.798,60	36,27%	437.945,01	11,72%	392.013,61
Rendas de tarifas bancárias	936.878,68	81,21%	517.002,47	18,47%	436.394,37
Outras receitas operacionais	142.111,42	-24,95%	189.362,01	-34,14%	287.519,33
Despesas de pessoal	-1.918.923,41	37,56%	-1.395.005,19	22,93%	-1.134.797,57
Outras despesas administrat.	-2.494.008,06	19,70%	-2.083.563,23	16,83%	-1.783.483,75
Despesas tributárias	-30.182,47	20,13%	-25.124,17	45,84%	-17.227,48
Outras despesas operacionais	-1.132.051,59	539,60%	-176.994,53	1,31%	-174.699,30
RESULTADO OPERACIONAL	351.128,63	232,38%	105.641,77	-72,11%	378.816,60
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	17.925,58	170,90%	6.617,13	-286,18%	-3.554,12
RESULT. ANTES DA TRIB. S/LUCRO	369.054,21	228,75%	112.258,90	-70,09%	375.262,48
Imposto De Renda e Contrib. Social	-1.246,72	-80%	-6.344,68	1762,47%	-340,66
Resultado Depois da Trib. s/o Lucro	367.807,49	247,27%	105.914,22	-71,75%	374.921,82
Resultado a Ser Destinado	364.901,25	244,53%	105.914,22	-71,75%	374.921,82
Destinações Estatutárias	-57.641,43	154,31%	-22.665,94	-62,65%	-60.684,80
SOBRAS OU PERDAS LÍQUIDAS	310.166,06	272,58%	83.248,28	-73,51%	314.237,02

Fonte: Adaptado de A NOTÍCIA (2011/2012)

A análise do exercício social de 2009 para 2010 a conta que apresenta um crescimento significativo foi o a provisão para crédito de liquidação duvidosa de 228,55%. Outra conta com grande aumento e a provisão para imposto de renda e contribuição social de 1762,47. Também o resultado não operacional apresentou um decréscimo de 286,16%.

No período entre os anos de 2010 a 2011 a análise apresenta crescimento em varias contas como resultado operacional com títulos de valores mobiliários de 89,29%, o resultado bruto intermédio financeiro de 60,88%. Também a renda com tarifas bancaria com 81,21%. O resultado operacional teve o crescimento de 232,38%. O resultado a ser destinados cresceu em 244,53%, junto com as sobras ou perdas líquidas que aumentou 272,58%.

3.2.2. Análise Vertical

A análise vertical apresenta à importância de cada conta, em porcentagem, em comparação a demonstração contábil da qual faz parte. Apresentado assim pelo analista os resultados mais significativos das contas dentro do grupo dos demonstrativos no qual pertencem.

A análise vertical pode ser elaborada por mais de uma maneira, pode ser feita através da relação em pontos percentuais de todas as contas do balanço patrimonial sobre o total do ativo/passivo, ou na demonstração do resultado de Sobras ou Perdas sobre o valor das receitas brutas, ou também pode ser feita a comparação com os valores dos subgrupos na mesma proporção para o valor principal dos grupos.

a) SICOOB SC - Sistema de Cooperativas de Crédito no Brasil de Santa Catarina

Na Tabela 5 está a análise vertical efetuada no balanço patrimonial da Central de Cooperativas de Santa Catarina SICOOB SC, são utilizados os últimos três exercícios sociais finalizados no dia 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011.

Para a análise, é utilizada a técnica na qual são comparadas todas as contas do balanço patrimonial com o total do ativo/passivo.

Tabela 5 – Análise Vertical do Balanço Patrimonial/SICOOB SC

SICOOB SC	BALANÇO PATRIMONIAL		EM REAIS MIL			
Discriminação dos verbetes	2011	AV 2011	2010	AV 2010	2009	AV 2009
ATIVO CIRCULANTE	1.268.761,00	79,30%	1.061.172,00	84,39%	633.334,00	76,74%
Disponibilidades	719,00	0,04%	183,00	0,01%	157,00	0,02%
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.120.851,00	70,06%	930.010,00	73,96%	503.488,00	61,00%
Títulos e Valores Mobiliários	90.536,00	5,66%	71.377,00	5,68%	50.665,00	6,14%
Relações Interfinanceiras	43.599,00	2,73%	336,00	0,03%	16.554,00	2,01%
Relações Interdependências	3.851,00	0,24%	100,00	0,01%		0,00%
Operações de Crédito	52.357,00	3,27%	58.486,00	4,65%	62.157,00	7,53%
Setor Privado	52.642,00	3,29%	59.003,00	4,69%	62.636,00	7,59%
Outros Créditos	109,00	0,01%	557,00	0,04%	116,00	0,01%
Outros Valores e Bens	258,00	0,02%	123,00	0,01%	197,00	0,02%
Ativo Realizável a Longo Prazo	282.119,00	17,63%	165.080,00	13,13%	170.516,00	20,66%
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	230.175,00	14,39%	101.906,00	8,10%	109.081,00	13,22%
Títulos e Valores Mobiliários	34.555,00	2,16%	55.363,00	4,40%	53.400,00	6,47%
Relações Interfinanceiras	14.611,00	0,91%		0,00%	673,00	0,08%
Operações de Crédito	14.716,00	0,92%	5.207,00	0,41%	4.904,00	0,59%
Outros Créditos	2.778,00	0,17%	2.604,00	0,21%	2.458,00	0,30%
Permanente	49.001,00	3,06%	31.187,00	2,48%	21.473,00	2,60%
Investimentos	39.865,00	2,49%	21.541,00	1,71%	10.965,00	1,33%
Imobilizado de Uso	1.141,00	0,07%	910,00	0,07%	737,00	0,09%
Intangível	7.995,00	0,50%	8.722,00	0,69%	9.567,00	1,16%
Diferido		0,00%	14,00	0,00%	204,00	0,02%
TOTAL DO ATIVO	1.599.881,00	100,00%	1.257.439,00	100,00%	825.323,00	100,00%
PASSIVO CIRCULANTE	1.464.852,00	91,56%	1.153.700,00	91,75%	742.927,00	90,02%
Depósitos	625,00	0,04%	1.016.519,00	80,84%	582.451,00	70,57%
Relações Interfinanceiras	1.456.842,00	91,06%	134.076,00	10,66%	142.579,00	17,28%
Relações Interdependências	995,00	0,06%	793,00	0,06%		0,00%
Obrigações por Empréstimos	3.883,00	0,24%	274,00	0,02%	16.899,00	2,05%
Outras Obrigações	2.507,00	0,16%	2.038,00	0,16%	998,00	0,12%
Passivo Exigível a Longo Prazo	39.873,00	2,49%	30.948,00	2,46%	24.186,00	2,93%
Obrigações por Empréstimos		0,00%		0,00%	611,00	0,07%
Outras Obrigações	39.873,00	2,49%	30.948,00	2,46%	23.575,00	2,86%
Patrimônio Líquido	95.156,00	5,95%	72.791,00	5,79%	58.210,00	7,05%
De Domiciliados no País	91.112,00	5,69%	69.799,00	5,55%	57.461,00	6,96%
Reservas de Capital	400,00	0,03%	796,00	0,06%	700,00	0,08%
Reservas de Lucros	796,00	0,05%	416,00	0,03%	49,00	0,01%
Sobras ou Perdas Acumuladas	2.848,00	0,18%	1.780,00	0,14%		0,00%
TOTAL DO PASSIVO	1.599.881,00	100,00%	1.257.439,00	100,00%	825.323,00	100,00%

Fonte: Adaptado de SICOOB SC (2011/2012)

Ativo Circulante – Nos três anos analisados o ativo circulante apresentou sempre a maior parte ficando entre 75% a 85% do total do ativo. Sendo que sua conta de mais expressividade é as aplicações financeiras que apresentam entre 60% a mais de 70% do ativo. Por ser uma instituição financeira, não apresenta estoque, concentrando suas movimentações maiores nas disponibilidades e aplicações financeiras.

Ativo não Circulante – No ativo não circulante no período analisado, as contas que mais se destacam são as aplicações interfinanceiras de liquidez que ficou entre 8% a 14% do total do ativo. Os títulos de valores mobiliários com o passar dos anos tiveram uma redução, já que em 2009 representavam 6,47% e chegaram em 2011 com 2,16% em relação ao ativo total. As contas de investimentos tiveram um crescimento nos três anos saindo de 1,33% em 2009 e chegando em 2011 a 2,49%, também o permanente da cooperativa apresentou um crescimento saindo do 2,60% e chegou em 2011 a 3,06%.

Passivo Circulante – Como no ativo circulante o passivo circulante é o maior representante ficando acima de 90% do total do passivo. As contas que chamam a atenção são os depósitos que até 2010 representavam de 70% a 80% do total do ativo, caindo para menos de 1%. Em contrapartida a conta de relações interfinanceiras que em 2009 apresentava 17,28% do total do ativo, subiu para 91,06% em 2011.

Passivo não Circulante – Nos três anos analisados o passivo circulante não teve grandes mudanças, sua representação se manteve constante, teve um leve decréscimo já que em 2009 representava 2,93% e em 2011 chegou-nos 2,49%.

Patrimônio Líquido - A representação do patrimônio líquido no período analisado não teve mudanças bruscas, teve uma leve caída nos três anos, em 2009 representava 7,05% do total do passivo e em 2011 sua participação era de 5,69%.

A Tabela 6 retrata os resultados da Análise Vertical das Demonstrações de Sobras ou Perdas dos últimos três exercícios sociais finalizados em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011. Para a realização da análise foi utilizado como base para os demais percentuais a receita de intermediação financeira, ou seja, a receita bruta.

Tabela 6 – Análise Vertical da Demonstração de Sobras ou Perdas/SICOOB SC

SICOOB SC	DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS				EM REAIS MIL	
Discriminação	2011	AV 2011	2010	AV 2010	2009	AV 2009
Receitas de Intermediação Financeira	150.540,00	100,00%	90.639,00	100,00%	69.852,00	100%
Operações de Crédito	4.384,00	2,91%	4.024,00	4,44%	2.669,00	3,82%
Operações com Títulos e Valores Mobiliários	146.026,00	97,00%	86.014,00	94,90%	66.325,00	94,95%
Despesas de Intermediação Financeiras	-136.567,00	-90,72%	-77.534,00	-85,54%	-56.857,00	-81,40%
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	13.973,00	9,28%	13.105,00	14,46%	12.995,00	18,60%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	-10.177,00	-6,76%	-10.609,00	-11,70%	12.998,00	18,61%
Receitas de Prestação de Serviços	39,00	0,03%	36,00	0,04%	21,00	0,03%
Resultado de Participação de Colig.e Control.	3.332,00	2,21%	1.549,00	1,71%		0,00%
Outras Receitas Operacionais	16.657,00	11,06%	13.742,00	15,16%	8.311,00	11,90%
Despesa de Pessoal	-6.208,00	-4,12%	-5.263,00	-5,81%	-4.206,00	-6,02%
Outras Despesas Administrativas	-6.274,00	-4,17%	-5.441,00	-6,00%	-4.213,00	-6,03%
Despesas Tributárias	-50,00	-0,03%	-49,00	-0,05%	-33,00	-0,05%
Outras Despesas Operacionais	-17.673,00	-11,74%	-15.183,00	-16,75%	-12.878,00	-18,44%
Resultado Operacional (20+50)	3.796,00	2,52%	2.496,00	2,75%	-3,00	0,00%
Resultado Não Operacional (828+830)	1,00	0,00%	6,00	0,01%	3,00	0,00%
Resultado Antes da Tributação (60+65)	3.797,00	2,52%	2.502,00	2,76%		0
Participações Estatutárias (Fates/RL/FEF)	949,00	0,63%	722,00	0,80%		0
Sobras Líquidas (Perdas) (75-85)	2.848,00	1,89%	1.780,00	1,96%		0

Fonte: Adaptado de SICOOB SC (2011/2012)

No período analisado pode-se verificar que as operações com títulos e valores mobiliários é o que mais traz renda para a empresa ficando acima de 90% nos três anos. E a despesa mais representativa é com as intermediações financeiras ficando entre 80% a 90% no mesmo período. Outra conta que obteve crescimento, o que também é bom para cooperativa foi o resultado positivo de sobras ou perdas, mesmo sendo em 2011 somente 1,89% do total da receita bruta, já que em 2009 representava zero.

b) OABCRED – Cooperativas de Economia e Crédito Mútuo dos Advogados de SC

Na Tabela 7 está a Análise Vertical do balanço patrimonial da Cooperativa dos Advogados de Santa Catarina a OABCRED, dos três últimos exercícios sociais que encerraram em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011. Os percentuais foram calculados tendo como base o total do ativo/passivo.

Tabela 7 – Análise Vertical do Balanço Patrimonial/OABCRED

OABCRED	BALANÇO PATRIMONIAL				EM REAIS	
Descrição	31/12/2011	A V 2011	31/12/2010	AV 2010	31/12/2009	AV 2009
Circulante	33.219.293,34	74,05%	23.366.166,19	72,78%	18.441.948,70	74,79%
Disponibilidades	240.523,80	0,54%	187.802,16	0,58%	96.980,33	0,39%
Títulos e Valores Mobiliários	0	0,00%	12.808.014,82	39,89%	6.540.945,01	26,53%
Relações Interfinanceiras	24.237.129,05	54,03%	990.621,50	3,09%	4.756.066,48	19,29%
Operações de Crédito	8.585.040,18	19,14%	9.230.510,22	28,75%	6.936.580,89	28,13%
Outros Créditos	109.496,25	0,24%	114.318,39	0,36%	111.071,02	0,45%
Outros Valores e Bens	47.104,06	0,10%	34.899,10	0,11%	304,97	0,00%
Não Circulante	11.642.449,32	25,95%	8.739.976,92	27,22%	6.217.466,54	25,21%
Ativo Realizável a Longo Prazo	9.890.580,54	22,05%	7.023.515,52	21,88%	5.372.372,43	21,79%
Investimentos	698.748,00	1,56%	580.785,00	1,81%	502.608,00	2,04%
Imobilizado de Uso	576.495,56	1,29%	579.313,58	1,80%	313.705,86	1,27%
Intangível	73.696,71	0,16%	96.096,75	0,30%	0	0,00%
Diferido	402.928,51	0,90%	460.266,07	1,43%	28.780,25	0,12%
Total do Ativo:	44.861.742,66	100,00%	32.106.143,11	100,00%	24.659.415,24	100,00%
Passivo Circulante	40.283.617,64	89,80%	28.447.839,07	88,61%	21.505.144,08	87,21%
Depósitos	35.043.309,86	78,11%	21.505.119,04	66,98%	18.051.031,86	73,20%
Relações Interdependências	427,32	0,00%	19,37	0,00%	0	0,00%
Obrigações Por Empréstimos	282.534,07	0,63%	1.790.402,15	5,58%	280.000,00	1,14%
Outras Obrigações	4.957.346,39	11,05%	5.152.298,51	16,05%	3.174.112,22	12,87%
Patrimônio Líquido	4.578.125,02	10,20%	3.658.304,04	11,39%	3.154.271,16	12,79%
Capital Social	4.089.293,78	9,12%	3.432.880,71	10,69%	2.710.795,38	10,99%
Reservas de Capital	3.142,37	0,01%	3.142,37	0,01%	0	0,00%
Reserva de Lucros	175.522,81	0,39%	139.032,68	0,43%	129.238,76	0,52%
Reserva Legal	175.522,81	0,39%	139.032,68	0,43%	129.238,76	0,52%
Sobras à Disposição da Assembleia	310.166,06	0,69%	83.248,28	0,26%	314.237,02	1,27%
Total do Passivo:	44.861.742,66	100,00%	32.106.143,11	100,00%	24.659.415,24	100,00%

Fonte: Adaptado de A NOTÍCIA (2011/2012)

Ativo Circulante – Nos períodos analisados o ativo circulante apresentou uma participação sempre acima de 70%, sendo que até 2010 a conta que mais tinha representação era os títulos e valores mobiliários de 26% a 40% do total do ativo, em 2011 passou para a conta de relações interfinanceira o maior destaque com 54,03%. A conta operação de crédito nos dois primeiros anos exibiu uma participação acima de 28%, caindo em 2011 para 19,14% do total do ativo.

Ativo não Circulante – O ativo não circulante nos três períodos analisados representou uma participação sempre acima de 25% do total do ativo. A conta de investimentos teve uma redução, passando de 2,04% em 2009 para 1,56 em 2011. A conta de imobilizado em uso teve um leve crescimento saindo de 1,27% em 2009 para 1,29 em 2011.

Passivo Circulante – As obrigações de curto prazo nos três anos analisadas ocuparam grande parte do total do passivo, ficando sempre acima de 85%. Sendo que os depósitos é quem mais tem representação com uma média de acima de 70%.

Patrimônio Líquido – Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011, o patrimônio líquido manteve uma participação de 12,79%, 11,39% e 9,12% consecutivamente, ou seja, sua representação teve um decréscimo ao passar dos anos.

Na Tabela 8 é apresentado a Análise Vertical das Demonstrações de Sobras ou Perdas da OABCREd, para base das porcentagens foi utilizado como base às receitas de intermediação financeiras, que é o mesmo que receita bruta.

Tabela 8 – Análise Vertical da Demonstração de Sobras ou Perdas/OABCREd

OABCREd	DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS				EM	
	REAIS					
Descrição	31/12/2011	AV 2011	31/12/2010	AV 2010	31/12/2009	AV 2009
RECEITAS DA INTER. FINANC.	6.161.781,20	100,00%	4.398.819,11	100,00%	3.703.945,49	100,00%
Operações de crédito	4.612.800,52	74,86%	3.580.493,41	81,40%	2.783.570,44	75,15%
Result. Oper. C/tít. Val. Mob.	1.548.980,68	25,14%	818.325,70	18,60%	920.375,05	24,85%
DESPESAS INTER. FINANC.	-1.911.275,74	-31,02%	-1.756.799,71	-39,94%	-1.330.848,10	-35,93%
RESULT. BRUTO INTER. FINANC.	4.250.505,46	68,98%	2.642.019,40	60,06%	2.373.097,39	64,07%
OUTRAS REC./DESPESAS OPERAC.	-3.899.376,83	-63,28%	-2.536.377,63	-57,66%	-1.994.280,79	-53,84%
Receitas prestação de serviços	596.798,60	9,69%	437.945,01	9,96%	392.013,61	10,58%
Rendas de tarifas bancárias	936.878,68	15,20%	517.002,47	11,75%	436.394,37	11,78%
Outras receitas operacionais	142.111,42	2,31%	189.362,01	4,30%	287.519,33	7,76%
Despesas de pessoal	-1.918.923,41	-31,14%	-1.395.005,19	-31,71%	-1.134.797,57	-30,64%
Outras despesas administrat.	-2.494.008,06	-40,48%	-2.083.563,23	-47,37%	-1.783.483,75	-48,15%
Despesas tributárias	-30.182,47	-0,49%	-25.124,17	-0,57%	-17.227,48	-0,47%
Outras despesas operacionais	-1.132.051,59	-18,37%	-176.994,53	-4,02%	-174.699,30	-4,72%
RESULTADO OPERACIONAL	351.128,63	5,70%	105.641,77	2,40%	378.816,60	10,23%
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	17.925,58	0,29%	6.617,13	0,15%	-3.554,12	-0,10%
RESULT. ANTES DA TRIB. S/LUCRO	369.054,21	5,99%	112.258,90	2,55%	375.262,48	10,13%
Imposto De Renda e Contrib. Social	-1.246,72	-0,02%	-6.344,68	-0,14%	-340,66	-0,01%
Resultado Depois da Trib. s/o Lucro	367.807,49	5,97%	105.914,22	2,41%	374.921,82	10,12%
Resultado a Ser Destinado	364.901,25	5,92%	105.914,22	2,41%	374.921,82	10,12%
Destinações Estatutárias	-57.641,43	-0,94%	-22.665,94	-0,52%	-60.684,80	-1,64%
SOBRAS OU PERDAS LÍQUIDAS	310.166,06	5,03%	83.248,28	1,89%	314.237,02	8,48%

Fonte: Adaptado de A NOTÍCIA (2011/2012)

Nos períodos analisados verifica-se que a principal receita da cooperativa foi com as operações de crédito que ficou entre 74% e 83% nos três últimos anos. As principais despesas são as intermediações financeiras que estão entre 30% e 40% e as operações de captação no mercado ficando em torno de 30% a 35% nos períodos analisados. As despesas operacionais tem grande participação ficando entre 50% e 60%. As Sobras ou perdas nos anos de 2009, 2010 e 2011 tiveram uma queda e depois um crescimento, já que foram de 8,48%, 1,89% e 5,03% sucessivamente.

3.2.3. Análise por Quociente

Para os cálculos dos principais indicadores econômicos e financeiros foi utilizado como base os valores extraídos do balanço patrimonial e a demonstração de sobras ou perdas dos exercícios sociais padronizadas findados em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011. Para que a análise de quocientes fique mais clara será elaborada da seguinte maneira.

- 1) A apresentação de uma tabela com os dados coletados das empresas, onde será aplicada a fórmula dos índices, com a finalidade de deixar evidente quais foram as variáveis e os valores que fazem parte do valor total dos indicadores.
- 2) Serão ilustrados os valores obtidos através de gráficos, comparando as empresas que estão em estudos, com a intenção de tornar mais fácil a visualização da análise econômico-financeira das cooperativas.
- 3) Primeiramente, constituirá a apresentação da análise de cada indicador sozinho, para em seguida juntá-los, com a intenção de estabelecer uma posição indicativa da situação econômica e financeira das cooperativas em estudo.

a) **Liquidez Imediata**

Este índice tem por finalidade demonstrar quanto à cooperativa possui de disponibilidades para cada R\$ 1,00 de dívidas que estão registradas no passivo circulante, ou seja, as dívidas de curto prazo.

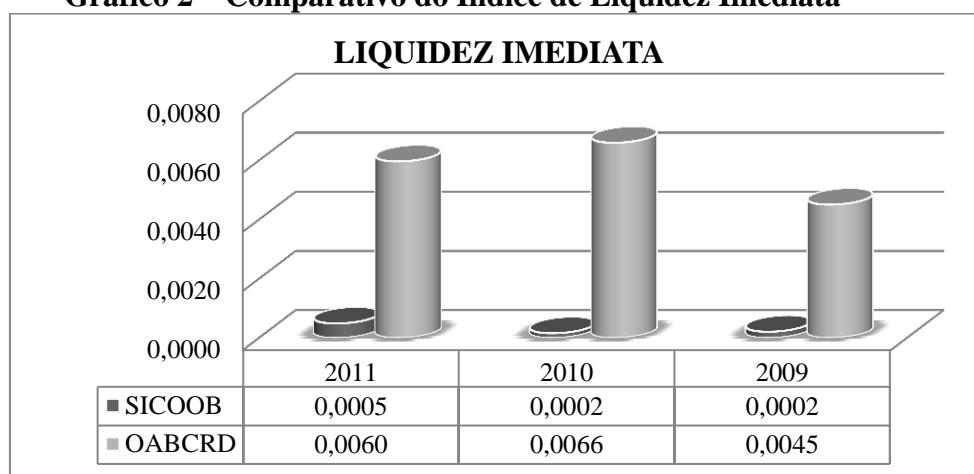
Na Tabela 9 são demonstradas as variáveis e a memória de cálculo para se obter os indicadores de liquidez imediata das cooperativas.

Tabela 9 – Cálculo do Índice da Liquidez Imediata

FÓRMULA			
LIQUIDEZ IMEDIATA = DISPONIBILIDADES / PASSIVO CIRCULANTE			
SICOOB SC	2011	2010	2009
DISPONIBILIDADES (REAIS MIL)	719,00	183,00	157,00
PASSIVO CIRCULANTE (REAIS MIL)	1.464.852,00	1.153.700,00	742.927,00
VALOR DO ÍNDICE	0,0005	0,0002	0,0002
OABCRD	2011	2010	2009
DISPONIBILIDADES (REAIS)	240.523,80	187.802,16	96.980,33
PASSIVO CIRCULANTE (REAIS)	40.283.617,64	28.447.839,07	21.505.144,08
VALOR DO ÍNDICE	0,0060	0,0066	0,0045

Fonte: Dados da Pesquisa

Com os dados obtidos nos cálculos dos índices demonstrados na tabela 9, foi elaborado o Gráfico 2, que compara os resultados dos três últimos anos as duas sociedades em estudo.

Gráfico 2 – Comparativo do Índice de Liquidez Imediata

Fonte: Dados da Pesquisa

Análise – No índice de Liquidez Imediata às empresas não apresentam bom desempenho, sendo que as duas empresas apresentam nos três anos analisados o resultado do índice muito abaixo de R\$ 1,00. Isto quer dizer que as cooperativas não tem condições de saldar suas dívidas em curto prazo.

b) Liquidez Corrente

Este índice tem por finalidade demonstrar quanto à cooperativa possui de ativo circulante para cada R\$ 1,00 de dívidas de curto prazo, que estão registradas no passivo circulante, ou seja.

Na Tabela 10 são explicadas as variáveis e a memória de cálculo para se obter os indicadores de liquidez imediata das cooperativas.

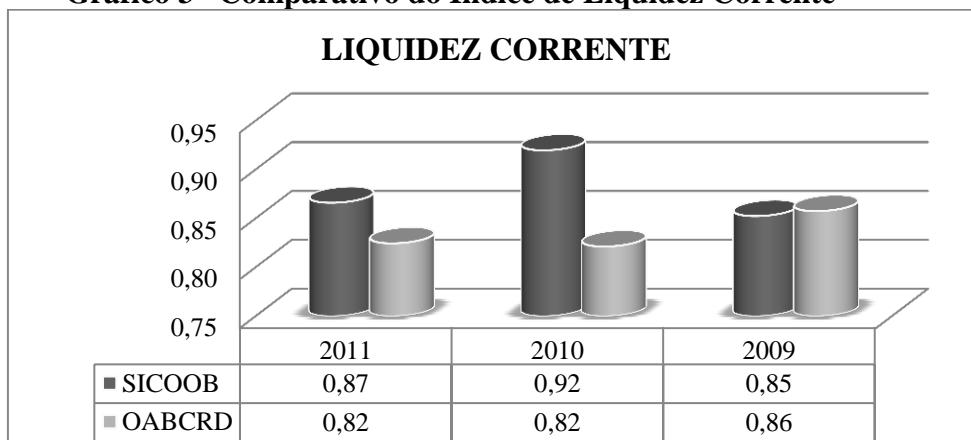
Tabela 10 – Cálculo do Índice da Liquidez Corrente

FÓRMULA			
LIQUIDEZ CORRENTE = ATIVO CIRCULANTE / PASSIVO CIRCULANTE			
SICOOB SC	2011	2010	2009
ATIVO CIRCULANTE (REAIS MIL)	1.268.761,00	1.061.172,00	633.334,00
PASSIVO CIRCULANTE (REAIS MIL)	1.464.852,00	1.153.700,00	742.927,00
VALOR DO ÍNDICE	0,87	0,92	0,85
OABCRD	2011	2010	2009
ATIVO CIRCULANTE (REAIS)	33.219.293,34	23.366.166,19	18.441.948,70
PASSIVO CIRCULANTE (REAIS)	40.283.617,64	28.447.839,07	21.505.144,08
VALOR DO ÍNDICE	0,82	0,82	0,86

Fonte: Dados da Pesquisa

Os dados dos quocientes do índice de liquidez corrente das empresas estudadas estão representados no Gráfico 3. Tendo como finalidade principal a evidenciação individual do índice em questão.

Gráfico 3– Comparativo do Índice de Liquidez Corrente



Fonte: Dados da Pesquisa

Análise – Nos últimos dois anos o SICOOB SC apresentou o melhor desempenho referente ao índice de liquidez corrente para 2010, com 0,92 para cada R\$ 1,00 de passivo Circulante já em 2011 teve uma leve queda ficando com 0,87 para cada R\$ 1,00. A OABCREC em 2009 apresentou o melhor índice de 0,86 para cada R\$ 1,00 de dívidas, nos anos seguintes manteve a média de 0,82.

c) **Liquidez Seca**

Este índice tem como finalidade a de quanto a empresa possui de ativo circulante menos os estoques para cada R\$ 1,00 de dívidas classificadas como de curto prazo.

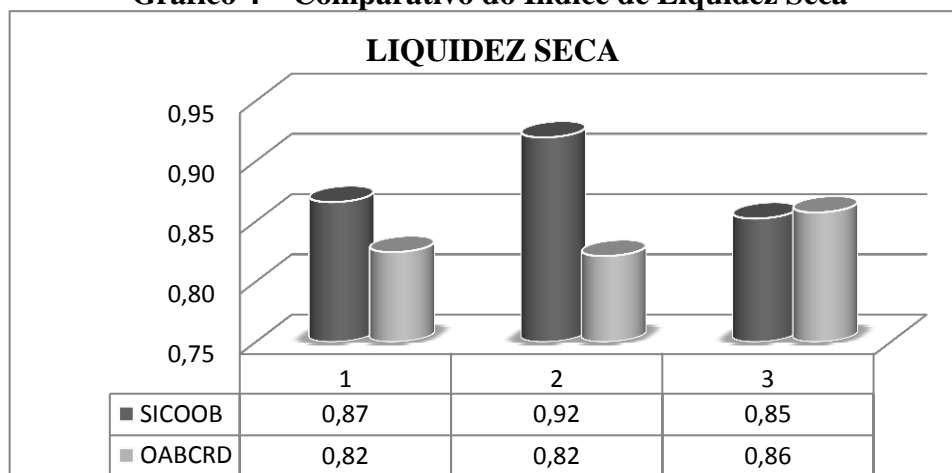
A Tabela 11 demonstra as variáveis que são necessárias para a aplicação de fórmula do índice em questão, e apresenta os resultados conseguidos nos três períodos analisados das empresas estudadas.

Tabela 11 – Cálculo do Índice da Liquidez Seca

FÓRMULA				
LIQUIDEZ SECA =(ATIVO CIRCULANTE - ESTOQUES)/ PASSIVO CIRCULANTE				
SICOOB SC		2011	2010	2009
ATIVO CIRCULANTE	(REAIS MIL)	1.268.761,00	1.061.172,00	633.334,00
ESTOQUES	(REAIS MIL)	0,00	0,00	0,00
PASSIVO CIRCULANTE	(REAIS MIL)	1.464.852,00	1.153.700,00	742.927,00
VALOR DO ÍNDICE		0,87	0,92	0,85
OABCREC		2011	2010	2009
ATIVO CIRCULANTE	(REAIS)	33.219.293,34	23.366.166,19	18.441.948,70
ESTOQUES	(REAIS)	0,00	0,00	0,00
PASSIVO CIRCULANTE	(REAIS)	40.283.617,64	28.447.839,07	21.505.144,08
VALOR DO ÍNDICE		0,82	0,82	0,86

Fonte: Dados da Pesquisa

Os quocientes resultantes apresentados na Tabela 11 estão expostos no Gráfico 4 para efetuar a análise de maneira comparativa.

Gráfico 4 – Comparativo do Índice de Liquidez Seca

Fonte: Dados da Pesquisa

Análise – Observa-se que os resultados da liquidez seca são iguais os da liquidez corrente, por serem sociedades cooperativas de crédito se equivalem a instituições financeiras, e as mesmas não apresentam a conta estoques. Sendo assim as duas apresentam um índice inferior a R\$ 1,00 nos três anos analisados, o que não é tão bom para a empresa, isto demonstra que a mesma não teria capacidade de liquidar suas dívidas imediatamente.

d) Liquidez Geral

O índice de liquidez geral tem por finalidade, quanto à empresa possui de ativos circulantes e ativos não circulantes para cada R\$ 1,00 de dívida total, ou seja, passivo circulante mais passivo não circulante.

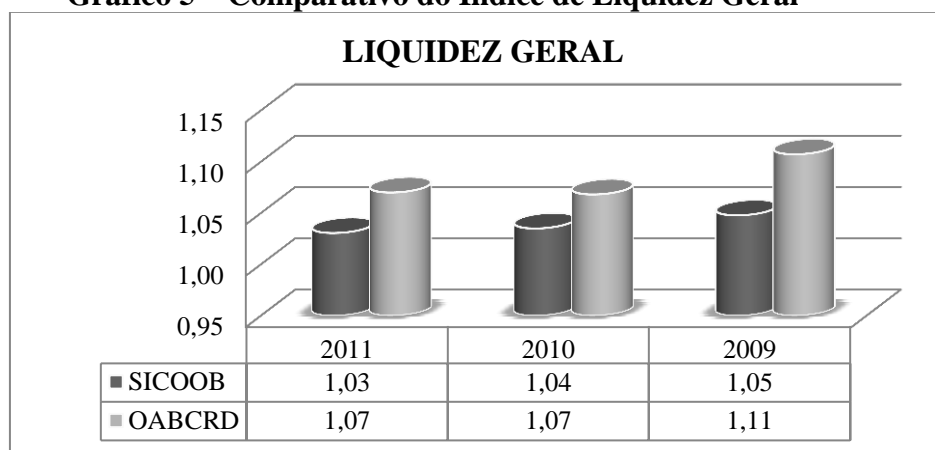
A Tabela 12 revela as variáveis que compõem os cálculos do indicador, e também os resultados conseguidos através da aplicação dos cálculos.

Tabela 12 – Cálculo do Índice da Liquidez Geral

FÓRMULA				
LIQUIDEZ GERAL = (AC + ARLP) / (PC + PNC)				
SICOOB SC		2011	2010	2009
ATIVO CIRCULANTE	(REAIS MIL)	1.268.761,00	1.061.172,00	633.334,00
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	(REAIS MIL)	282.119,00	165.080,00	170.516,00
PASSIVO CIRCULANTE	(REAIS MIL)	1.464.852,00	1.153.700,00	742.927,00
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	(REAIS MIL)	39.873,00	30.948,00	24.186,00
VALOR DO ÍNDICE		1,03	1,04	1,05
OABCRED		2011	2010	2009
ATIVO CIRCULANTE	(REAIS)	33.219.293,34	23.366.166,19	18.441.948,70
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	(REAIS)	9.890.580,54	7.023.515,52	5.372.372,43
PASSIVO CIRCULANTE	(REAIS)	40.283.617,64	28.447.839,07	21.505.144,08
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	(REAIS)	0	0	0
VALOR DO ÍNDICE		1,07	1,07	1,11

Fonte: Dados da Pesquisa

A ilustração dos índices da Tabela 12 estão no Gráfico 5, de forma comparativa entre as duas cooperativas.

Gráfico 5 – Comparativo do Índice de Liquidez Geral

Fonte: Dados da Pesquisa

Análise – no índice de liquidez geral as duas empresas apresentaram os valores superiores a R\$ 1,00, ou seja, as empresas possuem menos dívidas totais que seus ativos circulantes e realizável a longo prazo. Das duas a cooperativa OABCRED é que apresenta os valores mais altos, sendo que em 2009 estava com 1,11 e teve uma leve queda apresentando nos dois últimos anos o valor de 1,07 para cada R\$ de dívida tanto no curto como no longo prazo.

e) Rentabilidade do Ativo

No índice de rentabilidade do ativo, é apresentado quando a cooperativa conseguiu de sobras ou perdas para cada R\$ 100, 00 de ativos totais a disposição.

Na Tabela 13 estão as variáveis que compõem o índice, junto com a memória de cálculo do ROI.

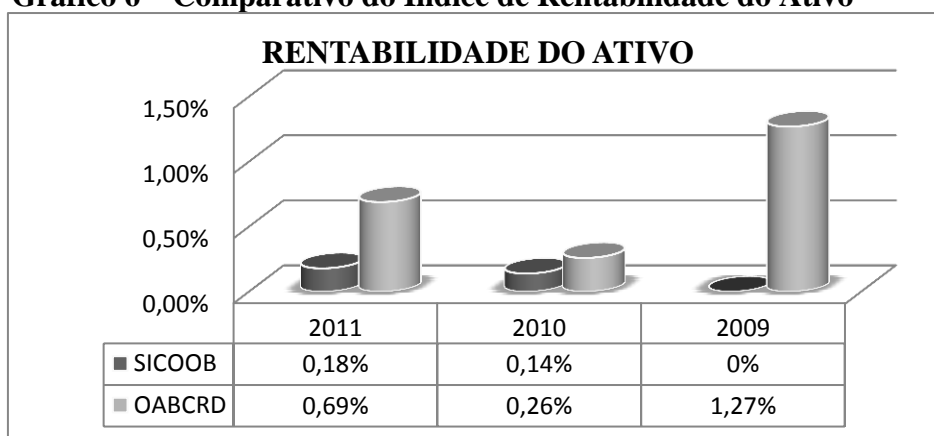
Tabela 13 – Cálculo do Índice de Rentabilidade do Ativo

FÓRMULA				
ROI = (RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO / ATIVO TOTAL) X 100				
SICOOB SC		2011	2010	2009
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (REAIS MIL)		2.848,00	1.780,00	0
ATIVO TOTAL (REAIS MIL)		1.599.881,00	1.257.439,00	825.323,00
VALOR DO ÍNDICE		0,18%	0,14%	0,00
OABCRED		2011	2010	2009
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (REAIS)		310.166,06	83.248,28	314.237,02
ATIVO TOTAL (REAIS)		44.861.742,66	32.106.143,11	24.659.415,24
VALOR DO ÍNDICE		0,69%	0,26%	1,27%

Fonte: Dados da Pesquisa

Os dados obtidos na Tabela 13 da rentabilidade do ativo estão expostos no Gráfico 6 a seguir. Sendo feita a comparação das duas cooperativas nos três anos analisados.

Gráfico 6 – Comparativo do Índice de Rentabilidade do Ativo



Fonte: Dados da Pesquisa

Análise – Na rentabilidade do ativo, a OABCRED apresentou um melhor desempenho comparado com a central SICOOB SC, nos três últimos anos, mesmo que só em 2009 a OABCRED apresentou o resultado acima de um, ela está fazendo com que seu ativo rende mais do que o SICOOB SC.

Por não ter tido sobras em 2009 a central SICOOB SC fica atrás, mas pode se perceber que aos poucos ela está se recuperando. Não demonstra valores expressivos, mas nota se um crescimento constante nos dois últimos anos.

f) Rentabilidade do Patrimônio Líquido

Este indicador, rentabilidade do patrimônio líquido (ROE) tem a finalidade de demonstrar qual é o retorno sobre o capital investido, ou seja, quanto a empresa conseguiu gerar de resultado, positivo ou negativo, para cada R\$ 100,00 investido.

Na Tabela 14 é apresentado as variáveis que compõem o índice, e sua memória de cálculo, para o resultados dos índices.

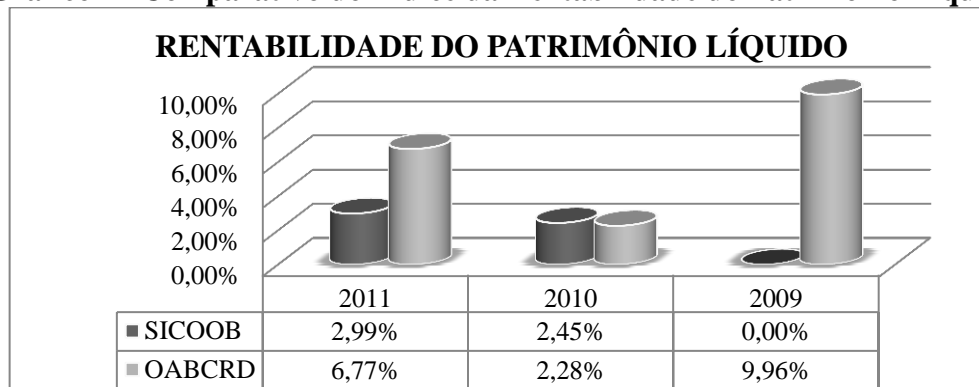
Tabela 14 – Cálculo do Índice de Rentabilidade do Patrimônio Líquido

FÓRMULA				
ROE =(RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO / PATRIMÔNIO LÍQUIDO) X 100				
SICOOB SC		2011	2010	2009
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (REAIS MIL)		2.848,00	1.780,00	0
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (REAIS MIL)		95.156,00	72.791,00	58.210,00
VALOR DO ÍNDICE		2,99%	2,45%	0,00
OABCRD		2011	2010	2009
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (REAIS)		310.166,06	83.248,28	314.237,02
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (REAIS)		4.578.125,02	3.658.304,04	3.154.271,16
VALOR DO ÍNDICE		6,77%	2,28%	9,96%

Fonte: Dados da Pesquisa

Com os valores obtidos na Tabela 14, foi elaborado o Gráfico 7 onde se compara o desempenho das cooperativas analisadas.

Gráfico 7– Comparativo do Índice da Rentabilidade do Patrimônio Líquido



Fonte: Dados da Pesquisa

Análise – Ao se observar a gráfico verifica-se que o melhor desempenho foi da cooperativa OABCRED, mesmo tendo uma queda em 2010 ela ficou com melhor índice que a central SICOOB SC. E no ano de 2011 teve um crescimento encerrando com 6,77%, ou seja, para cada R\$ 100 investido a cooperativa obteve R\$ 6,77 de lucro líquido de capital próprio investido no exercício social.

g) Margem Líquida

Este índice tem como função de apresentar a eficiência da empresa em obter lucro, ou seja, a capacidade que as cooperativas têm em transformar as receitas em lucros. A margem líquida demonstra quanto que a empresa conseguiu gerar de resultado para cada R\$ 100,00 de vendas líquidas realizadas.

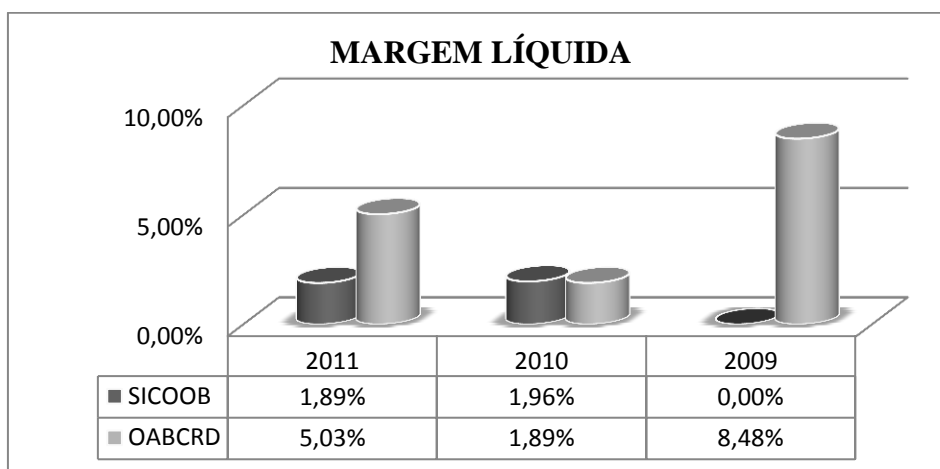
Na Tabela 15 são apresentadas as variáveis, e a memória dos cálculos necessários para a obtenção dos índices nos períodos analisados, 2009, 2010 e 2011.

Tabela 15 – Cálculo do Índice Da Margem Líquida

FÓRMULA				
MARGEM LÍQUIDA =(RESUL. LÍQUIDO DO EXERCÍCIO / RECEITA OP. LÍQUIDA) X 100				
SICOOB SC		2011	2010	2009
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (REAIS MIL)		2.848,00	1.780,00	0
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (REAIS MIL)		150.540,00	90.639,00	69.852,00
VALOR DO ÍNDICE		1,89%	1,96%	0,00
OABCRED		2011	2010	2009
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (REAIS)		310.166,06	83.248,28	314.237,02
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (REAIS)		6.161.781,20	4.398.819,11	3.703.945,49
VALOR DO ÍNDICE		5,03%	1,89%	8,48%

Fonte: Dados da Pesquisa

Segue abaixo os Gráficos 8 elaborados com os dados da Tabela 15 de forma comparativa dos três anos analisados.

Gráfico 8 – Comparativo do Índice da Margem Líquida

Fonte: Dados da Pesquisa

Análise – Observe-se que somente em 2010 a OABCRED não teve o melhor desempenho, em contrapartida teve um grande queda, já que em 2009 apresentou 8,48% e em 2010 1,89% subindo em 2011 para 5,03%. Isto quer dizer que a OABCRED consegue obter mais lucro líquido em cima de suas vendas líquidas. No último ano conseguiu transformar em lucro R\$ 5,03 de cada R\$ 100,00 de vendas efetuadas.

h) Giro do Ativo

O Giro do ativo é um índice com a finalidade de demonstrar qual a rotação do ativo da empresa, ou seja, quanto que a empresa consegue gerar de vendas líquidas para cada R\$ 100,00 de ativos a disposição. Este índice está ligado diretamente com a produtividade da empresa, evidencia quanto que a empresa consegue vender utilizando os seus ativos.

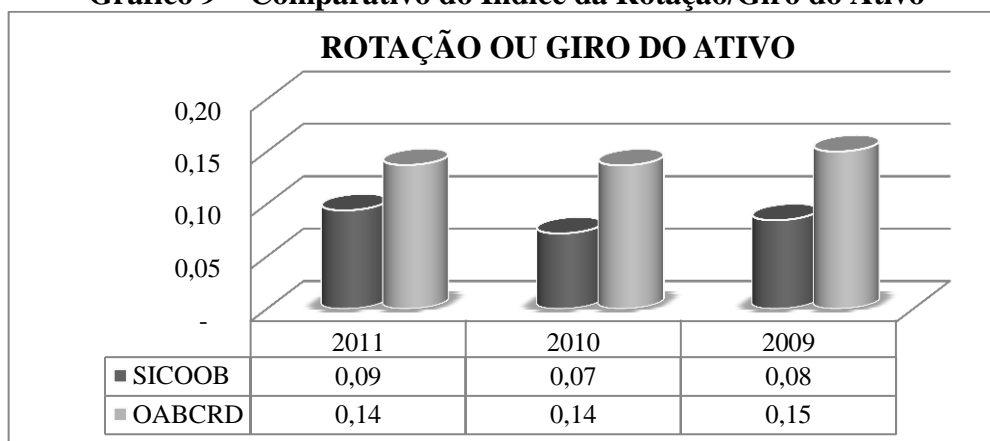
A Tabela 16 apresenta os valores que são necessários para o cálculo do giro do ativo, junto com a memória de cálculos das empresas estudadas nos três últimos exercícios sociais.

Tabela 16 – Cálculo do Índice Rotação/Giro do Ativo

FÓRMULA				
GIRO DO ATIVO = RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA / ATIVO TOTAL				
SICOOB SC		2011	2010	2009
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	(REAIS MIL)	150.540,00	90.639,00	69.852,00
ATIVO TOTAL	(REAIS MIL)	1.599.881,00	1.257.439,00	825.323,00
VALOR DO ÍNDICE		0,09	0,07	0,08
OABCRED		2011	2010	2009
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	(REAIS)	6.161.781,20	4.398.819,11	3.703.945,49
ATIVO TOTAL	(REAIS)	44.861.742,66	32.106.143,11	24.659.415,24
VALOR DO ÍNDICE		0,14	0,14	0,15

Fonte: Dados da Pesquisa

No Gráfico 9 são apresentados os valores dos índices da Tabela 16 de forma comparativa entre as cooperativas analisadas.

Gráfico 9 – Comparativo do Índice da Rotação/Giro do Ativo

Fonte: Dados da Pesquisa

Análise – As duas cooperativas apresentam valores baixo em seu giro do ativo, por serem instituições financeiras e trabalharem principalmente com o ativo seu índice ficou inferior a R\$ 1,00 nos anos de 2009, 2010 e 2011. A cooperativa OABCRED que demonstrou um desempenho melhor, mesmo assim deixa a desejar, pois apresenta os índices entre 0,15 e 0,14 em todo o período analisado. Ou seja, as Cooperativas OABCRED e SICOOB SC não geram muita receita utilizando seus ativos.

i) Grau de Endividamento Global

O grau de endividamento global tem como função evidenciar a estrutura de capital das cooperativas, isto é demonstrando quanto elas se apresentam endividadas para cada R\$ 100,00 de ativos que estão à disposição.

Na Tabela 17 estão apresentados os valores das variáveis que compõem o índice, junto com a fórmula e a memória do cálculo obtidos das cooperativas estudadas.

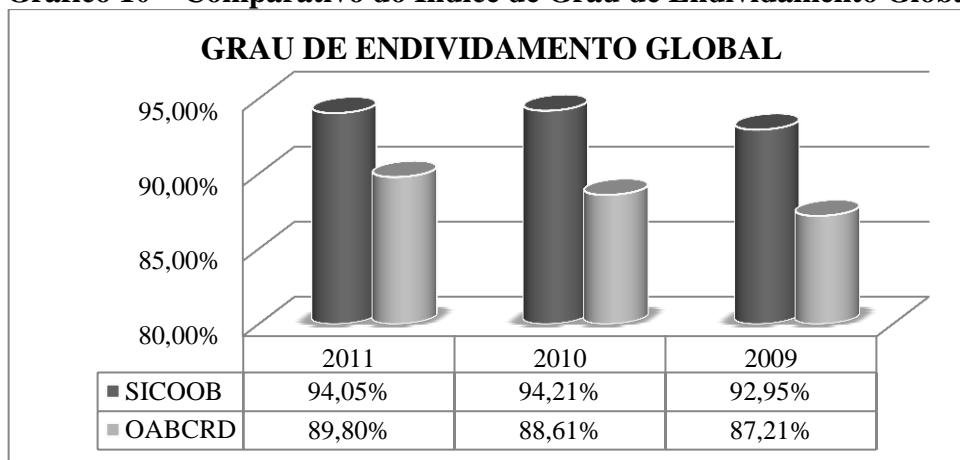
Tabela 17 – Cálculo do Índice Grau de Endividamento Global

FÓRMULA				
GEG = (PASSIVO CIRC. + PASSIVO NÃO CIRC. / ATIVO TOTAL) X 100				
SICOOB SC		2011	2010	2009
PASSIVO CIRCULANTE	(REAIS MIL)	1.464.852,00	1.153.700,00	742.927,00
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	(REAIS MIL)	39.873,00	30.948,00	24.186,00
ATIVO TOTAL	(REAIS MIL)	1.599.881,00	1.257.439,00	825.323,00
VALOR DO ÍNDICE		94,05%	94,21%	92,95%
OABCRD		2011	2010	2009
PASSIVO CIRCULANTE	(REAIS)	40.283.617,64	28.447.839,07	21.505.144,08
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	(REAIS)	0,00	0,00	0,00
ATIVO TOTAL	(REAIS)	44.861.742,66	32.106.143,11	24.659.415,24
VALOR DO ÍNDICE		89,80%	88,61%	87,21%

Fonte: Dados da Pesquisa

O Gráfico 10 a seguir apresenta os resultados obtidos na Tabela 17 de maneira comparativa entre as duas cooperativas analisadas nos anos de 2009, 2010 e 2011.

Gráfico 10 – Comparativo do Índice de Grau de Endividamento Global



Fonte: Dados da Pesquisa

Análise – As duas cooperativas apresentam grande grau de endividamento, sendo o SICOOB SC que está com o índice mais elevado, nos últimos três anos seu endividamento chega muito próximo a 100%. Ou seja, para cada R\$ 100,00 de ativos foi apresentado em 2009 R\$ 92,95 de dívidas, em 2010 apresentou R\$ 94,21 e em 2011 R\$ 94,05.

j) Composição do Endividamento

Neste índice, composição do endividamento se evidencia qual é a parte de compromissos no ativo circulante da cooperativa, em relação a todos as obrigações com terceiros, seja de curto ou longo prazo. Assim é possível obter uma percepção de como é o endividamento da cooperativa, se de longo ou curto prazo.

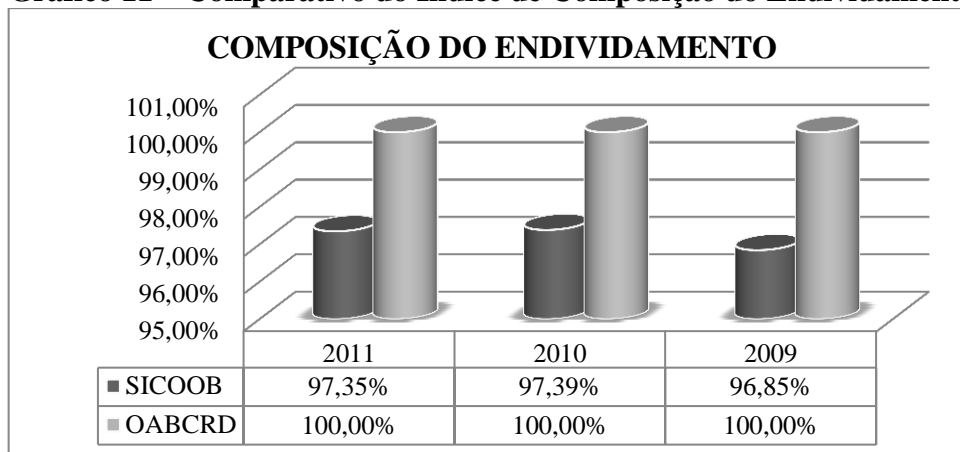
A Tabela 18 evidencia os valores que se faz necessário para o cálculo do índice de endividamento, bem como a fórmula e a memória do calculo.

Tabela 18 – Cálculo do Índice Composição de Endividamento

FÓRMULA				
CE = (PASSIVO CIRCULANTE / (PASSIVO TOTAL-PATRIMÔNIO LÍQUIDO) X 100				
SICOOB SC		2011	2010	2009
PASSIVO CIRCULANTE	(REAIS MIL)	1.464.852,00	1.153.700,00	742.927,00
PASSIVO TOTAL	(REAIS MIL)	1.599.881,00	1.257.439,00	825.323,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(REAIS MIL)	95.156,00	72.791,00	58.210,00
VALOR DO ÍNDICE		97,4%	97,39%	96,85%
OABCRE		2011	2010	2009
PASSIVO CIRCULANTE	(REAIS)	40.283.617,64	28.447.839,07	21.505.144,08
PASSIVO TOTAL	(REAIS)	44.861.742,66	32.106.143,11	24.659.415,24
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(REAIS)	4.578.125,02	3.658.304,04	3.154.271,16
VALOR DO ÍNDICE		100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Dados da Pesquisa

Os valores encontrados na Tabela 18 estão demonstrados através do Gráfico 11 de forma comparativa entre as duas cooperativas três períodos analisados.

Gráfico 11 – Comparativo do Índice de Composição do Endividamento

Fonte: Dados da Pesquisa

Análise – Ambas as cooperativas apresentam alto índice de endividamento em curto prazo. A central SICOOB SC que apresenta os índices menores que a OABCRD, mas nada muito significativo já que são de 96,85% em 2009, de 97,39% em 2010 e encerrando em 2011 com 97,35% as dívidas a serem pagas em curto prazo. A OABCRD apresenta todas as suas dívidas em curto prazo, ou seja, seu vencimento é dentro de um ano.

3.3. COMPARAÇÃO DOS DADOS OBTIDOS.

Nesta parte será abordada a análise em conjunto dos cálculos impetrados através dos indicadores, apresentando uma posição mais clara da situação financeiro e econômica das cooperativas SICOOB SC e da OABCRD durante o período analisado.

- *A situação financeira:* será apresentada através da análise dos indicadores de liquidez e também os de estrutura de capital,

- *A situação econômica:* serão utilizados os indicadores de rentabilidade de maneira global para a análise.

A Tabela 19 demonstra os indicadores e seus resultados obtidos neste trabalho para que seja efetuada a comparação dos índices juntos.

Tabela 19 – Comparativo entre os Indicadores de Liquidez

INDICADORES DE LIQUIDEZ OU SOLVENCIA			
LIQUIDEZ IMEDIATA	2011	2010	2009
SICOOB SC	0,0005	0,0002	0,0002
OABCRED	0,0060	0,0066	0,0045
LIQUIDEZ CORRENTE	2011	2010	2009
SICOOB SC	0,87	0,92	0,85
OABCRED	0,82	0,82	0,86
LIQUIDEZ SECA	2011	2010	2009
SICOOB SC	0,87	0,92	0,85
OABCRED	0,82	0,82	0,86
LIQUIDEZ GERAL	2011	2010	2009
SICOOB SC	1,03	1,04	1,05
OABCRED	1,07	1,07	1,11

Fonte: Dados da Pesquisa

Verifica-se assim que na avaliação de desempenho no critério de liquidez as cooperativas SICOOB SC e OABCRED mantêm se quase na mesma situação, quando se trata da liquidez imediata a OABCRED apresenta se melhor, mas quando tratamos de liquidez corrente e seca e o SICOOB quem se destaca mais, com os valores dos indicadores mais expressivos. Mas na liquidez geral a OABCRED volta a ser a cooperativa com melhor resultado. Tirando os indicadores da liquidez imediata, as empresas apresentam uma boa margem de segurança no que diz a respeito da solvência.

Na Tabela 20 a seguir são apresentados os indicadores da estrutura de capitais, para ser feito um comparativo de seu desempenho dos três anos analisados.

Tabela 20 – Comparativo entre os Indicadores de Estrutura de Capitais

INDICES DE ESTRUTURAS DE CAPITAIS			
GRAU DE ENDIVIDAMENTO GLOBAL	2011	2010	2009
SICOOB SC	94,05%	94,21%	92,95%
OABCRED	89,80%	88,61%	87,21%
COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	2011	2010	2009
SICOOB SC	97,4%	97,39%	96,85%
OABCRED	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Dados da Pesquisa

Percebe-se que as cooperativas mantem certo equilíbrio, quando se trata do endividamento global a OABCRED apresenta os menores indicadores, mas em contrapartida

quando se trata da composição do endividamento, a cooperativa está totalmente endividada. Tanto o SICOOB SC como a OABCRED apresentam índices altos de endividamento nos três anos analisados.

A última Tabela 21, a ser apresentada, traz os indicadores de rentabilidade, rotação e lucratividade. Será exposto de maneira comparativa, apontando a situação econômica das cooperativas em estudo.

Tabela 21 – Comparativo entre os Indicadores de Rentabilidade, Lucratividade e Rotação

INDICADORES DE RENTABILIDADE, LUCRATIVIDADE E ROTAÇÃO			
RENTABILIDADE DO ATIVO	2011	2010	2009
SICOOB SC	0,18%	0,14%	0,00%
OABCRED	0,69%	0,26%	1,27%
RENTABILIDADE DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2011	2010	2009
SICOOB SC	2,99%	2,45%	0,00%
OABCRED	6,77%	2,28%	9,96%
MARGEM LÍQUIDA	2011	2010	2009
SICOOB SC	1,89%	1,96%	0,00%
OABCRED	5,03%	1,89%	8,48%
GIRO DO ATIVO	2011	2010	2009
SICOOB SC	0,09	0,07	0,08
OABCRED	0,14	0,14	0,15

Fonte: Dados da Pesquisa

Ao se comparar os indicadores econômicos de rentabilidade, lucratividade e rotação verifica-se que a cooperativa OABCRED de modo geral apresenta um melhor desempenho nos três anos analisados, desta forma confere-se que a OABCRED comparada com o SICOOB SC tem maior capacidade em conseguir recursos próprios pelas suas atividades desenvolvidas.

CAPÍTULO IV

Este capítulo tem a finalidade de apresentar as considerações finais do TCC, referente a análise financeira e econômica que foi elaborada tendo como base os demonstrativos contábeis das sociedades cooperativas SICOOB SC e a OABCREC, abordando as considerações finais quanto ao objetivo, quanto ao resultado e também a recomendação para futuros.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das demonstrações contábeis efetuadas, através dos índices financeiros e econômicos, pesquisados e demonstrados neste trabalho, tem como uma de suas funções a de ajudar na tomada de decisão. Os resultados obtidos, através da análise, poderão ajudar os gestores e os futuros sócios, que através da análise efetuada podem verificar se é interessante o investimento na empresa analisadas.

Também analisou-se que ao se escolher uma instituição financeira para gerenciar seu capital, é fundamental que os usuários não adotam como base somente a análise financeira e econômica, e interessante verificar o grau de satisfação dos usuários, como a instituição está sendo vista perante o mercado, quais são suas oportunidades e habilidades diante do mercado, enfim todos os fatores que estão ligados diretamente com o desempenho do negócio.

4.1. QUANTO AOS OBJETIVOS

Os objetivos apresentados nesta pesquisa foram alcançados, por meio da elaboração de uma análise onde se comparou a situação econômica e financeira do Sistema de Cooperativas do Brasil (SICOOB SC), onde estão centralizados os resultados de todas as cooperativas do estado de Santa Catarina, com a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Advogados de Santa Catarina (OABCREC), embasado nos demonstrativos contábeis, e com a aplicação dos indicadores, índices ou quocientes, que fornecem conhecimento para auxiliar os diversos usuários na tomada de decisão.

Primeiramente, no Capítulo II foi alcançados os objetivos específicos, por meio do embasamento teórico, onde se contextualizou a história do cooperativismo no mundo, em seguida a evolução e algumas barreiras que o cooperativismo de crédito teve no Brasil e em

Santa Catarina. Demonstrou-se também que a contabilidade em sociedades cooperativas em nada se difere das demais, e se igualam a outras instituições financeiras ao prestar contas ao Banco Central do Brasil. Ainda neste capítulo foram abordadas quais as técnicas, indicadores, índices ou quocientes mais utilizados para a análise econômica e financeira.

A resposta para a pergunta foi respondida e alcançou-se o objetivo geral neste estudo de caso, pois foram explanados, através de tabelas e gráficos, os cálculos dos principais indicadores para a verificação do desempenho financeiro e econômico, tendo como base os valores apresentados no Balanço Patrimonial e na Demonstração de Sobras ou Perdas das Cooperativas em estudo.

4.2. QUANTOS AOS RESULTADOS

O intuito principal deste trabalho foi a análise do desempenho econômico e financeiro que a cooperativa OABCRED apresentou nos últimos três anos, sendo comparado com o SICOOBSC.

Verificou-se pela análise efetuada, que o índice de liquidez das duas cooperativas não se diferencia muito, pois nos índices de liquidez imediata e geral a OABCRED apresenta um melhor resultado, mas nos índices de liquidez corrente e seca e o SICOOB SC quem fica com os melhores índices.

Ao se tratar do endividamento das cooperativas, verificou-se, através da análise efetuada, que ambas apresentam o percentual elevado, estando os três anos acima de 90%, principalmente em virtude das mesmas trabalharem com empréstimos em curto prazo.

Consequentemente a composição do endividamento está na sua maioria em curto prazo para o SICOOB SC, já a OABCRED apresenta sua composição de endividamento totalmente em curto prazo. Ou seja, que suas dívidas terão seu vencimento dentro do exercício social seguinte.

Nos índices de rentabilidade, lucratividade e rotação a Cooperativa OABCRED de modo geral teve um melhor desempenho, nos três anos em que foram analisadas, ou seja, nestes indicadores a Cooperativa OABCRED conseguiu se sobressair melhor que a média das cooperativas de todo o estado de Santa Catarina representado pelo SICOOB SC.

4.3. RECOMENDAÇÃO PARA FUTUROS TRABALHOS

Para novos estudos, recomenda-se a análise mais aprofundada das cooperativas de crédito no Estado de Santa Catarina, sendo utilizados indicadores específicos para o ramo, utilizando não só as demonstrações contábeis, mas também outros como: a satisfação dos cooperados com os serviços das cooperativas de crédito, quais os benefícios que estas sociedades trazem consigo nas comunidades em que se instala, qual o público que mais se beneficia destas sociedades, desta forma além do resultado financeiro e econômico que se obtém através dos demonstrativos contábeis, tem-se também o desempenho englobando o todo, fornecendo assim uma base mais sólida na hora de tomar a decisão sobre qual a melhor instituição financeira para gerenciar o seu dinheiro.

REFERENCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços** – um enfoque econômico-financeiro comércio e serviços, indústrias, bancos comerciais e múltiplos. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **RESOLUÇÃO 3.106, DE 25 DE JUNHO DE 2003.**
Disponível em:
<http://www.bcb.gov.br/pre/denor/port/2003/1/%5C3.106,%20de%2025%20de%20junho.asp>.
Acesso em: 02 out 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **RESOLUÇÃO 3.140, DE 27 DE NOVEMBRO 2003.**
Disponível em:
<http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/normativo.asp?tipo=res&ano=2003&numero=3140>. Acesso em: 02 out 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **RESOLUÇÃO 3.859, DE 27 DE MAIO 2010.**
Disponível em:
<http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/normativo.asp?tipo=res&ano=2010&numero=3859>. Acesso em: 02 out 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **RESOLUÇÃO Nº 3442, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2007.**
Disponível em:
http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2007/pdf/res_3442_v4_P.pdf. Acesso em: 02 out 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **RESOLUÇÃO Nº 3058 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2002.**
Disponível em:
http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2002/pdf/res_3058_v1_O.pdf. Acesso em: 02 out 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **RESOLUÇÃO Nº 3321, DE 30 DE SETEMBRO DE 2005.**
Disponível em:
http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2005/pdf/res_3321_v2_L.pdf. Acesso em: 02 out 2012.

BEUREN, Ilse Maria. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática.** 3. ed. – 5. reimpr.- São Paulo: Atlas, 2010.

CIRCULAR Nº **1.561/89.** Disponível em:
http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/circ/1989/pdf/circ_1561_v1_O.pdf. Acesso em: 14 out 12.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - **RESOLUÇÃO CFC N.º 876/00.**
Disponível em: http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2000/000876.
Acesso 20 nov. 12.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - **RESOLUÇÃO CFC Nº 1.013/05.**

Disponível em: http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2005/001013.

Acesso em: 20 nov. 12.

DEMONSTRAÇÕES CONTABÉIS – Cooperativa de economia e crédito mútuo dos advogados de Santa Catarina. Em 31/12/2012 e 31/12/2011. A Notícia, Joinville, edição 25.868: 26-27, 17 fev 2012.

DEMONSTRAÇÕES CONTABÉIS – Cooperativa de economia e crédito mútuo dos advogados de Santa Catarina. Em 31/12/2011 e 31/12/2009. A Notícia, Joinville, edição 25542: 26-27, 25 mar 2012.

DIAS, Donaldo de Souza; DA SILVA, Monica Ferreira. **Como escrever uma Monografia: Manual de Elaboração com Exemplo e Exercícios**. São Paulo: Atlas, 2010.

ETGETO, Anderson Augusto et al. **Os princípios do cooperativismo e as cooperativas de crédito no Brasil**. Maringá Management, Maringá, PR, v. 2, n.1, p. 7 – 19, jan. /jun. 2005. Disponível em: <http://www.maringamanagement.com.br/novo/index.php/ojs/article/viewFile/30/15>. Acesso em: 14 out 12.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar projeto de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
IUDICIBUS, Sergio de. **Análise de Balanços**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1988.

IUDICIBUS, Sergio de. **Análise de balanços**. 5a ed. São Paulo: Atlas, 1988.
LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, Jose Carlos. **Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial**. 3. ed. São Paulo (SP): Atlas, 2007.

MATARAZZO, Dante C. (Dante Carmine). **Análise financeira de balanços : demonstrações financeiras**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços: Abordagem Gerencial**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica: a prática de Fichamento, Resumos, resenhas**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MELO SOBRINHO, Abelardo Duarte de et al. **Governança Cooperativa: diretrizes e mecanismo para o fortalecimento da governança em cooperativas de crédito**. Brasília: BCB, 2009.

MENEZES, JOSÉ SALVINO DE. **Cooperativismo de crédito: o futuro para a economia sustentável**. Disponível em: <http://cooperativismodecredito.com.br/news/2012/10/cooperativismo-de-credito-o-futuro-para-a-economia-sustentavel-por-jose-salvino-de-menezes> . Acesso em: 24 out 12.

OABCREd – **Histórico**. Disponível em: <http://www.oabcred.com.br/?page=paginas&id=12>. Acesso em: 20 nov. 12.

OABCREd- **Informativo SICOOB OABCREd**. 1. ed. Florianópolis: OABCREd, 2012.

OCB- **História do cooperativismo de crédito**. disponível em: http://www.ocb.org.br/site/ramos/credito_historia.asp. Acesso em 14 out 12.

OCESC- **Apresentação com dados estatísticos do cooperativismo catarinense**. Disponível em: <http://www.ocesc.org.br/>. Acesso em: 20 nov 2012.

OCESC- **Cooperativismo ao alcance de todos**. 5. ed. Florianópolis: OCEsc/ITEC, 2004.

OCESC- **Institucional/Cooperativismo-** Disponível em: <http://www.ocesc.org.br/institucional/cooperativismo.php>. Acesso em: 02 out2012.

OLINQUEVITCH, José Leonidas; SANTI FILHO, Armando de. **Análise de Balanço para Controle Gerencial**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

OLIVEIRA, Marcielle Paranhos de. **FORMAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DAS SOBRAS NAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO: UM ESTUDO DE CASO NA COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO VALE DO JURUENA – SICREDI UNIVALES**. Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena. 2009.

PINHEIRO, Marco Antonio Henriques. **Cooperativas de Crédito: História da Evolução normativa no Brasil** - 6. ed. Brasília: BCB, 2008. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/livro_cooperativas_credito.pdf. Acessado em: 14 out 12.

PLANALTO – **LEI Nº 11638/07**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm. Acesso em: 21 nov. 12.

PLANALTO - **LEI Nº 5.764/71**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm. Acesso em: 21 nov. 12.

PLANALTO – **LEI Nº 6404/76**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm. Acesso em: 21 nov. 12.

PLANALTO. **DECRETO Nº 979, DE 6 DE JANEIRO DE 1903**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D0979.htm. Acesso em: 20 nov 2012.

POLONIO, Wilson Alves. **Manual das Sociedades Cooperativas**.- 4. ed.- São Paulo: Atlas, 2004.

Portal do Cooperativismo de Crédito. **Cooperativas de Crédito Avancam na participação do Mercado**. Disponível em: <http://cooperativismodecredito.com.br/news/category/noticias/>. Acessado em: 02 out2012.

RECEITA FEDERAL – LEI Nº 11941/097. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/leis/2009/lei11941.htm>. Acesso em: 21 nov. 12.

RESOLUÇÃO Nº 3.859. disponível em: http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2010/pdf/res_3859_v3_P.pdf. Acesso em: 14 out 12.

REVISTA SICOOB. **Cooperativas de Crédito à Frente do Crescimento do Setor**. Ano 3- n. 9- JAN/MAR/2012.

RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e Análise de Balanços Fácil**. 8ª edição. São Paulo: Saraiva, 2009.

ROIK, VIVIANE; SCHVARZ SOBRINHO, ROMEU **TRIBUTAÇÃO EM COOPERATIVAS DE CRÉDITO versus TRIBUTAÇÃO EM BANCOS COMERCIAIS**. Disponível em: http://web03.unicentro.br/especializacao/Revista_Pos/P%C3%A1ginas/2%20Edi%C3%A7%C3%A3o/Aplicadas/PDF/31-Ed2_CS-Tributa.pdf. Acesso em: 02 Jun12.

RUBERTI, Joel Bruno. **Estudo de caso da aplicação de modelo particular de índices econômico-financeiros para análise das demonstrações contábeis de uma empresa do ramo da construção civil**. 2010. 138p. Monografia do curso Ciências Contábeis – Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

SAVYTZKY, Taras. **Análise de balanços: método prático**. 5. ed. rev. e atual Curitiba: Jurua, 2009.

SEGANFREDO, Andréia et al. **SICOOB Santa Catarina 25 anos. Santa Catarina: Relata Editorial**, 2005.

SENADO. **DECRETO N. 1637 – DE 5 DE JANEIRO DE 1907**. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=55323>. Acesso em: 20 nov 2012.

SENADO. **DECRETO N. 6532 – DE 20 DE JUNHO DE 1907**. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=45789&norma=61547>. Acesso em: 20 nov 2012.

SICOOBSC- **Conheça o SICOOB SC-** Disponível em: <http://www.sicoobsc.com.br/?page=sicoob&idMenu=3&id=3>. Acesso em: 20 nov. 12

SICOOBSC- **Relatórios.** Disponível em: <http://www.sicoobsc.com.br/uploads/uploadsFCkEditor/Image/File/Relatorio%202011.pdf>.

SICOOBSC- **Relatórios.** Disponível em: <http://www.sicoobsc.com.br/uploads/uploadsFCkEditor/Image/File/Relatorio%202010.pdf>. Acesso em 20 nov. 12.

TRIBUNA HOJE. **BC Aponta Crescimento Acima da Média Das Cooperativas de Crédito.** Disponível em: <http://www.tribunahoje.com/noticia/31382/cooperativas/2012/06/27/bc-aponta-crescimento-acima-da-media-das-cooperativas-de-credito.html>. Acesso em: 02 out 12.

TRINDADE, ANALUISA. MACEDO. **A Tributação das Sociedades Cooperativas pelo PIS e COFINS.** Disponível em <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4311>. Acesso em 16 Fev2012

ZDANOWICZ, José Eduardo. **Gestão financeira para cooperativas de produção, consumo, crédito e demais sociedades.** Porto Alegre: Evangraf,2010.

ANEXOS

ANEXO I – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS / SICOOB SC - SISTEMA DE COOPERATIVAS DO BRASIL DE SANTA CATARINA

ANEXO II – DEMONSTRAÇÕES CONTEBEIS / OABCRED - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MUTUO DOS ADVOGADOS DE SANTA CATARINA.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



**SICOOB
SANTA CATARINA**

Código	Discriminação dos verbetes	Exercício 2010	Exercício 2009
	ATIVO CIRCULANTE	1.061.172	633.334
110	Disponibilidades	183	157
	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	930.010	503.488
121	Aplicações no Mercado Aberto	120.032	236.660
122	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	809.978	266.828
	Títulos e Valores Mobiliários	71.377	50.665
132	Vinculados a Compromisso de Recompra	45.583	37.167
134	Vinculados a Prestação de Garantias	25.794	13.498
	Relações Interfinanceiras	336	16.554
147	Repasse Interfinanceiros	336	16.554
	Relações Interdependências	100	-
152	Transferências Internas de Recursos	100	-
	Operações de Crédito	58.486	62.157
161	Operações de Crédito		
	Setor Privado	59.003	62.636
169	(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	-517	-479
	Outros Créditos	557	116
183	Rendas a Receber	1	1
187	Diversos	556	115
	Outros Valores e Bens	123	197
194	Outros Valores e Bens	115	134
199	Despesas Antecipadas	8	63
	Ativo Realizável a Longo Prazo	165.080	170.516
	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	101.906	109.081
	Aplicações no Mercado Aberto	64.266	92.581
	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	37.640	16.500
	Títulos e Valores Mobiliários	55.363	53.400
	Carteira Própria	850	1.393
	Vinculados a Compromisso de Recompra	11.348	19.787
	Vinculados a Prestação de Garantias	43.165	32.220
	Relações Interfinanceiras		673
	Repasse Interfinanceiros	-	673
	Operações de Crédito	5.207	4.904
	Operações de Crédito		-
	Setor Privado	5.271	4.955
	(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	-64	-51
	Outros Créditos	2.604	2.458
	Diversos	2.604	2.458
	Permanente	31.187	21.473
	Investimentos	21.541	10.965
315	Outros Investimentos	21.564	10.988
319	(Provisões para Perdas)	-23	-23
	Imobilizado de Uso	910	737
324	Outras Imobilizações de Uso	2.331	1.917
329	(Depreciações Acumuladas)	-1.421	-1.180
	Intangível	8.722	9.567
351	Ativos Intangíveis	10.533	10.160
359	(Amortização Acumulada)	-1.811	-593
	Diferido	14	204
341	Gastos de Organização e Expansão	109	408
349	(Amortização Acumulada)	-95	-204
	TOTAL DO ATIVO	1.257.439	825.323

	PASSIVO CIRCULANTE	1.153.700	742.927
	Depósitos	1.016.519	582.451
411	Depósitos à Vista	145	1.596
414	Depósitos a Prazo	1.016.374	580.855
	Relações Interfinanceiras	134.076	142.579
445	Centralização Financeira – Cooperativas	134.076	142.579
	Relações Interdependências	793	-
451	Recursos em Trânsito de Terceiros	793	-
	Obrigações por Empréstimos	274	16.899
462	Empréstimos no País – Outras Instituições	274	16.899
	Outras Obrigações	2.038	998
493	Sociais e Estatutárias	172	-
494	Fiscais e Previdenciárias	259	201
503	Diversas	1.607	797
	Passivo Exigível a Longo Prazo	30.948	24.186
	Obrigações por Empréstimos	-	611
	Empréstimos no País – Outras Instituições	-	611
	Outras Obrigações	30.948	23.575
	Diversas	30.948	23.575
	Patrimônio Líquido	72.791	58.210
	Capital:	69.799	57.461
605	- De Domiciliados no País	69.799	57.461
613	Reservas de Capital	796	700
615	Reservas de Lucros	416	49
617	Sobras ou Perdas Acumuladas	1.780	-
	TOTAL DO PASSIVO	1.257.439	825.323

Código	Discriminação	Exercício/10	Exercício/09
10	Receitas da Intermediação Financeira	90.639	69.852
711	Operações de Crédito	4.024	2.669
715	Operações com Títulos e Valores Mobiliários	86.014	66.325
719	Aplicações Compulsórias	601	858
15	Despesas de Intermediação Financeira	-77.534	-56.857
812	Operações de Captação no Mercado	-76.636	-55.682
814	Operações de Empréstimos e Repasses	-631	-916
820	Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	-267	-259
20	Resultado Bruto da Intermediação Financeira	13.105	12.995
50	Outras Receitas / Despesas Operacionais	-10.609	-12.998
721	Receitas de Prestação de Serviços	36	21
723	Resultado de Participação de Coligadas e Control	1.549	-
725	Outras Receitas Operacionais	13.742	8.311
822	Despesa de Pessoal	-5.263	-4.206
824	Outras Despesas Administrativas	-5.441	-4.213
826	Despesas Tributárias	-49	-33
832	Outras Despesas Operacionais	-15.183	-12.878
60	Resultado Operacional (20+ 50)	2.4	-3
65	Resultado Não Operacional (828 e 830)		3
75	Resultado antes da Tributação (60+65)	2.5	-
85	Participações Estatutárias (Fates/RL/FEF)	7	-
90	Sobras Líquidas (Perdas) (75-85)	1.7	-

Código	Discriminação dos verbetes	Exercício 2011	Exercício 2010
	ATIVO CIRCULANTE	1.268.761	1.061.172
110	Disponibilidades	719	183
	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.120.851	930.010
121	Aplicações no Mercado Aberto	53.367	120.032
122	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.067.484	809.978
	Títulos e Valores Mobiliários	90.536	71.377
132	Vinculados a Compromisso de Recompra	462	
134	Vinculados a Prestação de Garantias	46.475	45.583
	Relações Interfinanceiras	43.599	25.794
147	Repasse Interfinanceiros	3.851	336
	Relações Interdependências	3.851	336
152	Transferências Internas de Recursos	80	100
	Operações de Crédito	80	100
161	Operações de Crédito	52.357	58.486
	Setor Privado		
169	(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	52.642	59.003
	Outros Créditos	-285	-517
183	Rendas a Receber	109	557
187	Diversos	2	1
	Outros Valores e Bens	107	556
194	Outros Valores e Bens	258	123
199	Despesas Antecipadas	171	115
	Ativo Realizável a Longo Prazo	87	8
	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	282.119	165.080
	Aplicações no Mercado Aberto	230.175	101.906
	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	6.801	64.266
	Títulos e Valores Mobiliários	223.374	37.640
	Carteira Própria	34.555	55.363
	Vinculados a Compromisso de Recompra	487	850
	Vinculados a Prestação de Garantias	8.968	11.348
	Relações Interfinanceiras	25.100	43.165
	Repasse Interfinanceiros	14.611	5.207
	Operações de Crédito		
	Operações de Crédito	14.716	5.271
	Setor Privado	-105	-64
	(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	2.778	2.604
	Outros Créditos	2.778	2.604
	Diversos	49.001	31.187
	Permanente	39.865	21.541
	Investimentos	39.887	21.564
315	Outros Investimentos	-22	-23
319	(Provisões para Perdas)	1.141	910
	Imobilizado de Uso	2.843	2.331
324	Outras Imobilizações de Uso	-1.702	-1.421
329	(Depreciações Acumuladas)	7.995	8.722
	Intangível	10.909	10.533
351	Ativos Intangíveis	-2.914	-1.811
359	(Amortização Acumulada)		14
	Diferido		109
341	Gastos de Organização e Expansão		-95
349	(Amortização Acumulada)	1.599.881	1.257.439
	TOTAL DO ATIVO	1.257.439	825.323

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



**SICOOB
OABCRÉD**

Descrição	31/12/2010	31/12/2009
Circulante	23.366.166,1	18.441.948,7
Disponibilidades	187.802,16	96.980,33
Disponibilidades	187.802,16	96.980,33
Títulos e Valores Mobiliários	12.808.014,8	6.540.945,01
Carteira Própria	12.808.014,82	6.540.945,01
Relações Interfinanceiras	990.621,50	4.756.066,48
Centralização Financeira Cooperativas	990.621,50	4.756.066,48
Operações de Crédito	9.230.510,22	6.936.580,89
Operações de Crédito	9.716.044,93	7.141.606,86
(-) Provisão Operações Crédito Líq.	(485.534,71)	(205.025,97)
Outros Créditos	114.318,39	111.071,02
Rendas a Receber	37.837,55	21.844,35
Diversos	78.022,69	94.072,73
(-) Provisão Outros Crédito Liquidação	(1.541,85)	(4.846,06)
Outros Valores e Bens	34.899,10	304,97
Outros Valores e Bens	34.899,10	0,00
Despesas Antecipadas	0,00	304,97
Não Circulante	8.739.976,92	6.217.466,54
Ativo Realizável a Longo Prazo	7.023.515,52	5.372.372,43
Operações de Crédito	7.023.515,52	5.372.372,43
Operações de Crédito	7.023.515,52	5.372.372,43
Investimentos	580.785,00	502.608,00
Participação em Coligadas e	580.785,00	502.608,00
Outros Investimentos	580.785,00	502.608,00
Imobilizado de Uso	579.313,58	313.705,86
Outras Imobilizações de Uso	844.877,77	491.514,17
(-) Depreciações Acumuladas	(265.564,19)	(177.808,31)
Intangível	96.096,75	0,00
Ativos Intangíveis	112.000,00	0,00
(-) Amortização Acumulada	(15.903,25)	0,00
Diferido	460.266,07	28.780,25
Gastos de Organização e Expansão	565.478,34	84.800,62
(-) Amortização Acumulada	(105.212,27)	(56.020,37)
Total do Ativo:	32.106.143,1	24.659.415,2

Descrição	31/12/2010	31/12/2009
Passivo Circulante	28.447.839,07	21.505.144,08
Depósitos	21.505.119,04	18.051.031,86
Depósitos a Vista	5.645.182,95	5.439.269,57
Depósitos a Prazo	15.633.533,97	12.355.526,16
Outros Depósitos	226.402,12	256.236,13
Relações Interdependências	19,37	0,00
Recursos em Trânsito de Terceiros	19,37	0,00
Obrigações Por Empréstimos	1.790.402,15	280.000,00
Empréstimos no País - Outras Instituições	1.790.402,15	280.000,00
Outras Obrigações	5.152.298,51	3.174.112,22
Cobrança e Arrec. de Tributos e Assemelhados	2.759,68	1.824,67
Sociais e Estatutárias	14.648,06	26.740,39
Fiscais e Previdenciárias	41.372,24	31.395,00
Diversas	5.093.518,53	3.114.152,16
Patrimônio Líquido	3.658.304,04	3.154.271,16
Capital Social	3.432.880,71	2.710.795,38
Capital de Domiciliados	3.827.537,10	3.198.656,34
(Capital a Realizar)	(394.656,39)	(487.860,96)
Reservas de Capital	3.142,37	0,00
Fundo de Estabilidade Financeira FEF	3.142,37	0,00
Reserva de Lucros	139.032,68	129.238,76
Reserva Legal	139.032,68	129.238,76
Sobras à Disposição da Assembléia	83.248,28	314.237,02
Sobras à Disposição da Assembléia	83.248,28	314.237,02
Total do Passivo:	32.106.143,11	24.659.415,24

Descrição	2º Semestre /2010	31/12/2010	31/12/2009
RECEITAS DA INTERM. FINANCEIRA	2.419.113,46	4.398.819,11	3.703.945,49
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.967.995,94	3.580.493,41	2.783.570,44
RESULT. OPER. C/TÍT. VAL. MOB.	451.117,52	818.325,70	920.375,05
DESPESAS INTERMEDIÇÃO FINAN	(941.315,85)	(1.756.799,71)	(1.330.848,10)
OPERAÇÕES CAPTAÇÃO NO MERCADO	(770.855,69)	(1.337.194,77)	(1.211.263,02)
OPERAÇÕES DE EMPRÉSTIMO E REPAS.	(25.119,39)	(26.705,76)	0,00
PROV. P/CRÉD. LIQUID. DUVIDOSA	(145.340,77)	(392.899,18)	(119.585,08)
RESULT. BRUTO INTERM. FINANC.	1.477.797,61	2.642.019,40	2.373.097,39
OUTRAS REC./DESPESAS OPERAC.	(1.362.144,12)	(2.536.377,63)	(1.994.280,79)
RECEITAS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	231.397,93	437.945,01	392.013,61
RENDAS DE TARIFAS BANCÁRIAS	316.629,99	517.002,47	436.394,37
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	139.584,03	189.362,01	287.519,33
DESPESAS DE PESSOAL	(764.611,46)	(1.395.005,19)	(1.134.797,57)
OUTRAS DESPESAS ADMINISTRAT.	(1.137.754,35)	(2.083.563,23)	(1.783.483,75)
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	(12.521,70)	(25.124,17)	(17.227,48)
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	(134.868,56)	(176.994,53)	(174.699,30)
RESULTADO OPERACIONAL	115.653,49	105.641,77	378.816,60
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	6.617,13	6.617,13	(3.554,12)
RESULT. ANTES DA TRIB. S/LUCRO	122.270,62	112.258,90	375.262,48
Resultado com Associados		97.939,16	369.690,58
Resultado com Não Associados		14.319,74	5.571,90
Imposto De Renda e Contrib. Social	(5.403,04)	(6.344,68)	(340,66)
Provisão para Imposto de renda	(2.701,52)	(3.172,34)	(170,33)
Provisão para Contribuição Social	(2.701,52)	(3.172,34)	(170,33)
Resultado Depois da Trib. s/o Lucro	116.867,58	105.914,22	374.921,82
Resultado com Associados		97.939,16	369.690,58
Resultado com Não Associados		7.975,06	5.231,24
Resultado a Ser Destinado	0,00	105.914,22	374.921,82
Destinações Estatutárias	0,00	(22.665,94)	(60.684,80)
(-) Fates Ato Não Cooperado	0,00	(7.975,06)	(5.231,24)
(-) Fates 5%	0,00	(4.896,96)	(18.484,52)
(-) Reserva Legal 10%	0,00	(9.793,92)	(36.969,04)
SOBRAS OU PERDAS LÍQUIDAS	116.867,58	83.248,28	314.237,02

Descrição	31/12/2011	31/12/2010
Circulante	33.219.293,34	23.366.166,19
Disponibilidades	240.523,80	187.802,16
Disponibilidades	240.523,80	187.802,16
Títulos e Valores Mobiliários	0,00	12.808.014,82
Carteira Própria	0,00	12.808.014,82
Relações Interfinanceiras	24.237.129,05	990.621,50
Centralização Financeira Cooperativas	714.628,38	990.621,50
Centralização Financeira - Conta Vinculada	23.522.500,67	0,00
Operações de Crédito	8.585.040,18	9.230.510,22
Operações de Crédito	9.020.658,95	9.716.044,93
(-) Provisão Operações Crédito LÍq. Duvidosa	(435.618,77)	(485.534,71)
Outros Créditos	109.496,25	114.318,39
Rendas a Receber	9.863,68	37.837,55
Diversos	99.632,57	78.022,69
(-) Provisão Outros Crédito Liquidação Duvidosa	0,00	(1.541,85)
Outros Valores e Bens	47.104,06	34.899,10
Outros Valores e Bens	37.674,10	34.899,10
Despesas Antecipadas	9.429,96	0,00
Não Circulante	11.642.449,32	8.739.976,92
Ativo Realizável a Longo Prazo	9.890.580,54	7.023.515,52
Operações de Crédito	9.890.580,54	7.023.515,52
Operações de Crédito	9.890.580,54	7.023.515,52
Investimentos	698.748,00	580.785,00
Participação em Coligadas e Controladas	698.748,00	580.785,00
Outros Investimentos	698.748,00	580.785,00
Imobilizado de Uso	576.495,56	579.313,58
Outras Imobilizações de Uso	946.013,40	844.877,77
(-) Depreciações Acumuladas	(369.517,84)	(265.564,19)
Intangível	73.696,71	96.096,75
Ativos Intangíveis	112.000,00	112.000,00
(-) Amortização Acumulada	(38.303,29)	(15.903,25)
Diferido	402.928,51	460.266,07
Gastos de Organização e Expansão	565.478,34	565.478,34
(-) Amortização Acumulada	(162.549,83)	(105.212,27)
Total do Ativo:	44.861.742,66	32.106.143,11

Descrição	31/12/2011	31/12/2010
Passivo Circulante	40.283.617,64	28.447.839,07
Depósitos	35.043.309,86	21.505.119,04
Depósitos a Vista	7.395.761,46	5.645.182,95
Depósitos a Prazo	27.647.548,40	15.633.533,97
Outros Depósitos	0,00	226.402,12
Relações Interdependências	427,32	19,37
Recursos em Trânsito de Terceiros	427,32	19,37
Obrigações Por Empréstimos	282.534,07	1.790.402,15
Empréstimos no País - Outras Instituições	282.534,07	1.790.402,15
Outras Obrigações	4.957.346,39	5.152.298,51
Cobrança e Arrec. de Tributos e Assemelhados	2.915,46	2.759,68
Sociais e Estatutárias	88.661,22	14.648,06
Fiscais e Previdenciárias	62.878,86	41.372,24
Diversas	4.802.890,85	5.093.518,53
Patrimônio Líquido	4.578.125,02	3.658.304,04
Capital Social	4.089.293,78	3.432.880,71
Capital de Domiciliados	4.594.015,91	3.827.537,10
(Capital a Realizar)	(504.722,13)	(394.656,39)
Reservas de Capital	3.142,37	3.142,37
Fundo de Estabilidade Financeira FEF	3.142,37	3.142,37
Reserva de Lucros	175.522,81	139.032,68
Reserva Legal	175.522,81	139.032,68
Sobras à Disposição da Assembléia	310.166,06	83.248,28
Sobras à Disposição da Assembléia	310.166,06	83.248,28
Total do Passivo:	44.861.742,66	32.106.143,11

Descrição	2º Semestre /2011	31/12/2011	31/12/2010
RECEITAS DA INTERM. FINANCEIRA	3.460.162,51	6.161.781,20	4.398.819,11
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.501.722,77	4.612.800,52	3.580.493,41
RESULT. OPER. C/TÍT. VAL. MOB.	958.439,74	1.548.980,68	818.325,70
DESPESAS INTERMEDIÇÃO FINAN	(878.685,61)	(1.911.275,74)	(1.756.799,71)
OPERAÇÕES CAPTAÇÃO NO MERCADO	(1.238.080,59)	(2.097.991,88)	(1.337.194,77)
OPERAÇÕES DE EMPRÉSTIMO E REPAS.	(1.382,97)	(20.440,96)	(26.705,76)
PROV. P/CRÉD. LIQUID. DUVIDOSA	360.777,95	207.157,10	(392.899,18)
RESULT. BRUTO INTERM. FINANC.	2.581.476,90	4.250.505,46	2.642.019,40
OUTRAS REC./DESPESAS OPERAC.	(2.463.735,56)	(3.899.376,83)	(2.536.377,63)
RECEITAS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	320.573,86	596.798,60	437.945,01
RENDAS DE TARIFAS BANCÁRIAS	555.520,38	936.878,68	517.002,47
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	63.742,83	142.111,42	189.362,01
DESPESAS DE PESSOAL	(1.055.195,82)	(1.918.923,41)	(1.395.005,19)
OUTRAS DESPESAS ADMINISTRAT.	(1.317.088,97)	(2.494.008,06)	(2.083.563,23)
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	(14.420,34)	(30.182,47)	(25.124,17)
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	(1.016.867,50)	(1.132.051,59)	(176.994,53)
RESULTADO OPERACIONAL	117.741,34	351.128,63	105.641,77
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	18.539,33	17.925,58	6.617,13
RESULT. ANTES DA TRIB. S/LUCRO	136.280,67	369.054,21	112.258,90
Resultado com Associados	117.741,34	346.975,67	97.939,16
Resultado com Não Associados	0,00	4.152,96	14.319,74
Resultado Não Operacional	18.539,33	17.925,58	0,00
Imposto De Renda e Contrib. Social	0,00	(1.246,72)	(6.344,68)
Provisão para Imposto de renda	0,00	(623,36)	(3.172,34)
Provisão para Contribuição Social	0,00	(623,36)	(3.172,34)
Resultado Depois da Trib. s/o Lucro	136.280,67	367.807,49	105.914,22
Resultado com Associados	117.741,34	346.975,67	97.939,16
Resultado com Não Associados	0,00	2.906,24	7.975,06
Resultado Não Operacional	18.539,33	17.925,58	0,00
Resultado a Ser Destinado	0,00	364.901,25	105.914,22
Destinações Estatutárias	0,00	(57.641,43)	(22.665,94)
(-) Fates Ato Não Cooperado	0,00	(2.906,24)	(7.975,06)
(-) Fates 5%	0,00	(18.245,06)	(4.896,96)
(-) Reserva Legal 10%	0,00	(36.490,13)	(9.793,92)
SOBRAS OU PERDAS LÍQUIDAS	136.280,67	310.166,06	83.248,28